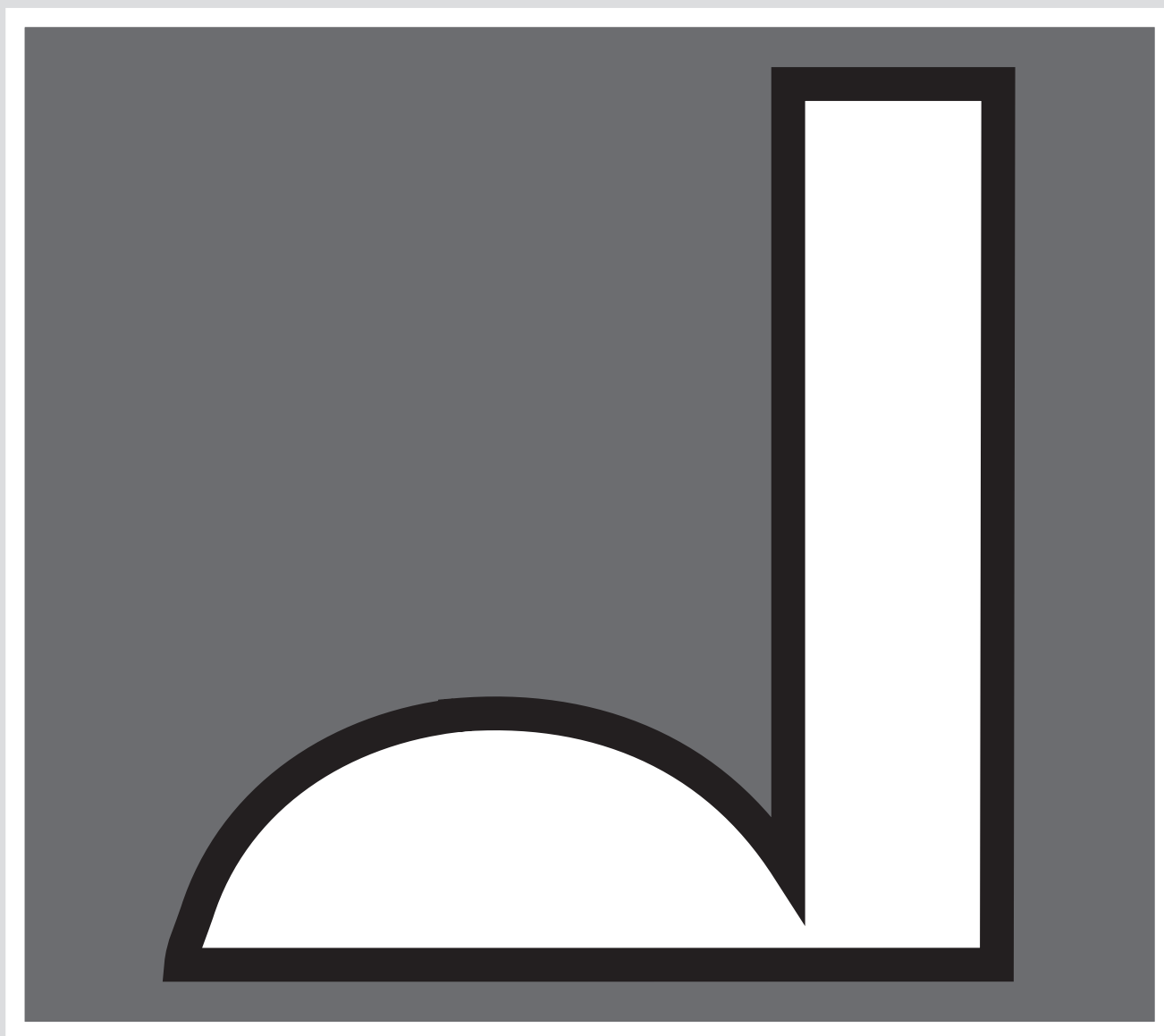




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 178 - SÁBADO, 30 DE OUTUBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇ A

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p>Líder Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme of. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
12. Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
13. Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
14. Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
15. Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
16. Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
17. O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
18. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosas Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 173ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.777, de 2010, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.641/2010, com informações complementares resultantes da tomada de contas especial determinada pelo Acórdão 692/2003, proferidos nos autos do TC 002.365/2004-3, referente ao Requerimento nº 253, de 1997, do Senador Pedro Simon.... 48535

1.2.2 – Leitura de Requerimento

Nº 843, de 2010, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando licença para desempenho de missão no exterior, no período de 4 a 15 de novembro próximo. 48535

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 296, de 2010 (nº 629/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor George Monteiro Prata, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca. 48535

Nº 297, de 2010 (nº 630/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia. 49535

Nº 298, de 2010 (nº 627/2010, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, sancionado e transformado na Lei nº 12.336, de 2010. 48589

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Lamento pelo falecimento do Professor José Higinio, do ex-Senador Jorge Kalume, do Senador Romeu Tuma e do ex-Presidente argentino, Sr. Néstor Kirchner. Elogios ao trabalho efetuado pelos alunos da 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Professor José Guimarães, de Curitiba, sobre a questão da redução da maioria penal.

Registro da viagem realizada por S.Exª a reunião do Parlamento do Mercosul. Relato dos próximos passos que S. Exª empreenderá após o término do mandato senatorial. 48589

SENADORA SERYS SLHESSARENKO –

Considerações sobre o Fórum Conjunto de Legisladores de Pequim, que realizar-se-á de 6 a 8 de novembro de 2010, e que contará com a participação de S. Exª. Reflexão sobre a formação de profissionais em nosso País, com destaque para a experiência desenvolvida pela Petrobras. 48596

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento de requerimento do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, solicitando prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 10ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. (Requerimento nº 844, de 2010) 48601

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Regozijo pela solidificação da democracia no Brasil. Destaque para o posicionamento do STF quanto à validade da Lei da Ficha Limpa. Expectativa com relação ao debate, hoje, dos candidatos à Presidência da República. Registro da necessidade de escolha de pessoal tecnicamente qualificado para ocupar cargos públicos. Homenagem de pesar a Romeu Tuma. 48602

1.2.7 – Leitura de Requerimento

Nº 845, de 2010, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando licença para desempenho de missão no exterior, no período de 4 a 15 de novembro próximo. 48611

1.2.8 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.516, de 2010, encaminhando a Medida Provisória nº 490, de 2010, tendo em vista o término do prazo de sua vigência, em 18 do corrente mês. 48612

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “A saúde dos brasileiros piorou”, publicada na revista **Época**, edição de 21 de junho último. 48612

SENADOR *PEDRO SIMON* – Reflexão sobre a evolução dos direitos políticos no Brasil com a apresentação de propostas para a moralização do processo político e consolidação da democracia. Destaque para a importância do Judiciário no combate à impunidade. 48620

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 173ª Sessão, Não Deliberativa em 29 de outubro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 16 minutos e encerra-se às 12 horas e 3 minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.777/2010**, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.641/2010, com informações complementares resultantes da tomada de contas especial determinada pelo Acórdão 692/2003, proferidos nos autos do TC 002.365/2004-3, referente ao Requerimento nº 253, de 1997, do Senador Pedro Simon.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 843, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, para participar, como convidado do Governo Chinês, em visita Oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia

Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Em anexo, segue cópia do convite encaminhado pela Embaixada da República Popular da China à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período acima informado. – Senador **Augusto Botelho**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Presidência recebeu as seguintes Mensagens do Presidente da República:

- **Nº 296, de 2010** (nº 629/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor George Monteiro Prata, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca; e
- **Nº 297, de 2010** (nº 630/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

São as seguintes as Mensagens:

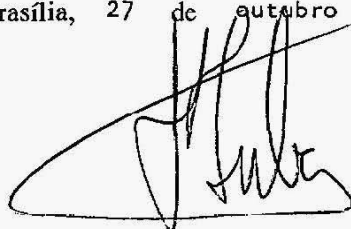
MENSAGEM
Nº 296, DE 2010
(nº 629/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **GEORGE MONTEIRO PRATA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

Os méritos do Senhor George Monteiro Prata que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de outubro de 2010.



EM No 00450 MRE

Brasília, 20 de outubro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GEORGE MONTEIRO PRATA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **GEORGE MONTEIRO PRATA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GEORGE MONTEIRO PRATA**

CPF.: 186.224.701-30

ID.: 8972 MRE

1954 Filho de Gerardo Cavalcanti Prata e Angelina Selma Monteiro Prata, nasce em Fortaleza, CE

1978 Comunicação, habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília/DF

1979 CPCD - IRBr

1980 Terceiro Secretário em 2 de setembro

1980 Divisão de Feiras e Turismo, Assistente

1982 Segundo-Secretário em 22 de dezembro

1984 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto

1985 CAD - IRBr

1987 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto

1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro

1990 Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário

1992 Embaixada em Madri, Primeiro Secretário

1995 Presidência da República, Cerimonial, Subchefe

1995 Ordem do Mérito, Itália, Oficial

1995 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial

1995 Ordem Cruz do Mérito, Alemanha, 1ª Classe

1995 Conselheiro, por merecimento, em 22 de dezembro

1996 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, 2ª Classe

1996 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

1997 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial

1997 Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial

1997 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador

1997 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

1998 Ordem do Rio Branco, Comendador

1998 Embaixada em Londres, Conselheiro

1998 Medalha do Pacificador, Brasil

1999 Ordem de Maio, Argentina, Comendador

2000 CAE - IRBr, O Novo Trabalhismo Britânico e a Terceira Via no Reino Unido

2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial

2001 Embaixada em Estocolmo, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de dezembro

2004 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto

2006 Cerimonial, Subchefe


2007 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de junho

2009 Cerimonial, Chefe

2010 Ordem do Rio Branco, Grã Cruz

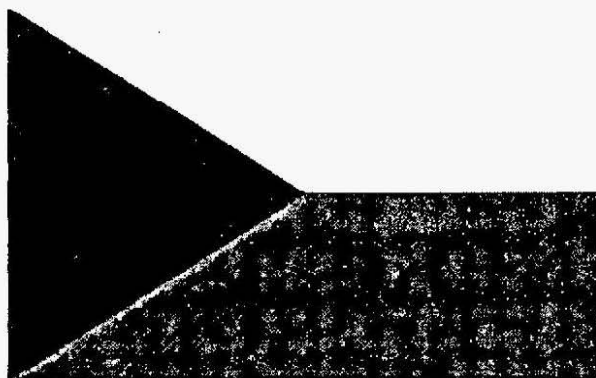
2010 Legião de Honra, França, Comendador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II**

RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA TCHECA



Setembro de 2010

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Tcheca
CAPITAL	Praga
ÁREA	78.864 km ²
POPULAÇÃO (2009 est)	10.211.904
IDIOMAS (censo de 2001)	Tcheco 94,9%, eslovaco 2%, outros 3,1%
ETNIAS (censo de 2001)	Tcheca 90,4%, Moravia 3,77%, eslovaca 1,9%, outras 4%
Religiões	Católica romana 26,8%, protestante 2,1%, outras 12,1%, sem religião 59%
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Václav Klaus
CHEFE DE GOVERNO	Petr Necas
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ivan Jančárek
EMBAIXADORA EM PRAGA	Leda Lúcia Camargo
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Jan Kohout
PIB real (2008)	US\$ 217,1 bilhões
PIB real PPP (2008)	US\$ 262,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2008)	US\$ 21.284
PIB <i>per capita</i> PPP (2008)	US\$ 25.395
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa tcheca

INTERCÂMBIO BILATERAL (Em US\$ milhões) Fonte: MDIC

BRASIL → RT	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	5/2010
Intercâmbio	131,6	190,2	273,2	286,5	335,1	445,7	148,4	211,9
Exportações	66,3	80,2	57,4	49,0	60,4	67,2	24,2	15,9
Importações	65,3	110,1	215,8	237,5	274,7	378,4	124,2	196,0
Saldo	1,0	-29,9	-158,4	-118,5	-241,3	-311,1	-100,0	-180,1

RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil tem mantido, desde a criação do Estado tchecoslovaco em 1918, relações diplomáticas ininterruptas. Foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Tchecoslováquia e a criar a primeira Legação Diplomática em Praga no ano de 1921.

Com o fim do regime comunista, no final de 1989, a agenda bilateral começou a adensar-se, sobretudo a partir da visita oficial do Presidente Fernando Collor de Mello à então Tchecoslováquia, em outubro de 1990.

Em 1994, o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso visitou a República Tcheca, já separada da Eslováquia, tendo sido recebido pelo Presidente Václav Havel e pelo Primeiro Ministro Václav Klaus. Na oportunidade, foi feito convite ao Chefe de Estado tcheco para visitar oficialmente o Brasil, o que ocorreu em 1996.

Ainda em 1994, o então Primeiro Ministro Václav Klaus realizou viagem oficial ao Brasil, firmando, na ocasião, Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, que substituiu o Acordo de 1988, celebrado com a então Tchecoslováquia. Esse Acordo, no entanto, teve de ser denunciado pela República Tcheca em razão de sua entrada para UE, assim como foram denunciados acordos comerciais similares assinados com outros países. Novo Acordo sobre o tema, de Cooperação Econômica e Industrial, foi firmado em 12 de abril de 2008, por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Praga, a primeira de um Presidente brasileiro em caráter oficial à República Tcheca.

Em novembro de 2009, o Presidente Václav Klaus retribuiu a visita do Presidente Lula, em roteiro que incluiu passagens por Manaus, Brasília, São Paulo e Recife.

A República Tcheca prestou apoio, antes mesmo da formalização do G-4, a uma eventual candidatura brasileira a membro permanente no Conselho de Segurança, e co-patrocinou o projeto apresentado pelo G-4 em 2005, apoio este que persiste até hoje.

Com o fim de impulsionar as relações políticas e comerciais bilaterais, registrou-se um número significativo de visitas e missões à República Tcheca a partir do final dos anos 90: missão prospectiva de investimentos da FIEMG (1997); visita do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza (1998); visita do Governador do Pará, Almir Gabriel, acompanhado de missão empresarial (1999); visita do Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas (1999); visita do Presidente do Senado brasileiro, Ramez Tebet, acompanhado de comitiva de senadores (2002); visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Furlan (2004); visita do Vice-Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, acompanhado de missão empresarial da Câmara de Comércio de São Paulo (2005); e visita do Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, acompanhado de missão empresarial (2006).

O diálogo bilateral recebeu novo impulso com a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Praga em abril de 2008. Nos encontros, o Presidente deu ênfase às transformações significativas por que passa o Brasil, com crescimento vigoroso da economia dentro de um ambiente de estabilidade, de incentivo da política industrial, assim como das políticas regionais e do PAC. Além da assinatura do Acordo CE Cooperação Econômica e Industrial acima referida, foram ainda discutidas as ambiciosas metas estruturais nos setores ferroviário e energético, que poderiam abrir espaço para parcerias com a República Tcheca.

Nos dias 29 e 30 de outubro de 2009, registrou-se a visita a Praga do Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, acompanhado de delegação composta de empresários e representantes do Governo, incluindo funcionários do MDIC, do MRE, da APEX, da CAMEX e

do INPI, além de altos representantes do Estado de Goiás (Secretário da Indústria e Comércio e Assessor para Assuntos Internacionais). Na ocasião, foi organizado seminário sobre cooperação industrial, comércio e investimentos na Câmara de Economia tcheca e mantidas reuniões interministeriais para os delegados e setoriais para os empresários. Nos dias 27 e 28 de maio último, o Secretário-Executivo Ivan Ramalho esteve novamente em Praga, chefiando a delegação brasileira na I Comissão Mista de Cooperação Industrial e Comercial.

Do lado tcheco, são dignas de nota as visitas: do Ministro da Agricultura, Jan Fencel, para firmar Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários (1999); do Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Vaclav Petricek, acompanhado de delegação de empresários dos setores de energia, transporte, máquinas gráficas e cimento (2000); e do Presidente do Senado tcheco, acompanhado de delegação parlamentar (2003). Em março de 2006, o diálogo bilateral de alto nível foi reiterado pela visita do Primeiro Ministro Jiri Paroubek, ocasião em que foi expresso o reconhecimento tcheco da posição do Brasil como importante força regional e internacional. Mais recentemente, em abril de 2008, o Ministro da Indústria e Comércio, Martin Ríman, esteve no Brasil acompanhado de grupo de 30 empresários, que participaram de seminário organizado pela FIESP. Em novembro de 2008, visitou Brasília e São Paulo o então Ministro da Educação, Juventude e Esportes, Ondrej Liska, ocasião em que foi assinado MoU prevendo Plano de Ação nessa área. Em 20 de outubro de 2009, antecedendo a viagem do Presidente Klaus ao Brasil, a Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros, Helena Bambasová, esteve em Brasília para reunião de consultas políticas, tendo sido recebida pela Senhora Subsecretária Política I, Embaixadora Vera Machado. A última reunião de Consultas Políticas com a República tcheca teve lugar em Praga, em junho de 2010, entre a Subsecretária-Geral Política I, Embaixadora Vera Machado, e a Vice-Ministra Helena Bambasová.

Posteriormente, em setembro de 2010, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, realizou visita a Praga, ocasião em que assinou com seu homólogo, Alexandr Vondra, Declaração de Intenções para a participação do país europeu no programa de desenvolvimento do jato de transporte militar KC-390.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição da República Tcheca, em vigor desde 1º de janeiro de 1993, estabelece os papéis de Chefe de Estado (Presidente da República) e do Chefe de Governo (Primeiro Ministro), com suas atribuições e prerrogativas.

Ao Presidente da República, eleito indiretamente pelo Parlamento, compete exercer as funções típicas de Chefe de Estado: representar e ser referência moral. É eleito em reunião conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, para um período de 5 anos, podendo ser reeleito apenas mais uma vez.

Ao Primeiro Ministro, indicado pelo Presidente da República, compete chefiar o Poder Executivo, com as atribuições inerentes à função. É o Chefe do Governo, papel que exerce conjuntamente com os Vice-Primeiros Ministros e os Ministros de Estado. Embora não esteja mencionado na Constituição, tradicionalmente o Primeiro Ministro vem a ser o presidente do partido político que mais votos obteve nas eleições.

A Corte Constitucional compete proteger e fazer cumprir a Constituição. Sediada na cidade Brno, é o órgão supremo responsável pela solução de conflitos de ordem constitucional, sendo também o órgão judicial máximo do país.

Com o fim do regime comunista nos países da Europa Central e do Leste, a República Tcheca apresenta um capital político-democrático considerável, inclusive em função dos ajustes da política econômica que romperam com o passado, projetando o país na economia de mercado e levando-o a ingressar na União Européia em maio de 2004. Essa integração facilitou a retomada dos princípios históricos de aproximação com a comunidade de países democráticos da Europa Ocidental, também a pedra-de-toque da bem-sucedida experiência da República de Masaryk (instituída em 1918 e só interrompida pela invasão nazista em 1938).

A República Tcheca surgiu, em janeiro de 1993, como resultado da separação do território tcheco da Eslováquia, com a qual, aliás, só esteve unida desde 1918, pois anteriormente ambas eram partes do Império Habsburgo. Em 16 de dezembro daquele mesmo ano, o Conselho Nacional adotou a Constituição do Estado tcheco independente, pondo fim a uma convivência de 74 anos. Esta separação não interrompeu a continuidade democrática iniciada com a Revolução de Veludo, de 1989, e a República Tcheca tem buscado reintegrar-se no contexto da Europa Ocidental, a que considera pertencer historicamente.

Em 1993, o então Presidente tchecoslovaco, Vaclav Havel, foi eleito o primeiro Presidente da República Tcheca independente. Entre os dirigentes do novo país, deve-se mencionar, igualmente, o criador de seu maior partido (Partido Democrático-Civil - ODS), Vaclav Klaus, que se tornou o primeiro Primeiro Ministro da República Tcheca também em 1993, após ter sido Ministro das Finanças a partir de 1989, tendo sido responsável pela transformação da economia tcheca pós-comunista em economia aberta. Permaneceu no posto até 1997, quando se demitiu na sequência de crise política que envolveu seu partido. Eleito para a Câmara dos Deputados em 1998, exerceu sua presidência.

A ruptura ideológica com o passado comunista tornou-se, ao longo desses anos, definitiva e pareceria hoje inconcebível que algum partido com passado comunista viesse a assumir o Governo na República Tcheca, diferentemente do cenário de alguns países da região, ainda em luta com a herança do passado. Essa ruptura consolidou o apoio político necessário para a implantação de reformas econômicas, como o programa de restituição de propriedade aos seus antigos proprietários, desde que não tivessem colaborado com o nazismo, e o de privatizações,

que permitiu o renascimento de importante classe empresarial, principal base de apoio do ex-Primeiro Ministro e hoje Presidente Vaclav Klaus.

O desmembramento do país, com a separação da Eslováquia (episódio conhecido como “Divórcio de Veludo”), retirou da cena política tcheca um elemento desestabilizador. Com população mais homogênea, e detentora do núcleo industrial da antiga Tchecoslováquia, a República Tcheca imprimiu maior coerência e objetividade à implementação de um programa nacional. Dessa forma, o governo encarou positivamente a separação, e o rápido crescimento da economia verificado entre 1994 e 1996 confirmou a impressão de que havia sido dado um passo acertado, hoje visto pela maioria dos tchecos como algo positivo.

As mudanças ocorridas no cotidiano dos cidadãos merecem ser assinaladas, pois, junto com a liberdade política, evidenciada pela atuação de vários partidos, vieram muitas consequências práticas: (a) mobilidade da população em viagens ao exterior, como resultado de demanda reprimida por décadas; (b) desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, com o surgimento de canais de televisão e a proliferação de rádios e jornais, todos privados; (c) incentivo à propriedade e à iniciativa privadas, com o encorajamento da atividade empresarial mediante programa de privatizações.

No campo político, os sinais emitidos pelos eleitores nas eleições parlamentares de 1998 e de 2002, com a vitória da Social Democracia (CSSD) apontaram para governos com maior sensibilidade para as questões sociais, embora atuando dentro do quadro da economia de mercado. A reorientação para uma economia aberta, como era de se esperar, gerou também alguns problemas setoriais. O alto preço dos imóveis, o aumento do custo de vida (com acentuada elevação das tarifas públicas e de energia e criação de Imposto sobre Valor Agregado, em 2004) e, sobretudo, o surgimento do desemprego – problema antes inexistente – transformaram-se em desafios para o governo.

Em 2005, Jiri Paroubek, do CSSD, ascendeu ao cargo de Primeiro Ministro, assumindo uma função desgastada e a liderança de uma Social Democracia com os mais baixos níveis de opinião pública de sua história. Adotou, então, um estilo de gestão firme, embora permeável à negociação; combativo “vis-à-vis” o Presidente Klaus, com cuja incômoda e permanente oposição teve de coabitar. Mostrou-se homem de diálogo constante com os demais partidos e atuou com desenvoltura no cenário político europeu graças à sua fluência no inglês e em outras línguas. Tais qualidades fizeram com que se produzisse, em 2005, uma reviravolta política e uma revitalização do partido. Com efeito, sob o comando de Paroubek, a Social Democracia alcançou 27% dos votos nas eleições de 2006, em virtual empate técnico com os 28% alcançados pelos Democratas Cívicos (ODS).

Entretanto, apesar de todos os esforços de revitalização da Social Democracia, em agosto de 2006, Mirek Topolánek, do ODS, assume, com maioria apertada, o cargo de Primeiro Ministro. Durante seu mandato, Topolánek apresentou plano de governo para lidar com a crise financeira, que pretendia, entre outras ações, reformas tributárias e previdenciárias, consideradas de importância vital para o equilíbrio das finanças públicas.

A reeleição do Presidente Václav Klaus (como já dito, fundador do ODS) para um segundo mandato de cinco anos, em fevereiro de 2008, parecia trazer, num primeiro momento, maior legitimidade aos programas e projetos do partido e do próprio Governo. No entanto, a frágil base de sustentação governamental contribuiu para que a oposição arquitetasse diversas moções de censura contra a administração de Topolánek, que conseguiu sobreviver às quatro primeiras, mas sucumbiu à quinta. Ao comparecer ao Congresso do CSSD em meados de março deste ano, o Presidente Klaus (cujas relações com o ODS passaram a ser mornas desde que

renunciou ao partido e deixou de ser seu presidente honorário em dezembro de 2008) alertou seus membros para a conveniência de que todas as forças políticas demonstrassem responsabilidade pelos interesses nacionais, incentivando os deputados rebeldes e os indecisos a votarem a favor da quinta moção de censura contra Topolanek, que terminou por ser aprovada no dia 24 de março, época em que a RT se encontrava em pleno exercício da presidência da UE.

Após um período de certa indefinição, os líderes dos partidos da coalizão governamental (ODS, Verdes e KDU-CSL) e do CSSD concordaram em formar um governo interino, metade do qual indicado por cada lado, no entendimento de que eleições antecipadas seriam realizadas em breve. Foi, então, escolhido para o cargo de Primeiro Ministro o então Presidente do Instituto Estatístico tcheco, Jan Fischer, que foi apontado por Klaus em 9 de abril e, ao formar seu governo, tomou posse em 8 de maio. Para a realização das eleições antecipadas uma emenda constitucional foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado e sancionada pelo Presidente Klaus, que convocou as eleições para os dias 9 e 10 de outubro de 2009.

Apesar de inicialmente os partidos políticos terem concordado em buscar uma solução jurídica para que as eleições antecipadas fossem mantidas, em 15 de setembro, a Câmara dos Deputados optou por retirar de sua agenda a proposta de votação de sua autodissolução, tendo em conta que os sociais democratas (CSSD), respaldados pelos comunistas (KSCM) e pelos verdes, recusaram-se a continuar apoiando a iniciativa. Topolanek, presidente do ODS, desapontado com a mudança de postura da Câmara, demitiu-se do seu cargo de deputado. Nessas circunstâncias, as eleições para a Câmara foram agendadas para o final de maio de 2010, de acordo com a Constituição, mantendo-se até lá o governo provisório.

Eleições de maio/2010

Os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados, ocorridas nos dias 28 e 29 de maio de 2010, trouxeram grande surpresa ao povo tcheco. Os Sociais-Democratas (CSSD) angariaram o maior número de votos, 22,08%, secundados pelos Democratas-Cívicos (ODS), com 20,22%. Tais percentuais revelaram-se, no entanto, bem menores do que os 35,38% e 32,32% obtidos respectivamente por esses dois partidos nas últimas eleições, em 2006. Seguiram-se a esses o TOP 09, os Comunistas (KSCM) e o Assuntos Públicos (VV), que alcançaram respectivamente 16,7%, 11,27% e 10,88%. Dessa forma, os partidos de centro-direita - o ODS, o TOP 09 e o VV - passaram a ter maioria na nova Câmara.

O principal vencedor tem sido considerado o novo partido TOP 09 que, paradoxalmente, tem em sua liderança políticos de idade mais avançada. Registrado em junho do ano passado sob o comando de Karel Schwarzenberg, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, e criado, em parte, como um produto estratégico da direita, o TOP 09 ganhou em poucos meses forte apoio da população e, no pleito, superou, em Praga, seu "irmão mais velho", o ODS.

Conversações sobre a criação de uma coalizão de centro-direita iniciaram-se logo após o anúncio dos resultados. A união de forças do ODS (53 cadeiras) com o TOP 09 (41) e o VV (24) permitirá uma maioria confortável na Câmara, de 200 assentos. Isso porque os Sociais-Democratas, mesmo com maior número de cadeiras na casa (56), não teriam condições de encontrar parceiros de coalizão que lhes possam garantir maioria parlamentar. O único partido ao qual se poderiam unir, o KSCM (Comunistas), conseguiu 26 assentos, o que significa que um acordo entre os dois estaria muito aquém da maioria. Nessas circunstâncias, o líder do ODS, Petr Necas, foi nomeado Primeiro-Ministro, em julho de 2010.

O novo gabinete assumiu com o compromisso de manter a responsabilidade fiscal e um amplo programa de reformas, em especial da administração do Estado. Em política externa, o gabinete definiu as seguintes prioridades: uma política ativa dentro da EU, as relações com países vizinhos e a segurança energética do país.

ECONOMIA

A República Tcheca sempre foi e segue sendo o núcleo duro da indústria automobilística (acaba de superar a Polônia na produção de veículos), de equipamentos ferroviários, de indústrias de transformação e de equipamentos pesados da Europa centro-oriental. Nota-se uma modernização acelerada e globalizada da estrutura industrial.

O país é hoje um dos mais estáveis e prósperos dentre os países pós-comunistas da Europa Central e do Leste, tendo sido o crescimento significativo em 2005 e 2006 impulsionado pelo aumento substancial das exportações e pela retomada dos investimentos internos e externos. A República Tcheca, ademais, constitui-se hoje no que poderíamos qualificar de país “hub”, ou porto seco para o comércio, dada a sua situação geográfica. Passa ela a sediar, assim, uma vocação de logística e de redistribuição de mercadorias para os demais países da Europa central e do leste.

Ainda distante da média de crescimento verificado nos primeiros anos do processo de transição para a economia de mercado implementado pelo ex-Primeiro-Ministro Vaclav Klaus, quando se logrou expansão do PIB de até 6,3% ao ano (1995), o atual momento econômico reflete o ajuste adotado pelo Governo tcheco em razão do ingresso na EU e a crise financeira mundial. Em outubro de 2008, o então PM Topolánek afirmou que a crise financeira não afetaria o país, pois o Gabinete e o Banco Central deteriam meios suficientes para manter o crédito e a estabilidade no setor financeiro. Em 2009, contudo, a economia contraiu-se 4,2%. O Ministro das Finanças, Eduard Janota, afirmou que o crescimento será de 1,5% em 2010 e de 2,4% para 2011, e que a recuperação da Grécia ajudará naturalmente a RT a acalmar os mercados, acabando com especulações e diminuindo custos de empréstimo soberanos. Por enquanto, a RT não participará diretamente na salvação da Grécia, mas emprestará ao Fundo Monetário Internacional, de acordo com o diário Lidové noviny. O Ministro das Finanças calcula em 1 bilhão de euros o impacto indireto da crise grega.

A crise deverá atrasar a entrada da República Tcheca na Eurozona. O programa de adaptação da economia tcheca para inclusão do país na Zona do euro entre 2016 e 2017, faz parte de um plano mais abrangente que pretende reduzir o déficit estatal. Até 2008, o déficit estatal tcheco se encontrava bem abaixo dos 3% do PIB recomendados pela UE, mas, em 2009, após a crise, os cortes das receitas fiscais e o necessário aumento da despesa pública provocaram o crescimento do déficit para 6,6%.

O déficit público tcheco para o corrente ano está projetado para 5,3% do GDP (em torno de 6 bilhões de euro) e o desemprego em 10%. A UE recentemente beneficiou a RT com fundos extras no valor de 239 milhões de euros, a serem alocados durante os próximos três anos (também concedidos à Polônia e à Eslováquia).

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia tcheca continua a atribuir especial importância ao processo de integração à União Européia, tema considerado prioritário por todos os governos, desde a criação do país. Em 1º de maio de 2004, a República Tcheca passou a integrar a União Européia, após ter sua população se manifestado neste sentido, em plebiscito. Outro objetivo-chave da política mais ampla de retorno à Europa foi a adesão, juntamente com a Polônia e a Hungria, à OTAN, em março de 1999, o que despertou forte reação da Rússia, interpretada pelos tchecos como posição que refletia o desejo de Moscou de restaurar sua antiga influência na região.

Desde então, a República Tcheca tem participado de momentos críticos vividos pela Aliança Atlântica, sobretudo em suas intervenções militares na região dos Bálcãs, inclusive em operação de paz no Kosovo, para onde foram enviados soldados tchecos. O país tem manifestado irrestrito apoio à expansão a Leste da Aliança Atlântica, com a realização em Praga, em novembro de 2002, da Reunião de Cúpula da OTAN que selou a entrada de vários países do antigo Bloco Comunista.

O esfriamento das relações entre a República Tcheca e a Rússia, outrora sua principal aliada, não se deve somente à questão da adesão tcheca ao sistema de defesa atlântica. O Governo tcheco, na esteira da Revolução de Veludo, buscou desvincular sua economia da dependência russa, de modo a aproximá-la dos mercados do Ocidente desenvolvido, o que conduziu a um arrefecimento do comércio bilateral, que ainda hoje se baseia na troca de produtos e atividades dos setores de energia e da indústria petroquímica.

A Alemanha passou a ser a principal parceira da República Tcheca em termos comerciais e um país de vínculos fortes em outros campos bilaterais. Apoiou a pretensão tcheca de ingresso na União Européia e sua admissão à OTAN. As relações entre os dois países se estreitam sem o peso, de ressentimentos herdados da Segunda Guerra Mundial.

À margem do tema da integração na Europa, a Chancelaria tcheca tem buscado priorizar alguns parceiros, como: (a) os Estados Unidos, com os quais mantém relações privilegiadas desde a criação da RT, por razões de interesse estratégico e segurança; (b) os vizinhos do Leste europeu, como a Eslováquia, a Polônia e a Hungria, com os quais forma o Grupo de Visegrad (embora informalmente existente desde o século XIV, o grupo foi instituído em 1991, na Hungria, com a presença dos então presidentes da Tchecoslováquia, Hungria e Polônia, e que teve como objetivo traçar um plano de integração econômica e política como precedente para facilitar o ingresso desses países, de interesses regionais convergentes, na UE e, hoje, tem função de coordenação); (c) os países médio-orientais e asiáticos, como Síria, Jordânia, Índia e China e mais recentemente Egito, também considerados grandes mercados para escoamento da produção da sua indústria de armamentos e de máquinas pesadas e alvos da política tcheca de expansão de negócios, captação de investimentos e exportação.

A América Latina, embora não se destaque como área prioritária, vem merecendo crescente interesse na formulação da política exterior. Deve-se ressaltar, no entanto, uma afirmação mexicana nas relações com a República Tcheca, notadamente no campo comercial. A visita do Presidente Fox a Praga, em outubro de 2001, foi importante marco do estreitamento das relações bilaterais. Mencionem-se também as visitas em outubro de 2003 do Primeiro Ministro Spidla ao Chile e ao Peru e, em 2006, do Primeiro Ministro Jiri Paroubek ao Brasil e à Argentina. Mais recentemente, em abril de 2008, o Ministro da Indústria e do Comércio tcheco, Martin Ríman, também esteve no Chile e no Brasil, acompanhado de 30 empresários.

A política externa tcheca segue proativa em iniciativas críticas à infração dos direitos humanos em vários países, em especial em Cuba. Em 2005, durante a festa nacional tcheca em Havana, houve convite a dissidentes políticos e os contatos do então Senador, e depois ex-Chanceler, Karel Schwarzenberg, com esses dissidentes geraram solicitação para que o Senador se retirasse do país.

Na questão do Iraque, malgrado o apoio de primeira hora prestado pelo Governo tcheco à ação armada dos EUA, cumpre recordar que o Presidente Klaus foi contrário à mesma, em sintonia com a vontade popular.

No primeiro semestre de 2009, a RT exerceu a presidência rotativa da União Européia, sucedendo a França. Nesse período, apresentou como suas prioridades os três “E’s”: economia, energia e “Europa no mundo”, demonstrando uma abordagem da política externa européia baseada nesses pilares. Logo ao assumir o papel à frente da UE, foi bem sucedida em ressaltar a importância da continuidade das negociações para resolver a disputa entre a Rússia e a Ucrânia sobre fornecimento de gás, ao mesmo tempo em que endossou as propostas de criação de outras rotas de abastecimento (dentre as quais a do projeto do gasoduto Nabuco) e pressionou a reabertura do debate em torno do aumento da utilização da energia nuclear.

Um momento de grande relevo da presidência tcheca da UE foi a visita do Presidente Barak Obama a Praga, em 4 de abril de 2009, para a cúpula UE-EUA. Segundo a avaliação tcheca três foram os pontos que mais marcaram a visita: (1) o fato de Obama haver decidido encontrar-se com a “Europa como um todo”, e não apenas com os países mais ricos e influentes, que têm atuação preponderante no G-20 e na OTAN; (2) que isso tivesse ocorrido justamente em um pequeno país, que há apenas 20 anos se encontrava em contexto político totalmente distinto; e (3) que o discurso do Presidente norte-americano na Praça do Castelo tenha delineado importante objetivo da política externa de seu governo, apelando para que todos contribuíssem para um mundo livre de armas nucleares, enfatizando que os EUA se comprometiam a reduzir seu arsenal.

Já naquele momento, foi percebido pelos tchecos que a nova Administração norte-americana não daria caráter de urgência ao projeto do escudo antimísseis a ser estabelecido na RT e na Polônia. Segundo tratado assinado entre a RT e os EUA em julho de 2008, deveria ser instalado na base militar de Brdy, 90 Km a sudeste de Praga, um radar antimísseis que, juntamente com a base de intercessão na Polônia, passaria a fazer parte do escudo antimísseis de Washington na Europa, contra alegadas ameaças de países como o Irã, iniciativa à qual Moscou se opunha firmemente.

A nova postura da Administração Obama quanto ao tema evoluiu nos meses subsequentes para o cancelamento do projeto, sobre o que o PM Jan Fisher foi informado em 16/09/09. Apesar disso, o Presidente norte-americano garantiu-lhe que seu país não mudaria sua posição quanto aos acordos com a RT em matéria de cooperação científica e militar e que “a cooperação estratégica bilateral continuaria, já que os EUA ainda consideravam a RT um de seus aliados mais próximos”. Mesmo que 70% do povo tcheco não concordassem com o projeto, da mesma forma como boa parte dos políticos, a decisão não deixou de causar certo desapontamento, já que deu indícios de que o interesse dos EUA em manter fortes vínculos com os países da Europa Central se terá revelado menor do que a intenção de cultivar relações com Moscou. Posteriormente, com a ida do Vice-Presidente Joe Biden a Praga em 23/10, o governo de Obama anunciou que a RT e a Polônia deverão abrigar os novos antimísseis móveis que os EUA planejam colocar em lugar das bases inicialmente planejadas.

A grande questão que ocupou a política externa tcheca (e a política europeia de forma geral) por vários meses foi a da ratificação do Tratado de Lisboa. Após a aprovação do documento pela Irlanda e pela Polônia em outubro de 2009, a RT passou a ser o último membro da União a manter em suspenso seu assentimento.

Mesmo durante a presidência da UE, o Presidente Klaus continuou a expor seu ceticismo no tocante à Europa comunitária, atacando o que denominou de “déficit democrático”. A seu ver, tal déficit mina a UE, tanto no que diz respeito à condução da democracia quanto da economia, pois a apresentação de qualquer opção diferente é considerada de oposição à integração. Quanto ao Tratado de Lisboa especificamente, Klaus manteve sua visão de que as reformas nele contidas somente aumentariam essa “perda de responsabilidade democrática”.

A ratificação do Tratado de Lisboa ocorreria apenas em 3 de novembro de 2009, após a concessão, por parte da UE, à reivindicação do Presidente theco no sentido de que introduzir cláusula de exceção à Carta dos Direitos Fundamentais da UE, assegurando a validade dos decretos de Benes de 1945. Tais decretos criaram a base legal para o confisco de propriedades de minorias alemãs na região dos Sudetos, situada em território da antiga Tchecoslováquia.

Mesmo tendo ratificado o Tratado, Klaus manteve sua postura contrária, declarando que “a RT deixaria de ser um Estado soberano, uma vez iniciada sua implementação”.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS REPÚBLICA TCHECA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Tcheca
Superfície	78.866 Km²
Localização	Europa Oriental
Capital	Praga
Principais cidades	Praga, Brno, Ostrava, Pízen
Idioma oficial	Tcheco
PIB a preços correntes (2010 - estimativa EIU)	US\$ 183,7 bilhões
PIB "per capita" (2010)	US\$ 18.010
Moeda	Coroa Tcheca

Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report October 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	10,2	10,2	10,2	10,2	10,2
Densidade demográfica (hab/Km²)	129,3	129,3	129,3	129,3	129,3
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	142,6	174,2	216,1	190,3	183,7
Crescimento real do PIB (%)	6,8	6,1	2,5	-4,1	1,4
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,5	2,9	6,3	1,0	1,6
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	31,2	34,6	36,7	41,2	38,7
Dívida externa total (US\$ bilhões)	58,4	75,3	80,7	82,4	86,8
Câmbio (Kc / US\$)	20,88	18,08	19,35	18,37	20,60

Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report October 2010.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2007 e 2009 estimativas

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
REPÚBLICA TCHECA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2008	2009	2010⁽¹⁾⁽²⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	6.334	9.518	3.349
Exportações	146.180	112.606	30.854
Importações	139.846	103.088	27.505
B. Serviços (líquido)	3.912	1.333	-393
Receita	21.802	20.314	4.876
Despesa	17.890	18.981	5.269
C. Renda (líquido)	10.509	12.194	2.030
Receita	10.126	4.934	1.132
Despesa	20.635	17.128	3.162
D. Transferências unilaterais (líquido)	-983	-805	-67
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-1.246	-2.148	859
F. Conta de capitais (líquido)	1.779	2.149	123
G. Conta financeira (líquido)	3.585	6.544	1.547
Investimentos diretos (líquido)	2.258	1.384	1.936
Portfolio (líquido)	-40	6.029	728
Outros	1.367	-869	-4.211
H. Erros e Omissões	-1.696	-2.261	201
I. Saldo (E+F+G+H)	2.422	4.284	-364

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, October 2010.

(1) jan-mar

(2) Última posição disponível em 13/10/2010

COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010⁽²⁾⁽³⁾
Exportações (fob)	78.140	95.030	122.750	147.247	119.613	30.708
Importações (fob)	76.507	93.343	118.457	142.246	105.367	28.325
Saldo comercial	1.634	1.693	4.293	5.001	8.246	2.383
Total	154.647	188.379	241.207	289.493	218.980	59.033

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, October 2010.

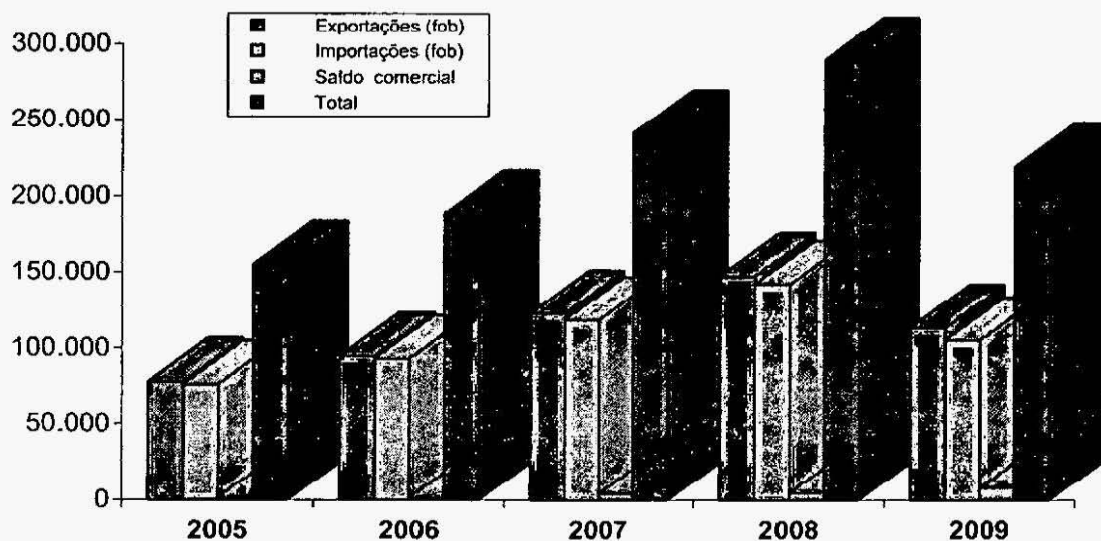
(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) jan-mar

(3) Última posição em 15/10/2010

COMÉRCIO EXTERIOR DA REPÚBLICA TCHECA 2005 - 2009

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, October 2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2 0 0 7 no total	% no total	2 0 0 8 no total	% no total	2 0 0 9 no total	% no total	2 0 1 0 ⁽¹⁾⁽²⁾ no total	% no total
EXPORTAÇÕES								
Alemanha	37.695	30,7%	44.976	30,5%	36.645	32,3%	9.916	32,3%
Eslováquia	10.653	8,7%	13.444	9,1%	10.246	9,0%	2.606	8,5%
Polônia	7.285	5,9%	9.504	6,5%	6.590	5,8%	1.783	5,8%
França	6.674	5,4%	8.029	5,5%	6.388	5,6%	1.778	5,8%
Reino Unido	6.256	5,1%	7.040	4,8%	5.603	4,9%	1.534	5,0%
Áustria	5.628	4,6%	6.939	4,7%	5.350	4,7%	1.392	4,5%
Itália	6.021	4,9%	6.837	4,6%	4.979	4,4%	1.555	5,1%
Países Baixos	4.580	3,7%	5.778	3,9%	4.400	3,9%	1.221	4,0%
Bélgica	3.472	2,8%	3.926	2,7%	2.917	2,6%	898	2,9%
Hungria	3.846	3,1%	4.157	2,8%	2.891	2,5%	702	2,3%
Espanha	3.241	2,6%	3.352	2,3%	2.641	2,3%	822	2,7%
Rússia	2.670	2,3%	4.277	2,9%	2.634	2,3%	664	2,2%
Brasil	226	0,2%	323	0,2%	278	0,2%	100	0,3%
SUBTOTAL	98.457	80,2%	118.582	80,5%	91.564	80,6%	24.971	81,3%
DEMAIS PAÍSES	24.293	19,8%	28.665	19,5%	22.049	19,4%	5.737	18,7%
TOTAL GERAL	122.750	100,0%	147.247	100,0%	113.613	100,0%	30.708	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, October 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) jan-mar

(2) última posição 15/10/2010

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2 0 0 7 no total	% no total	2 0 0 8 no total	% no total	2 0 0 9 no total	% no total	2 0 1 0 ⁽¹⁾⁽²⁾ no total	% no total
IMPORTAÇÕES								
Alemanha	37.704	31,8%	43.117	30,3%	32.315	30,7%	8.600	30,4%
Polônia	7.404	6,3%	9.159	6,4%	7.344	7,0%	2.010	7,1%
Eslováquia	7.523	6,4%	9.272	6,5%	6.950	6,6%	1.737	6,1%
Países Baixos	7.996	6,7%	7.907	5,6%	6.315	6,0%	1.803	6,4%
China	5.987	5,1%	6.890	4,8%	6.010	5,7%	1.684	5,9%
Áustria	6.000	5,1%	7.456	5,2%	5.546	5,3%	1.434	5,1%
Rússia	5.385	4,5%	8.818	6,2%	5.199	4,9%	1.515	5,3%
Itália	5.202	4,4%	5.871	4,1%	4.191	4,0%	1.031	3,6%
França	4.822	4,1%	5.335	3,8%	3.794	3,6%	1.012	3,6%
Bélgica	3.416	2,9%	4.219	3,0%	3.142	3,0%	792	2,8%
Reino Unido	3.219	2,7%	3.886	2,7%	2.883	2,7%	792	2,8%
Hungria	3.536	3,0%	3.992	2,8%	2.484	2,4%	673	2,4%
Japão	2.489	2,1%	3.024	2,1%	1.834	1,7%	385	1,4%
Espanha	2.002	1,7%	2.271	1,6%	1.717	1,6%	492	1,7%
Estados Unidos	1.539	1,3%	1.711	1,2%	1.183	1,1%	468	1,7%
Brasil	118	0,1%	183	0,1%	118	0,1%	22	0,1%
SUBTOTAL	104.341	88,1%	123.112	86,5%	91.026	86,4%	24.451	86,3%
DEMAIS PAÍSES	14.116	11,9%	19.134	13,5%	14.341	13,6%	3.674	13,7%
TOTAL GERAL	118.457	100,0%	142.246	100,0%	105.367	100,0%	28.325	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, October 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) jan-mar

(2) última posição 15/10/2010

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2009	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	21.165	18,7%	
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	19.492	17,3%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	18.565	16,4%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.691	4,2%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	4.042	3,6%	
Plásticos e suas obras	3.706	3,3%	
Ferro fundido, ferro e aço	2.791	2,5%	
Borracha e suas obras	2.619	2,3%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	2.583	2,3%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.925	1,7%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1.683	1,5%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.595	1,4%	
Vidro e suas obras	1.588	1,4%	
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento	1.555	1,4%	
Produtos farmacêuticos	1.271	1,1%	
Livros, gravuras, jornais e outros artigos gráficos	1.167	1,0%	
Alumínio e suas obras	1.123	1,0%	
Subtotal	91.561	81,1%	
Demais Produtos	21.323	18,9%	
Total Geral	112.884	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	17.406	16,6%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	16.844	16,1%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	9.588	9,1%	
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	8.526	8,1%	
Plásticos e suas obras	5.066	4,8%	
Produtos farmacêuticos	3.686	3,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	3.643	3,5%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3.003	2,9%	
Instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia	2.790	2,7%	
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	2.004	1,9%	
Borracha e suas obras	1.857	1,8%	
Alumínio e suas obras	1.514	1,4%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	1.513	1,4%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	937	0,9%	
Subtotal	78.377	74,8%	
Demais Produtos	26.473	25,2%	
Total Geral	104.850	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 15/10/2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA TCHECA ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
(US\$ mil, fob)					
Exportações	57.398	48.966	60.389	67.277	43.204
Variação em relação ao ano anterior	-28,5%	-14,7%	23,3%	11,4%	-35,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	215.820	237.481	274.655	378.424	330.600
Variação em relação ao ano anterior	96,0%	10,0%	15,7%	37,8%	-12,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	1,2%	1,2%	1,0%	1,0%	1,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%
Total	273.218	286.447	335.044	445.701	373.804
Variação em relação ao ano anterior	43,6%	4,8%	17,0%	33,0%	-16,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Europeia	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Saldo Comercial	-158.422	-188.515	-214.266	-311.147	-287.396

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

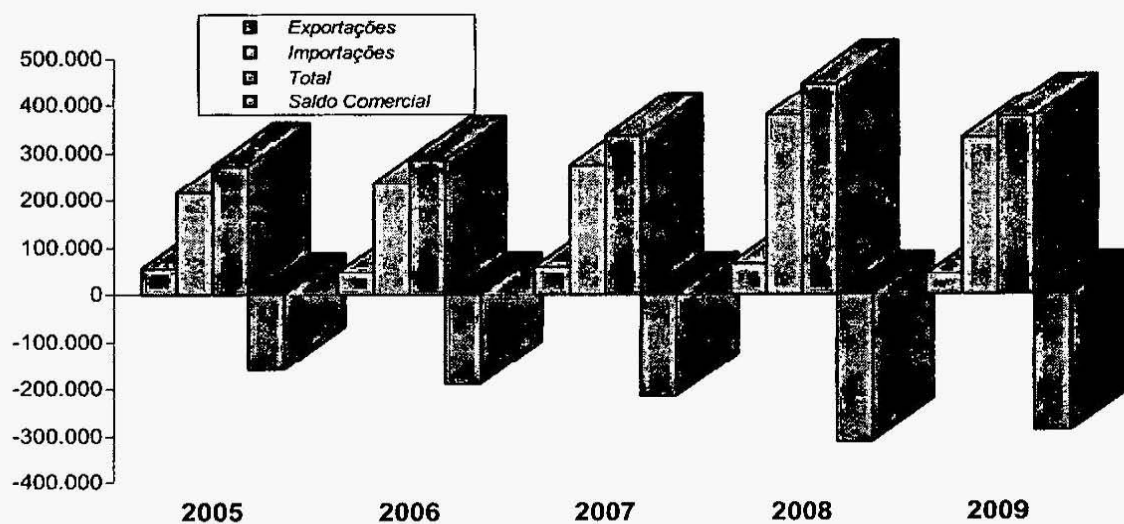
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações tchecas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA TCHECA	2009	2010
(US\$ mil, fob)	(jan-set)	(jan-set)
Exportações	34.486	29.876
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-36,1%	-13,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	220.709	363.512
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-27,0%	64,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	1,1%	1,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,3%
Intercâmbio comercial	255.195	393.388
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-28,3%	54,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Europeia	0,6%	0,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%
Balança comercial	-186.223	-333.636

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-REPÚBLICA TCHECA 2005 - 2009

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA TCHECA (US\$ mil - FOB)		2007		2008		2009	
		no total	%	no total	%	no total	%
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		11.017	18,2%	8.836	13,1%	7.924	18,3%
Outros "bulldozers" e "angledozers" de lagartas		986	1,6%	1.480	2,2%	3.983	9,2%
Outras partes para motores de explosão		473	0,8%	502	0,7%	603	1,9%
Outros laminadores a quente e/ou frio, de metais		0	0,0%	0	0,0%	603	1,4%
Injeção eletrônica para motores de explosão		468	0,8%	1.800	3,0%	1.435	1,0%
Outras partes de compressores de ar/outras gases		273	0,5%	1.218	1,8%	325	0,8%
Pêles, exceto a peleteria, e couros		4.192	6,9%	6.128	9,1%	5.121	11,9%
Couros/peles, bovinos, preparadas e divididas com a flor		0	0,0%	340	0,5%	3.583	8,3%
Outros couros/peles bovinos, preparados		2.121	3,5%	3.851	5,7%	650	1,5%
Outros couros/peles bovinos, inteiros, preparados		1.473	2,4%	1.784	2,7%	270	0,6%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		1.537	2,5%	5.362	8,0%	4.576	10,6%
Extratos e sucos, de carnes, de peixes, de crustáceos, etc		87	0,1%	4.648	6,9%	4.576	10,6%
Preparações alimentícias e conservas de galos, galinhas		1.450	2,4%	714	1,1%	50	0,0%
Café, chá, mate e especiarias		2.832	4,7%	2.320	3,4%	4.407	10,2%
Café não torrado, não descafeinado, em grão		2.821	4,7%	2.320	3,4%	4.407	10,2%
Carnes e miudezas, comestíveis		6.896	11,4%	4.232	6,3%	2.984	6,9%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados		4.823	8,0%	2.970	4,4%	2.206	5,1%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados		3.234	5,4%	4.519	6,7%	2.544	5,9%
Fumo não manufaturado total/parcialmente destilado folhas secas, "Virginia"		2.819	4,7%	1.699	1,0%	1.641	3,8%
Fumo não manufaturado total/parcialmente destilado folhas secas, "Burley"		0	0,0%	3.658	5,4%	707	1,6%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes		3.805	6,3%	2.868	4,3%	2.522	5,8%
Outros calçados sol. ext. borracha/plástico/couro/ natural		840	1,4%	1.114	1,7%	1.163	2,7%
Calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras		751	1,2%	788	1,2%	779	1,8%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose		2.066	3,4%	2.373	3,5%	2.213	5,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos		5.702	9,4%	4.572	6,8%	1.910	4,4%
Armas e munições, suas partes e acessórios		151	0,3%	304	0,5%	1.338	3,1%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões		1.667	2,8%	1.657	2,5%	1.023	2,4%
Ferro fundido, ferro e aço		107	0,2%	1.894	2,8%	695	1,6%
Plásticos e suas obras		1.551	2,6%	743	1,1%	606	1,4%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas		315	0,5%	507	0,8%	580	1,3%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		731	1,2%	891	1,3%	506	1,2%
Sabões, agentes orgânicos de superfície		923	1,5%	1.509	2,2%	460	1,1%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns		449	0,7%	599	0,9%	435	1,0%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios		7.683	12,7%	6.016	8,9%	247	0,6%
Subtotal		54.858	90,8%	55.330	82,2%	40.091	92,8%
Demais Produtos		5.531	9,2%	11.947	17,8%	3.113	7,2%
TOTAL GERAL		60.389	100,0%	67.277	100,0%	43.204	100,0%

Elaborado pelo MIDEPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIOSECEX/Alcanceb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA TCHECA (US\$ mil. FOB)	2 0 0 7 no total	2 0 0 8 no total	2 0 0 9 no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	129.933	149.903	135.359
Outros motores de explosão para veículos automíveis, sup. 1000cm3	54.461	35.557	44.960
Bombas injetoras de combustível/pmotor diesel/semidiesel	1.983	25.622	16.866
Partes de máquinas e aparelhos de ar-condicionado	9.566	8.546	8.646
Outras bombas para combustíveis	411	709	5.937
Outras partes para motores diesel ou semidiesel	1.527	898	4.072
Veículos automíveis, tratores, suas partes e acessórios	31.011	40.506	50.286
Caixas de marchas para veículos automíveis	6.103	14.923	20.426
Outras caixas de marchas para veículos automíveis	1.982	3.357	5.141
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automíveis	6.360	4.905	4.911
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	36.419	58.446	43.290
Motor elétrico corrente alternativa trifásica 750W	2.417	6.452	4.505
Outros relés 60 volts	1.888	3.277	3.267
Potenciômetro de carvão, utilizado em sistema de injeção de combustíveis	3.041	3.173	2.965
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	16.099	30.030	16.978
Trilhos de aço, de peso linear superior ou igual a 44,5 kg/m	6.627	12.909	3.913
Instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia	14.438	21.148	14.871
Contraladores eletrôn. p/sist. de injeção, automáticos	5.169	7.963	4.320
Borracha e suas obras	7.945	16.506	13.648
Obras diversas de metais comuns	3.891	5.826	12.066
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.237	5.085	8.217
Plásticos e suas obras	5.515	8.039	7.043
Vidro e suas obras	3.873	18.538	5.636
Subtotal	251.361	344.227	307.394
Demais Produtos	23.294	34.197	23.206
TOTAL GERAL	274.655	378.424	330.600

Elaborado pelo MRE/PRODIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de MD/COSECE/Albarello.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA TCHECA ⁽¹⁾		2 0 0 9	%	2 0 1 0	%
(US\$ mil - fob)		(jan-set)	no total	(jan-set)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Pêles, exceto a peleteria (pêles com pelo*), e couros	4.527	13,1%	11.341	38,0%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	6.559	19,0%	2.432	8,1%	
Café, chá, mate e especiarias	3.138	9,1%	2.176	7,3%	
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	1.970	5,7%	1.751	5,9%	
Carnes e miudezas, comestíveis	2.694	7,8%	1.738	5,8%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.113	3,2%	1.626	5,4%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	2.544	7,4%	1.426	4,8%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	153	0,4%	958	3,2%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1.539	4,5%	848	2,8%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	720	2,1%	569	1,9%	
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	544	1,6%	381	1,3%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	4.207	12,2%	369	1,2%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	188	0,5%	349	1,2%	
Borracha e suas obras	26	0,1%	347	1,2%	
Açúcares e produtos de confeitaria	51	0,1%	270	0,9%	
Obras diversas	162	0,5%	254	0,9%	
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	136	0,4%	244	0,8%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	350	1,0%	240	0,8%	
Plásticos e suas obras	461	1,3%	234	0,8%	
Produtos farmacêuticos	28	0,1%	229	0,8%	
Subtotal	31.110	90,2%	27.782	93,0%	
Demais Produtos	3.376	9,8%	2.094	7,0%	
TOTAL GERAL	34.486	100,0%	29.876	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	89.908	40,7%	128.456	35,3%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	30.143	13,7%	61.877	17,0%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	30.391	13,8%	50.988	14,0%	
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	889	0,4%	16.155	4,4%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	11.719	5,3%	14.310	3,9%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	10.553	4,8%	12.948	3,6%	
Borracha e suas obras	10.573	4,8%	12.296	3,4%	
Obras diversas de metais comuns	8.277	3,8%	10.358	2,8%	
Subtotal	192.453	87,2%	307.388	84,6%	
Demais Produtos	28.256	12,8%	56.124	15,4%	
TOTAL GERAL	220.709	100,0%	363.512	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DFRDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-set/2010.

Aviso nº 759 - C. Civil.

Em 27 de outubro de 2010.


A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

Atenciosamente,


CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

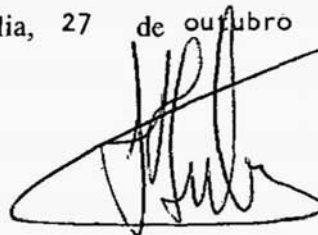
MENSAGEM
Nº 297, DE 2010
(nº 630/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Os méritos da Senhora Leda Lucia Martins Camargo que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de outubro de 2010.



EM No 00451 MRE

Brasília, 20 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO**

CPF.: 011.556.520-53

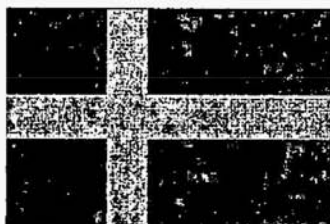
ID.: 6545 MRE

- 1946 Filha de Emani Saldanha de Camargo e Leda Adelina Martins Camargo, nasce em 5 de março, em Porto Alegre/RS
- 1969 Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 1970 Direito Internacional Público e Privado, nível pós-graduação, Academia de Direito Internacional de Haia
- 1971 Faculdade de Economia e Administração de Empresas, Porto Alegre/RS, Professora Assistente de Direito Constitucional
- 1972 Pós-graduação, Diplôme d'Etudes Supérieures de Droit Publique, Universidade de Paris/FR
- 1972 Pós-graduação em Política Internacional e América Latina pelo Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos, Universidade de Paris/FR
- 1973 Pós-graduação em Sociologia do Poder Político e Ideias Políticas Contemporâneas pelo Institut des Sciences Politiques, Paris/FR
- 1976 CPDC - IRBr
- 1977 Terceira Secretária em 17 de outubro
- 1977 Secretária de Imprensa do Gabinete, assistente
- 1979 Embaixada em Nova Delhi, Terceira Secretária em missão transitória
- 1979 Segunda-Secretária em 12 de dezembro
- 1980 Embaixada em Washington, Segunda Secretária
- 1983 Embaixada em Buenos Aires, Segunda e Primeira Secretária
- 1985 Primeira Secretária, por merecimento, em 24 de dezembro
- 1987 Divisão Econômica Latino-Americana, Subchefe
- 1988 V Conferência Regional da CEPAL sobre Integração da Mulher, Guatemala, Chefe de delegação
- 1989 Divisão de Cooperação Intelectual, Chefe
- 1989 Ordem de Mayo al Mérito, Argentina, Oficial
- 1990 Conselheira, por merecimento, em 19 de dezembro
- 1991 Embaixada em Roma, Conselheira
- 1991 Ordem ao Mérito da República Italiana, Comendador
- 1995 Consulado-Geral em Santiago, Cônsul-Geral Adjunta
- 1997 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de junho
- 1998 Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Brasil, Comendador
- 2000 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira
- 2000 Reuniões de Negociação do Acordo Birregional Mercosul-União Européia, Chefe de delegação
- 2004 Embaixada em Maputo, Embaixadora
- 2004 Ministra de Primeira Classe em 21 de dezembro
- 2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2008 Embaixada em Praga, Embaixadora



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



ÍNDICE

I. DADOS BÁSICOS	
II. PERFIS BIOGRÁFICOS.....	
REI CARLOS XVI GUSTAVO DA SUÉCIA	
RAINHA SILVIA DA SUÉCIA.....	
FREDRIK REINFELDT.....	
CARL BILDt	
III. RELAÇÕES BILATERAIS.....	
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	
CONSELHO DE NEGÓCIOS BRASIL-SUÉCIA	
ENERGIA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERAÇÃO TRILATERAL.....	
BIODIVERSIDADE.....	
AÇÃO CONJUNTA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
IV. POLÍTICA INTERNA.....	
V. POLÍTICA EXTERNA	
AMÉRICA DO SUL.....	
NOVA ESTRUTURA DA UE/PRESIDÊNCIAS ROTATIVAS.....	
REFORMA DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS (FMI, BANCO MUNDIAL)	
REFORMA DO CSNU.....	
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO: CONFLITO ISRAEL-PALESTINA	
PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO.....	
OPERAÇÕES DE PAZ E COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ (CCP)	
CRISE FINANCEIRA (PÓS-PITTSBURGH) – G20F	
RODADA DOHA.....	
MUDANÇA DO CLIMA: AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DE CÚPULA DE COPENHAGUE	
DESARMAMENTO E NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA	
METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (MDM)	
VI. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	
VII. ANEXOS	
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	
CRONOLOGIA HISTÓRICA	
ATOS BILATERAIS EM VIGOR.....	
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	

I. DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Suécia
CAPITAL	Estocolmo
ÁREA	449.964 km ²
POPULAÇÃO	9,3 milhões
ETNIAS	Suecos, finlandeses e minorias sami
IDIOMAS	Sueco (e minorias de idioma finlandês e sami)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Luteranos (83%); muçulmanos (2,2%); católicos (1,8%); outros (13%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentar
CHEFE DE ESTADO	Rei Carlos XVI Gustavo, desde set/1973 (casado com a Rainha Silvia, filha de mãe brasileira e pai alemão)
CHEFE DE GOVERNO	PM Fredrik Reinfeldt, desde out/06
MNE	Carl Bildt
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Annika Markovic
EMBAIXADOR EM ESTOCOLMO	Antonino Mena Gonçalves
PIB (est. 2009)	US\$ 387,0 bilhões
PIB PPP (est. 2009)	US\$ 326,0 bilhões
PIB "per capita" (est. 2009)	US\$ 42,8 mil
PIB "per capita" PPP (est. 2009)	US\$ 35,3 mil
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca

COMERCIO BILATERAL (US\$ MILHÕES FOB)

BRASIL-SUECIA	2002	2003	2004	2005	2006
Intercâmbio	758,9	938,5	1.323,2	1.460,7	1.447,7
Exportações	183,8	297,0	503,6	547,6	497,0
Importações	575,2	641,5	819,6	913,1	950,7
Saldo	-391,4	-344,4	-316,0	-365,5	-453,7

Fonte: MDIC

BRASIL-SUECIA	2007	2008	2009	2010 (jan-jun)
Intercâmbio	1.983,8	2.286,6	1.419,0	1.145,5
Exportações	634,4	624,5	312,8	172,0
Importações	1.349,4	1.662,0	1.106,2	973,4
Saldo	-715,0	-1.037,5	-793,3	-801,4

Fonte: MDIC

II. PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Carlos XVI Gustavo da Suécia

Detentor de atribuições representativas e simbólicas inscritas na Constituição da Suécia de 1975, o Rei Carlos XVI Gustavo nasceu em 30 de abril de 1946. O monarca sueco tem grande interesse por questões relativas ao comércio exterior, agricultura, tecnologia, conservação da natureza e meio ambiente. Preside, desde 1988, o Conselho do ramo sueco da ONG “Fundo Mundial para a Natureza” (World Wide Fund for Nature - WWF). Cultiva interesse também por automóveis, arte, música e gastronomia. Após tornar-se Oficial da Marinha, em 1968, o então Príncipe Herdeiro obteve formação acadêmica em ciências humanas e economia nas Universidades de Uppsala e Estocolmo. Adquiriu experiência internacional ao servir na Missão Permanente da Suécia na ONU, em Nova York, bem como ao trabalhar para a Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA), no continente africano. Esteve também em Londres – onde trabalhou no Hambro’s Bank, na Embaixada da Suécia e na Câmara de Comércio Sueco-Britânica – e em Nevers (França), onde estagiou na empresa sueca Alfa-Laval. Com o falecimento de seu avô, Gustavo VI Adolfo, Carlos Gustavo subiu ao trono em 15 de setembro de 1973, com 27 anos de idade, com o nome de Carlos XVI Gustavo. Casou-se em 1976 com Silvia Renate (de Toledo) Sommerlath, filha de pai alemão e mãe brasileira. O casal tem três filhos: Princesa Herdeira Victória, Príncipe Carlos Filipe e Princesa Madeleine. Em 1998, o Rei Carlos XVI Gustavo liderou a missão tecnológica da Academia Real de Engenharia ao Brasil.

Rainha Silvia da Suécia

A Rainha Silvia nasceu em Heidelberg (Alemanha), em 23 de dezembro de 1943. Filha do empresário alemão Walther Sommerlath e de sua esposa brasileira, Alice de Toledo Sommerlath – ambos já falecidos – Silvia Renate tem dois irmãos mais velhos: Ralf e Walther Sommerlath, residentes na Alemanha. O terceiro irmão, Jörg Sommerlath, trabalhou como contratado local no Setor de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil em Berlim até seu falecimento, em 2006. Entre os 3 e os 13 anos, Silvia Renate foi educada em São Paulo, durante o período em que sua família residiu no Brasil. De 1965 a 1969 estudou na Escola de Intérpretes de Munique, especializando-se em espanhol. Além de português fluente, fala

sueco, alemão, espanhol, inglês e francês. Entre 1971 e 1973, foi instrutora de intérpretes junto ao Comitê organizador das Olimpíadas de Munique; durante os Jogos, conheceu o então Príncipe Herdeiro da Suécia, com quem casou-se em 19 de junho de 1976. Muito atuante na área dos direitos da criança, a Rainha Silvia preside a “World Childhood Foundation” (Fundação Mundial da Infância), organização não-governamental que fundou em 1999, com o objetivo de promover melhores condições de vida para as crianças e de combater a exploração sexual de menores. A WCF desenvolve projetos em 15 países e tem escritórios no Brasil, na Alemanha e nos EUA, além da Suécia. Assim como o Rei Carlos XVI Gustavo, a Rainha Silvia é membra da Igreja Luterana da Suécia. Ela esteve no Brasil pela última vez em novembro de 2008, quando participou de evento organizado pela Fundação Mundial da Infância, e no final de 2009, juntamente com o Rei Carlos XVI Gustavo, para rápida visita de caráter privado.

Fredrik Reinfeldt

Primeiro-Ministro da Suécia

Fredrik Reinfeldt nasceu em Estocolmo, em 4 de agosto de 1965. É Bacharel em Economia e Administração de Empresas, pela Universidade de Estocolmo (1990). É Membro do Parlamento desde 1991. Entre 1995 e 1997, foi Presidente da Democratic Youth Community of Europe. A partir de 1997, foi Presidente do YEPP/Youth of the European People's Party, tendo ocupado essa posição até 1999. Entre 1995 e 2002, foi Membro do diretório do Partido Moderado. Entre 2001 e 2002, foi Representante Alterno no Comitê sobre Assuntos da UE do Parlamento, período no qual também foi Presidente do Comitê de Justiça do Parlamento. A partir de 2001, até 2003, foi Vice-presidente do Comitê de Finanças do Parlamento. Entre 2003 e 2006, foi Membro do Conselho Consultivo sobre Relações Exteriores do Parlamento. A partir de 2003, ocupa as posições de Presidente do Comitê Executivo do grupo do Partido Moderado no Parlamento e de Líder do Partido Moderado. Ascendeu a Primeiro-Ministro da Suécia em 2006. É casado e tem três filhos.

Carl Bildt

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia

Carl Bildt nasceu em 15 de julho de 1949, descendente de tradicional família sueca, com raízes na antiga nobreza escandinava. Levou o Partido Moderado, que passou a liderar em 1986, à vitória contra os social-democratas em 1991, havendo sido eleito Primeiro-Ministro na ocasião. Com a volta dos social-democratas ao Governo, em 1994, Bildt passou a dedicar-se ao esforço internacional para terminar a Guerra nos Bálcãs. Foi Representante Especial da União Europeia na ex-Iugoslávia (1995), Co-Presidente das Negociações de Paz de Dayton (1995-1997), Alto Representante da Comunidade Internacional na Bósnia e Herzegovina para a Reconstrução e a Implementação do Processo de Paz (1996-1997) e Enviado Especial do SGONU nos Bálcãs (1999-2001). Posteriormente, passou a dedicar-se à vida acadêmica, ocupou posições de alto nível no setor privado, até voltar ao Governo da Suécia em 2006, como Chanceler. Carl Bildt é casado e tem três filhos.

III. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Suécia concentravam-se, no passado, majoritariamente, no campo econômico. A partir da visita de Estado do Presidente Lula da Silva, em setembro de 2007, bem como de sua visita a Estocolmo em outubro de 2009, tem-se verificado, no entanto, renovado interesse em atribuir mais fluidez ao diálogo político. As constantes visitas de alto nível, assim como a vinda do Casal Real sueco ao Brasil, em março último, atestam o intuito dos dois países de reforçar a cooperação bilateral. O Plano de Ação da Parceria Estratégica, assinado na visita do Sr. PR, compreende o fortalecimento do diálogo político e da cooperação nas áreas econômico-comercial, bioenergia, defesa, meio ambiente, ciência e tecnologia, inovação, educação e cultura.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia aumentou 144% entre 2003 e 2008. Em 2009, contudo, o fluxo comercial bilateral caiu 38% em relação ao valor verificado em 2008, em consequência dos efeitos da crise financeira internacional (as exportações brasileiras caíram 50%, e as importações diminuíram 33%). O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil.

As importações de produtos suecos representaram 0,96 % (US\$ 1,66 bi) do total importado pelo Brasil em 2008, e 0,87% (US\$ 1,1 bi) em 2009. A tendência histórica deficitária para o lado brasileiro é devida, em grande parte, à maciça presença de filiais de mais de duzentas empresas suecas no Brasil, que importam grandes volumes de suas respectivas matrizes.

Existem oportunidades no mercado sueco para produtos brasileiros nos seguintes setores: moveleiro, moda/têxteis, calçados/couro, flores e frutas, saúde e turismo. Por ocasião da visita do Casal Real sueco, em março último, foi lançado o Conselho de Negócios Brasil-Suécia, a fim de multiplicar os contatos entre empresários e promover o incremento das trocas comerciais.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil em 2009, destacam-se o café em grão (29,2%) e minérios de cobre e seus concentrados (16,7%). O Brasil importa, sobretudo, máquinas e equipamentos mecânicos (38,7%); veículos, automóveis e tratores (11,1%); e máquinas e aparelhos elétricos (9,8%).

Os investimentos suecos no Brasil são significativos. Alguns tiveram início há quase um século. Sua real magnitude nem sempre é refletida pelas estatísticas atualmente disponíveis. Segundo dados do BACEN, a Suécia é o 11º maior investidor no Brasil (US\$ 52,5 milhões em 2008, o que significou queda de 9% em relação a 2007, mas aumento de 72% em relação a 2006). De janeiro a abril de 2009, os investimentos suecos já tinham totalizado US\$ 99,44 milhões, segundo o BACEN (último dado disponível). De acordo com dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Estatísticas sueco, o fluxo de investimentos suecos no Brasil entre janeiro e setembro de 2009 totalizou US\$ 351 milhões.

Os principais grupos empresariais da Suécia estão presentes no Brasil. De fato, são cerca de 200 as empresas suecas hoje instaladas no país, entre as quais

Volvo, Ericsson, Scania, Electrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS e Sandvik. Estima-se que as empresas suecas empreguem aproximadamente 50 mil pessoas em todo o Brasil.

Em 2008, as obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações e o setor de fabricação de compressores representaram 78% dos investimentos suecos. Nos primeiros meses de 2009, cerca de 90% dos investimentos foram destinados ao setor de transporte rodoviário de carga e atividades relacionadas à sua organização.

Em março de 2006, na presença da Princesa Herdeira Victoria, foi aberto escritório do Conselho de Exportação da Suécia em São Paulo, visando a consolidar e ampliar o fluxo de comércio e investimentos entre a Suécia e o Brasil. A Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, fundada em São Paulo (1953), tem um representante em Estocolmo desde outubro de 2006.

Conselho de Negócios Brasil-Suécia

Por ocasião da visita do Senhor Presidente da República a Estocolmo, em outubro de 2009, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e seu homólogo sueco assinaram Memorando de Entendimento para a criação de um Conselho de Negócios Brasil-Suécia. Formado por entidades públicas e privadas, o Conselho consiste em foro de discussão sobre temas de interesse comum no campo econômico-comercial. Entre os principais objetivos do Conselho, de acordo com o Termo de Referência assinado em Estocolmo, destacam-se iniciativas para promover o comércio, a indústria e os investimentos, em prol do crescimento econômico; para favorecer a competitividade, por meio da inovação e do empreendedorismo; para promover parcerias para que sejam criadas soluções no domínio da educação e do desenvolvimento da força de trabalho; e para promover o intercâmbio de tecnologia em áreas estratégicas.

Vislumbrando as relações bilaterais Brasil-Suécia de forma mais abrangente, o Conselho de Negócios Brasil-Suécia parece atestar não somente o incremento do intercâmbio comercial, que triplicou entre 2003 e 2008, mas também a fluidez e o dinamismo do relacionamento político bilateral.

Energia: desenvolvimento sustentável e cooperação trilateral

A Suécia segue como o principal parceiro do Brasil na promoção do uso dos biocombustíveis no âmbito da UE, além de ser o maior consumidor de etanol brasileiro na Europa.

A Suécia defende o uso de biocombustíveis por razões ambientais e para reduzir a dependência em relação ao petróleo. Como a produção local é reduzida e pouco competitiva, a Suécia hoje importa dos vizinhos comunitários e do Brasil a maior parte do etanol que consome (o etanol brasileiro está chegando à Suécia pela Holanda, sendo contabilizado pela SECEX no intercâmbio Brasil-P. Baixos). Ao Governo sueco, não parecem interessar subsídios à produção local do chamado etanol “de primeira geração”, sendo dada preferência aos investimentos em pesquisa para o desenvolvimento do produto “de segunda geração”, ainda não

disponível comercialmente. Nesse sentido, a Suécia tem defendido a remoção da tarifa aduaneira comunitária incidente sobre o produto brasileiro. Em fevereiro de 2008, a Suécia logrou obter “waiver” da CE, válido por um ano, permitindo a mistura do etanol à gasolina e sua internalização com classificação alfandegária de produto químico, sobre o qual incide tarifa de apenas 6,5% “ad valorem”. No início de 2009, a CE acatou o pedido sueco para a renovação do “waiver” por mais um ano. Os procedimentos necessários para estender o “waiver” por mais um ano (até 01/04/2011) já foram iniciados pelo governo sueco junto à DG-TAXUD, que deverá votar sobre a matéria nas próximas semanas.

O Governo sueco introduziu a mistura de 5% de etanol à gasolina em 2001 e, desde aquele ano, vem promovendo o uso do E85 em veículos flex-fuel – até mesmo mediante incentivos financeiros, como redução fiscal, desconto de 10 mil coroas suecas (cerca de US\$ 1,5 mil) na compra de automóvel flex novo e isenção de taxas de estacionamento e de circulação no centro de Estocolmo. Em geral, a população respalda o uso do biocombustível, assim como as montadoras locais, que produzem automóveis flex-fuel (Volvo e Saab) e ônibus movidos a etanol (Scania). Apenas no primeiro semestre de 2009, 166,6 mil veículos flex-fuel foram vendidos no país. Aproximadamente 650 ônibus movidos a etanol circulam por Estocolmo.

O Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, foi firmado em 11 de setembro de 2007, por ocasião de visita do Presidente Lula a Estocolmo, e entrou em vigor em 6 de abril de 2009. O instrumento estabeleceu o marco legal que balizará as ações entre Brasil e Suécia nessa importante vertente do relacionamento bilateral. Mediante a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de alto nível - do qual participam, pelo Brasil, o MRE, o MME, o MCT, o MAPA e o MDIC, admitindo-se a possibilidade de convite a representantes do setor privado, acadêmico e de organizações não-governamentais, conforme apropriado -, os dois países deverão promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia.

A I reunião do GT – realizada em Estocolmo, em 16 de setembro de 2009 – evidenciou a convergência dos dois países na área de bioenergia e propiciou troca de informações sobre as possibilidades de cooperação em terceiros países; sobre a questão da sustentabilidade dos biocombustíveis; e sobre os mecanismos de promoção do crescimento das energias renováveis na matriz energética global. A II reunião poderia, em princípio, ser realizada no primeiro semestre de 2011.

Ainda no âmbito da cooperação estabelecida pelo Memorando de Entendimento, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, visitou oficialmente a Suécia em novembro de 2009, acompanhado de delegação integrada por especialistas nos mais diversos aspectos da produção e uso de biocombustíveis no Brasil, bem como por representantes dos setores público e privado, da academia e dos trabalhadores. A delegação brasileira organizou, durante o evento internacional “World Bioenergy - Clean Vehicles & Fuels 2009”, sessão dedicada à experiência brasileira na área de biocombustíveis e à experiência de grandes atores privados

suecos no mercado brasileiro, contribuindo para o objetivo brasileiro de esclarecer a comunidade internacional sobre as oportunidades e desafios relacionados a essa fonte renovável de energia.

A visita do Ministro Lobão reforçou o interesse de ambas as partes em fortalecer os laços na área de energia, especialmente dos biocombustíveis. Além de conhecer de perto o programa de transporte público “limpo” implementado em Estocolmo (os ônibus da Scania movidos a etanol que circulam pela capital), o Ministro Lobão teve a oportunidade de discutir, entre outros temas, as perspectivas de cooperação bilateral em pesquisas sobre etanol de celulose e de outras matrizes (nas quais a Suécia se encontra bastante adiantada), bem como de cooperação trilateral para produção de etanol em países africanos.

Biodiversidade

A Suécia confere particular importância à preservação da biodiversidade, entendendo-a como um dos pilares essenciais no combate ao aquecimento global.

O Ministro sueco do Meio Ambiente, Andreas Carlgren, promoveu, durante a presidência sueca da UE, discussões visando a especificar o valor dos ecossistemas para a economia, ao mesmo tempo em que apelou às indústrias, sobretudo nas áreas florestal, agrícola e pesqueira, para que elas próprias estabelecessem objetivos claros para a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. As conclusões dessas discussões fundamentaram a posição comunitária na Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Biodiversidade, que teve lugar em Nova Iorque no fim de setembro de 2010, e na X reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que deverá ser realizada em outubro de 2010, em Berlim.

O Brasil conta com o apoio da Suécia nas negociações do regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos (ABS, do inglês “Access and Benefit Sharing”). A negociação do regime internacional de ABS representa, para o Brasil e para os demais países em desenvolvimento, o principal processo político em curso no âmbito da CDB. O Brasil entende que o arcabouço conceitual construído ao longo dos treze primeiros anos da Convenção fornece base satisfatória para a formulação de políticas e para o planejamento de ações de promoção dos dois primeiros objetivos da Convenção (conservação e uso sustentável da biodiversidade). A consecução do terceiro objetivo (acesso e repartição) depende da criação de condições políticas para adoção do regime internacional de ABS, que tem enfrentado a resistência de países desenvolvidos como Canadá, Austrália, Japão e países europeus - onde se localizam as principais empresas farmacêuticas e de biotecnologia.

Ação Conjunta em Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Inovadora

Durante a última visita do Presidente Lula à Suécia, em outubro de 2009, dois novos instrumentos legais foram adotados, ambos essenciais à cooperação bilateral no setor de alta tecnologia: (i) o Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia, cujo amplo escopo de atividades contempla o aprofundamento de pesquisas e projetos conjuntos relativos à C&T e à inovação, e (ii) o Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo Brasil-Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984), que entrou em vigor em dezembro de 2009 e prevê o desenvolvimento de ações para estímulo à inovação e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, visando ao aumento da sua competitividade e permitindo-lhes chegar a um novo patamar tecnológico em seus processos de produção e prestação de serviços. Ao abrigo do referido Protocolo, multiplicam-se os contatos entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI e a VINNOVA, sua contraparte sueca, coordenados por Comitê de Trabalho cujo objetivo consiste em identificar áreas prioritárias de cooperação, além de apoiar projetos bilaterais no setor.

A concertação na área tecnológica já começa a gerar frutos concretos, como o projeto conjunto entre a Vale Soluções em Energia-VSE e a Scania para a adaptação, no Brasil, de motores de grande porte ao uso de etanol, sem a necessidade de aditivo de ignição (utilizado nos ônibus que circulam por Estocolmo, por exemplo), a fim de possibilitar o uso, em larga escala, do biocombustível em meios de transporte público e de carga no Brasil. Experiência realizada no Forte de Copacabana, em maio/09, por ocasião da candidatura do Brasil à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 (quando o Forte foi inteiramente suprido por motores pesados à base de etanol de cana durante três dias), demonstrou a viabilidade da nova tecnologia.

Outra iniciativa bilateral em andamento diz respeito às ações no âmbito do Projeto de Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas Brasileiras (PAIIPME), resultado de acordo assinado entre o Brasil e a Comissão Europeia, em 2005, e que tem por objetivo a internacionalização das PME brasileiras em áreas estratégicas – no caso da Suécia, o setor aeroespacial. Missão-piloto de técnicos brasileiros visitou o país em setembro de 2009 e colheu informações acerca das melhores práticas e competências para exportação de equipamentos aeroespaciais para o mercado sueco.

IV. POLÍTICA INTERNA

Em linhas gerais, o cenário político sueco apresenta perfil ideológico definido entre socialistas e conservadores. Com o fim da Guerra Fria, no entanto, o dualismo ideológico perdeu o vigor.

O bloco conservador sagrou-se vencedor nas duas últimas eleições, em setembro de 2006 e de 2010, após longo predomínio do Partido Social Democrata, que contribuiu para a criação do modelo sueco de “welfare state” (desde 1945, a maioria dos governos foi social-democrata – com interregnos apenas em 1976-1982 e 1991-1994).

O Primeiro-Ministro é Fredrik Reinfeldt, desde 5 de outubro de 2006, eleito pelo *Moderaterna* (Partido dos Moderados). O Governo atual – da “Aliança” – resulta de uma coligação deste partido com o *Folkpartiet* (Partido Popular), o *Centerpartiet* (Partido do Centro) e os *Kristdemokraterna* (Democratas Cristãos). De 2006 a 2010, o país contou, por primeira vez em 25 anos, governo majoritário (maioria de 7 cadeiras no Parlamento, que é unicameral). Nas eleições de setembro de 2010, a Aliança obteve 173 (49,57%) das 349 cadeiras do Parlamento, ou seja, pouco menos que a maioria absoluta, enquanto que a coligação *De rödgröna* (Verde-Vermelha), liderada pelo Partido Social Democrata, ganhou 156 cadeiras (44,69%). Em quase cem anos, é a primeira vez, na Suécia, que um governo de centro-direita é reeleito depois de ter cumprido um mandato inteiro.

A despeito de diferenças ideológicas pontuais, a tradição sueca pelo consenso leva os partidos a cooperarem em áreas substantivas e a buscarem solução negociada para garantir a governabilidade e a estabilidade. Há sete partidos com representação no Parlamento.

V. POLÍTICA EXTERNA

Em contexto europeu historicamente dividido por conflitos entre potências, a Suécia buscou pautar sua segurança na neutralidade armada em períodos de guerra e no não-alinhamento em tempos de paz. A neutralidade não só protegeu a Suécia, como lhe proporcionou algumas vantagens, sejam econômicas, sejam políticas: finda a II Guerra Mundial, o país tornou-se próspero; e, no curso da Guerra Fria, obteve certa autonomia para manifestar-se sobre questões internacionais.

Ocupando posição geográfica periférica na Europa, com reduzida população e dependente de importações de energia, a Suécia não tem “excedente de poder”. Como “global trader”, seu interesse concreto consiste em garantir acesso a mercados e investimentos. A Suécia é, basicamente, uma potência média que almeja projetar-se na arena global mediante ações como: ativismo na ONU; participação em operações de paz internacionais; projeção como doador de ajuda ao desenvolvimento; lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente ligadas à paz, à democracia e aos direitos humanos. Sua projeção global rende dividendos políticos imediatos e, indiretamente, econômicos e comerciais (a cooperação para o desenvolvimento é veículo eficaz desses interesses).

Esse ativismo não logrou, porém, compensar o rebaixamento de seu perfil internacional no pós-Guerra Fria. A Suécia perdeu importância estratégica como área de contenção da expansão soviética no Báltico, e sua margem de posicionamento independente encolheu. O processo de retraimento acentuou-se na medida em que a Suécia aceitou a “inevitabilidade” de sua adesão (1995) à UE - onde sua influência é reduzida - e de um relacionamento mais pragmático com os EUA. O atual Governo da “Aliança” não só compartilha a visão do anterior Governo Social-Democrata de que “a Europa precisa dos EUA e os EUA precisam da Europa”, como deseja contribuir ativamente para o reforço da aliança atlântica.

Os eixos prioritários da política externa sueca podem ser sintetizados da seguinte forma: a “dimensão nórdico-báltica” (área de influência prioritária); a UE (a contribuição sueca em relação ao PNB só é menor que a alemã); os EUA (apesar de divergências pontuais, a relação bilateral está solidamente ancorada nos valores democráticos, na relação econômico-comercial e na cooperação em todas as áreas); e a Rússia (rival histórico, mas visto como essencial à estabilidade da Europa). A Ásia (sobretudo China e Índia) desponta como novo foco de interesse por suas oportunidades econômico-comerciais. Embora não esteja cogitando ingressar na OTAN, a Suécia aumentou sua cooperação com a Organização – tendo aceitado participar da *International Security Assistance Force* no Afeganistão.

Em 2010, a Chancelaria sueca iniciou processo de reestruturação, no âmbito do qual foram fechadas, por exemplo, as Embaixadas em Bratislava e Liubliana. O processo contempla, ainda, elevação ao “status” de Embaixadas dos atuais escritórios de representação em Pristina, Tbilissi, Chisinau, Tirana, Bamako, Uagadugu, Monróvia, Kigali, La Paz e Phnom Penh (em todos esses países, a Suécia está presente com programas de ajuda ao desenvolvimento).

Temas regionais

América do Sul

A América do Sul tem baixa prioridade para a política exterior da Suécia, que mantém poucas embaixadas na região. Apenas Brasil e Chile merecem destaque relativamente maior. Bolívia e Colômbia são os dois únicos países da região que contam com programas de cooperação a cargo da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento (SIDA).

A Suécia tem grande interesse na conclusão do acordo de associação Mercosul-UE, tendo sido um dos principais proponentes durante o exercício da Presidência da UE em 2001, e manifesta-se disposta a contribuir para o avanço das negociações inter-regionais. Seus interesses econômicos e comerciais na América Latina concentram-se principalmente no Brasil, no Chile e no México.

Na análise feita ao fim da presidência sueca da UE/2009 com relação à América Latina, o principal foco foi a Cúpula Brasil-UE, em outubro/09, sobretudo no tocante ao reforço da parceria estratégica e à cooperação mais ampla no G20F e nos temas ambientais.

Segundo fontes suecas, a ajuda governamental da Suécia ao Haiti teria atingido valor aproximado de US\$ 28,5 milhões. Adicionalmente, mais de US\$ 7 milhões já foram obtidos a título de doações privadas, no contexto de campanha lançada pela Cruz Vermelha e a Igreja da Suécia. Técnicos suecos também foram enviados a Porto Príncipe. A ênfase da ajuda sueca tem sido nas áreas de saúde, água, abrigos temporários e comunicações. O Governo sueco ponderou que a ajuda internacional deve ser objeto de estreita coordenação, para assegurar que os esforços tenham êxito real.

Nova estrutura da UE/Presidências rotativas

A conclusão da ratificação do Tratado de Lisboa pelos países comunitários era a terceira grande prioridade da presidência sueca da UE em 2009, logo em seguida aos desafios da crise econômica global e à questão da mudança climática. O Governo sueco acompanhou com atenção o plebiscito irlandês e gestionou diligentemente junto ao Presidente tcheco para que finalizasse o processo de adesão de seu país ao Tratado, cuja entrada em vigor, em 1º de Dezembro de 2009, foi considerada uma das principais realizações da presidência sueca.

O Governo sueco considera que sua presidência marcou o “fim de uma era” na construção europeia, bem como a criação de uma estrutura mais funcional e que permitirá à UE firmar-se, além de importante bloco econômico, também como ator global de grande relevância. Nesse processo, viu com bons olhos o fortalecimento dos órgãos representativos dos cidadãos comunitários (o Conselho e o Parlamento), ao mesmo tempo em que contribuiu para a recondução à Presidência da Comissão Europeia de José Manuel Durão Barroso, cuja experiência nas funções pareceu-lhe conveniente a fim de conferir à Comissão a estabilidade necessária para apoiar o processo de transição. Ao finalizar seu período na condução do Conselho Europeu, a Suécia apresentou à Comissão relatório que foi posteriormente adotado pelo Conselho como base para a criação do futuro Serviço Europeu para a Ação Externa.

A par de sua postura tradicionalmente “europeísta”, conveniente a uma potência média no concerto continental, a Suécia impulsionou, durante sua presidência, o processo de adesão dos países candidatos: Croácia (após resolução do diferendo limítrofe com a Eslovênia), Islândia, Turquia (apesar da resistência da Alemanha e da França), Albânia, Montenegro e Sérvia (os dois últimos, juntamente com a Antiga República Iugoslava da Macedônia, foram isentos de vistos para entrada de seus cidadãos no território comunitário). Ao mesmo tempo, iniciou-se entendimento com a Bósnia para estreitamento de seus laços com a UE.

Temas multilaterais

Reforma das instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial)

Assim como o Brasil, a Suécia também se mostra favorável à reforma do Fundo Monetário Internacional, que, a seu ver, fará com que a instituição se torne mais eficiente, reforce sua legitimidade e prossiga em seu papel de suporte da estabilidade financeira global.

Em seu relatório de outubro de 2009 ao FMI, o Ministro das Finanças, Andreas Borg, opinou que a reforma daquele órgão, para que seja produtiva, deve contemplar quotas, voz, mandato e questões de governança. Para esse fim, propôs os seguintes pontos: 1) todos os elementos da reforma devem ser apreciados conjunta e simultaneamente; 2) a reforma deve basear-se em critérios objetivos de natureza econômica e financeira, e não em critérios políticos; 3) é imperativo existir igualdade de tratamento entre todos os seus membros; 4) o Fundo deve continuar a ser uma instituição fundada em quotas; e 5) o processo de reforma deve ser plenamente estendido a todos os órgãos do Fundo e envolver a totalidade dos países membros.

O Governo sueco apóia igualmente reforma do Banco Mundial, sobretudo no sentido de tornar mais técnica, e menos sujeita a injunções políticas, aquela agência financiadora.

Reforma do CSNU

Um dos traços definidores da política externa da Suécia é o multilateralismo e a valorização da ONU (da qual tornou-se Membro em 1946). O legado político de Dag Hammarskjöld (SGNU de 1953 a 1961) é cultivado como inspiração permanente da diplomacia sueca. Na formulação de Hammarskjöld (1960), o propósito da ONU não é servir os interesses das grandes potências, mas proteger os países de menor poder relativo, através da afirmação da primazia do direito internacional. O caráter idealista da atuação sueca na ONU é constantemente sublinhado pela Chancelaria: a Suécia tem sido promotora, e às vezes pioneira, em temas como a abolição do *apartheid*, desarmamento, proteção ambiental, abolição da pena de morte, direitos da criança, direitos da mulher, adoção da Convenção contra a Tortura e proscrição de minas anti-pessoais.

A Suécia exerceu três mandatos como membro não permanente do CSNU: 1957-58, 1975-76 e 1997-98. O último mandato coincidiu com mandato do Brasil, e a ocasião serviu para o estreitamento do diálogo e da cooperação bilateral nos assuntos do Conselho. Em relação ao tamanho de sua população e economia, a Suécia é um dos grandes contribuintes tanto no que se refere ao orçamento regular da ONU (US\$ 26 milhões em 2009, ou 1% do total) quanto no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento (cerca de US\$ 4,8 bilhões em 2009, o que representa mais de 1% do PIB sueco).

A Suécia é favorável ao alargamento do Conselho de Segurança da ONU e tem expressado que está aberta a várias abordagens possíveis para se obter o acordo mais amplo possível sobre o tema. Considera essencial essa reforma para se conferir maior legitimidade ao órgão.

Situação no Oriente Médio: conflito Israel-Palestina

Na presidência do Conselho de Negócios Estrangeiros da UE, em dezembro/09, Carl Bildt mostrou-se insatisfeito com a falta de progresso no processo de paz do Oriente Médio e instou as partes litigantes a retomarem as negociações visando a criação de dois Estados na região.

Tradicionalmente, a posição sueca nessa questão tem apoiado o estabelecimento de um Estado palestino consistindo da Cisjordânia e Gaza, com total liberdade de movimento entre ambas as partes, que reconheça e conviva pacificamente com o Estado de Israel. A Suécia condenou fortemente o bombardeio de Gaza em 2008-09, assim como o lançamento de foguetes contra Israel, e opõe-se ao isolamento internacional daquela Faixa, à política israelense de assentamentos e à construção de barreira de separação entre os dois territórios. O governo sueco salienta que a pacificação da região também proporcionará maior segurança à região contígua às fronteiras meridional e oriental da UE.

Na condição de principal doador ao Governo palestino, a UE deveria, na visão do governo sueco, ter um papel mais ativo no âmbito do Quarteto, e atuar conjuntamente com os EUA no acompanhamento das negociações entre Israel e o governo palestino.

Programa nuclear iraniano

A Suécia defende que todos os Estados, nos termos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, têm direito ao desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. A própria Suécia mantém em atividade 10 reatores nucleares, que produzem cerca de 45% da eletricidade consumida no país. A Suécia favorece, porém, as medidas de controle previstas no TNP, como meio de se evitar uma corrida armamentista. Nesse sentido, tem acompanhado com atenção a evolução do programa nuclear iraniano e apoiado, desde a Resolução 1696, a suspensão das atividades de enriquecimento de combustível nuclear e o controle da exportação ao Irã de produtos que possam facilitar o avanço dos programas nuclear e balístico daquele país.

No âmbito da UE, a Suécia vem implementando as sanções contidas nas Resoluções pertinentes das Nações Unidas. O governo sueco, que defende uma solução político-diplomática para a questão iraniana, considera que o Irã deve aceitar a oferta de cooperação feita pela UE, EUA, Rússia e China no campo energético, inclusive nuclear, e atender às determinações da Junta de Governadores da AIEA.

Operações de Paz e Comissão de Construção da Paz (CCP)

O Governo sueco procura destacar a credibilidade do país como promotor da solução pacífica e negociada de conflitos e o valor da contribuição política, financeira e de “capital humano” que faz à ONU. Dag Hammarskjöld implementou e desenvolveu a idéia das operações de paz, e a participação em missões internacionais tornou-se um dos pilares da política externa sueca.

A Suécia tem em alta conta a CCP, havendo sido uma das promotoras da idéia quando de sua criação durante a Cúpula Mundial de 2005. O Governo sueco considera que a Comissão cristalizou um consenso crescente quanto à necessidade de uma abordagem integral para se enfrentarem os desafios de países egressos de conflitos armados, promovendo sua reconstrução e contribuindo para evitar nova ruptura institucional. Nesse sentido, a Suécia é um dos maiores doadores ao Fundo de Construção da Paz então criado e é também membro do Comitê Organizacional da referida Comissão.

Nas décadas de 70 e 80, havia aproximadamente 2 mil membros nos efetivos suecos em operações de paz, reduzidos a partir de então a menos de metade desse montante. O atual Governo pretende aumentá-los, até restabelecer os números anteriores. O Ministério da Defesa afirma que o importante não é a quantidade de soldados enviados e sim o “diferencial aportado pela participação sueca”. A Suécia liderou iniciativa junto a 14 países (“Challenges Project: Meeting the Challenges of Peace Operations: Cooperation and Coordination”) que resultou em relatório, divulgado em 2006, contendo 70 recomendações para aperfeiçoamento das operações de paz.

Crise financeira (pós-Pittsburgh) – G20F

O ano de 2010 deverá ser o ano da consolidação do G20F. Em 2010, excepcionalmente, ocorrem duas Cúpulas do Grupo – a primeira, no Canadá (Toronto, em junho) e a segunda na Coreia do Sul. Em 2011, a França organizará a Cúpula.

Durante a Cúpula de Pittsburgh, em setembro/09, a Suécia – então ocupando a Presidência do Conselho da UE e representada, na ocasião, pelo PM Fredrik Reinfeldt e pelo Ministro das Finanças Anders Borg – defendeu que os problemas advindos dos riscos das crescentes taxas de desemprego e do funcionamento do sistema financeiro deveriam ser resolvidos de forma conjunta. Em relação à ajuda aos bancos decorrente da crise financeira, Reinfeldt afirmou: “Nossa resposta foi clara em Pittsburgh. Nós não queremos apoiar nossos bancos com dinheiro dos contribuintes, mas como essas instituições exercem papel central no nosso sistema econômico, em certa medida temos de ajudá-las”. Para tanto, assinalou ser fundamental atingir maior transparência e regulação eficaz dos mercados financeiros, a fim de que o sistema internacional não mais fosse colocado em risco. Acrescentou, ainda, que seria necessário estabelecer regras mais estritas de adequação de capital de modo a aumentar os fluxos de crédito.

A Suécia também se posicionou contra a concessão de bônus excessivos pelos bancos (segundo Reinfeldt, “podemos tentar chegar a um acordo sobre os bônus, mas não devemos premiar a ganância”).

A Suécia não é membro do G20F, mas tem, juntamente com outros países nórdicos, pleiteado que seja incluído um assento de representação escandinava nesse foro.

Rodada Doha

Com uma economia altamente vinculada ao comércio exterior – e sem preocupação protecionista em relação à agricultura –, a Suécia tem visível interesse na liberalização do comércio internacional e no progresso da Rodada Doha.

A Ministra do Comércio, Ewa Björling, declarou que os esforços para um novo acordo eram frustrantemente lentos; disse considerar, no entanto, que passos importantes foram dados em 2009, os quais poderiam eventualmente resultar em novo consenso. Acrescentou que seu Governo tudo faria para contribuir para o avanço desse processo. Björling comentou que era auspicioso o fato de que o comércio internacional resistira quase incólume à crise financeira internacional, sem desembocar na mesma onda de protecionismo e isolacionismo sobrevinda durante a crise dos anos 30. Para a Ministra, apesar de grande número de países ter introduzido novas barreiras ao comércio, sua repercussão foi bastante limitada, atingindo menos de 1% do comércio internacional.

Mudança do clima: avaliação da Reunião de Cúpula de Copenhague

O Governo sueco mostrou-se decepcionado com os resultados da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima/UNFCCC (Copenhague, dezembro/09), que atribuiu, sobretudo, à falta de esforços dos dois maiores países emissores de gases de efeito estufa: EUA, pela falta de consenso interno sobre o tema, e China, por não dispor ainda de meios de controle do seu processo de industrialização, de matriz altamente poluente. Ao manifestar-se oficialmente a respeito do evento, o Governo sueco lembrou igualmente as dificuldades dos países insulares e mais pobres, que, apesar de muitas vezes mais afetados, não têm tido voz nessa complexa negociação.

A Suécia defendeu a importância de um maior engajamento dos grandes países emergentes no esforço global de mitigação e adaptação. Estocolmo considera que as iniciativas sobre o tema devem dar-se primordialmente no âmbito da ONU, sem descartar ações complementares à margem das Nações Unidas.

No contexto comunitário, o Governo sueco defende patamares ambiciosos de redução dos gases poluentes. No entendimento sueco, a Europa deve manter seu papel de “modelo” para o mundo nessa matéria, estimulando os demais países a elevar suas próprias metas de redução.

Desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa

Em 2009, o tema desarmamento nuclear recebeu novo impulso, gerado, dentre outros fatores, pela determinação do governo Obama de encampá-lo de forma qualitativamente superior àquela conferida pelas administrações anteriores.

Brasil e Suécia, como membros da Coalizão da Nova Agenda (NAC, da sigla em inglês), defendem que o desarmamento passa não apenas pela redução numérica dos arsenais nucleares, mas também por uma revisão abrangente do papel das armas nucleares no mundo contemporâneo, que redunde na “deslegitimação” (de-legitimizing) dos armamentos atômicos. Deve-se promover uma reavaliação da centralidade das armas atômicas nas doutrinas militares dos países nuclearmente armados e das alianças político-militares que se colocam sob o “guarda-chuva” dessas potências. É necessário um compromisso inequívoco, juridicamente vinculante, com o não-uso e a não-ameaça de uso de armas nucleares contra Estados que não as detenham.

A Suécia tem defendido um efetivo desarmamento nuclear e medidas eficazes para prevenir a proliferação das armas de destruição em massa. A Suécia tem papel ativo nas atividades do Código de Conduta da Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos.

Em 2003, por iniciativa da então Ministra dos Negócios Estrangeiros Anna Lindh, o Governo sueco formou a Comissão Internacional Independente de Armas de Destruição em Massa, da qual é o principal financiador. A comissão é Presidida pelo diplomata e político sueco Hans Blix, ex-Diretor-Geral da AIEA, e conta com 14 estados membros (inclusive o Brasil, representado pelo Embaixador Marcos de Azambuja). Em 2006, a Comissão apresentou à ONU uma série de propostas para extinção de armas nucleares, biológicas e químicas. O relatório foi aprovado pelos 14 membros da comissão.

Em 1º de fevereiro/2010, o Chanceler Carl Bildt e seu colega polonês Radek Sikorski publicaram artigo conjunto no qual defenderam a redução drástica dos arsenais nucleares em poder dos EUA e da Rússia. O texto preconizou, como objetivo final, a eliminação completa das armas nucleares, a começar pelas de caráter tático. O artigo celebrou a perspectiva de novo acordo entre EUA e Rússia para a redução de armas nucleares estratégicas, mas apontou igualmente a necessidade de diminuir drasticamente a quantidade de armas táticas, cuja maior concentração de estoques se encontra hoje na Europa. Os Ministros reconheceram que já foi possível uma queda substancial no número de ogivas táticas norte-americanas e russas, mas calcularam que os números atuais, estimados em 2 mil (Rússia) e 500 (EUA), ainda são elevados. Ponderaram que os dois países deveriam engajar-se em um esforço de redução dessas armas na Europa e fizeram menção específica à presença de ogivas russas em áreas adjacentes à UE, em Kaliningrado e Kola. Os Ministros defenderam que as armas nucleares táticas fossem objeto do mesmo regime de controle há muito estabelecido para as de caráter estratégico. Na sua percepção, a capacidade de dissuasão contra os chamados "rogue countries" poderia perfeitamente ser mantida com base apenas nos estoques de armas estratégicas.

Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM)

A Suécia tem apoiado decididamente a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, através de "uma política coerente para o desenvolvimento equitativo e sustentável no mundo", nas palavras do próprio Governo sueco. Desde 2003, a Política para o Desenvolvimento Global vem constituindo a base para os programas assistenciais do país, os quais têm sido encaminhados de forma que suas vertentes comercial, agrícola e de segurança se enquadrem no conceito de desenvolvimento sustentável. Por iniciativa do Governo sueco durante seu período na presidência comunitária, ficou estabelecido que os países da UE deverão apresentar relatórios parciais, em 2010, a respeito das iniciativas por eles patrocinadas nessa matéria.

Uma das metas de grande relevância para a Suécia entre as MDM é a igualdade de gênero, pela qual tem trabalhado a Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, Gunilla Carlsson, o que lhe valeu ser agraciada em 2008 com uma distinção especial por seu empenho pela igualdade entre os sexos e autonomia da mulher. Em termos gerais, a Suécia é avaliada de maneira altamente positiva em sua ação em favor das MDM e foi classificada pela "Global Development Network" em primeiro lugar em termos de qualidade e quantidade de atividades voltadas ao desenvolvimento global, com relevo nas áreas de ajuda humanitária, comércio, meio ambiente e temas migratórios. A ONG espanhola "Development Assistance Research Associates" (DARA), dedicada ao aperfeiçoamento da qualidade da ajuda ao desenvolvimento, também considerou a Suécia como líder entre os doadores internacionais aos países em desenvolvimento.

VI. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia sueca tem por base um parque industrial tecnologicamente avançado e a ênfase no setor de serviços, com destaque para os setores de engenharia mecânica (máquinas, veículos, equipamentos e ferramentas) e de telecomunicações, bem como para as indústrias florestal (madeira e papel/celulose) e química. Destaca-se o dinamismo dos setores de informática e de tecnologia da informação, que rendem ao país posição de destaque na Europa. O setor agrícola, responsável pela quase-totalidade da economia sueca no passado, hoje representa apenas 1% do PIB e emprega menos de 2% da mão-de-obra.

A adoção, já na década de 80, de uma política econômica liberal privilegiou o setor exportador de manufaturados de alto valor agregado – em forte detrimento do setor primário, o que tornou o país dependente de importações para abastecer seu mercado interno, seja de alimentos, seja de matérias-primas. Parcela de cerca de 60% do total da produção industrial do país é dirigida a mercados externos, de acordo com a seguinte divisão: minerais e energia, 19%; indústria de equipamentos, 16%; eletrônica e telecomunicações, 13%; transporte, 13%; produtos químicos, 12%; produtos florestais, 11%, alimentos, 4%, e outros, 12%.

O PIB da Suécia cresceu ininterruptamente de 2000 a 2006. A partir de 2007, o país começou a enfrentar as consequências negativas do início da crise financeira internacional, com queda brusca do PIB e aumento da taxa de desemprego. Esse foi um dos principais motivos da derrota dos socialistas nas eleições de setembro/06. Outros entraves à economia sueca que poderiam ser apontados são: carga tributária alta (50% do PIB), envelhecimento da população e leis trabalhistas que desestimulam novas contratações.

Com uma economia baseada nas exportações, a Suécia experimentou forte recessão em 2009. Para minimizar os riscos de concordata entre as instituições bancárias locais, o Banco Central tomou medidas como o aumento dos empréstimos aos bancos, no valor de US\$ 7 bilhões; a criação do Programa de Garantia e do Fundo de Estabilização; o corte das taxas de juros; acordos de “swap” com os Bancos Centrais da Letônia e Estônia; e o fornecimento de empréstimos emergenciais a duas grandes instituições financeiras locais. A partir do segundo semestre de 2009, verificou-se o aumento dos empréstimos interbancários, inclusive sem garantia estatal. O funcionamento do setor, contudo, está distante de seu ritmo normal.

O mercado de trabalho na Suécia vem sofrendo duramente os efeitos da crise financeira internacional. Ao contrário das expectativas positivas em relação à recuperação da economia, as taxas de desemprego deverão continuar subindo até 2011. Em 2007, a taxa de desemprego foi de 5,2%; em 2008, atingiu 6,2%; e, em 2009, cerca de 8%. A taxa deverá atingir 9,5%, em 2010, e 10%, em 2011. Até o final de 2010, 250 mil empregos poderão desaparecer.

VII. ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1826 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da Suécia.

1876 - D. Pedro II visita a Suécia.

1953 - Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo (SP).

1984 - Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e Rainha Silvia ao Brasil.

1995 - Brasil e Suécia integram o Grupo dos 16 para promover a reforma da ONU.

1997 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília.

1998 - Brasil e Suécia integram a Coalizão da Nova Agenda para o Desarmamento (NAC).

1998 - Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo Rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil.

2002 - Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do PM Göran Persson.

2003 - PM Göran Persson comparece à cerimônia de posse do Sr. PR.

2006 - II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília; Inauguração do Escritório do Conselho de Exportações da Suécia em São Paulo, na presença da Princesa Herdeira Victoria.

2007 - III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.

2007 - Visita de Estado à Suécia do Sr. PR.

2008 - Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg; Visita ao Brasil da Rainha Silvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro).

2009 - Visita ao Brasil da Ministra do Comércio Exterior, Ewa Björling; O Sr. PR e o PM Fredrik Reinfeldt mantiveram reunião à margem da Cúpula do G5+G8, em L'Áquila; Visita do Sr. PR a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-UE.

2010 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt; Visita ao Brasil do Casal Real.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1905** – União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
- 1914** – Suécia permanece neutra na I Guerra.
- 1920** – Suécia torna-se membro da Liga das Nações.
- 1939** – Suécia declara-se neutra na II Guerra.
- 1946** – Suécia torna-se membro das Nações Unidas; O Social Democrata Tage Erlander torna-se Primeiro Ministro e permanece no cargo até 1969.
- 1952** – Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.
- 1953** – Diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se Secretário-Geral das Nações Unidas.
- 1959** – Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA).
- 1971** – Substituição das duas câmaras do parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
- 1975** – Reformas constitucionais removem os últimos poderes do monarca.
- 1980** – Crise nas relações com a URSS, por suspeita de invasão de águas territoriais suecas.
- 1986** – O Primeiro-Ministro Olof Palme é assassinado.
- 1990** – Suécia se candidata a membro da UE.
- 1995** – Suécia torna-se membro da UE.
- 1996** – O social-democrata Göran Persson torna-se Primeiro-Ministro.
- 2002** – Göran Persson mantém-se pela terceira vez consecutiva no cargo de Primeiro-Ministro.
- 2003** – Referendum na Suécia rejeita a moeda única europeia.
- 2004** – A Chanceler Anna Lindh é assassinada em uma loja em Estocolmo.
- 2006** – A chanceler Freivalds renuncia em meio ao escândalo das caricaturas do profeta Maomé.
- 2006** – A aliança de centro-direita vence as eleições parlamentares.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor
Acordo sobre Registro de Marcas Industriais e Comerciais.	29/04/1955	01/07/1955
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes	22/03/1956	01/05/1956
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes	04/12/1959	01/01/1960
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	07/10/1969
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	07/10/1969
Convênio sobre Radioamadorismo.	08/12/1970	08/12/1970
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	22/09/1971	22/09/1971
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda.	25/04/1975	29/12/1975
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.	17/12/1976	17/12/1976
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, Assinada em 29 de agosto de 1975.	30/10/1979	30/10/1979
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia.	25/04/1983	25/04/1983
Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica.	03/04/1984	07/04/1986
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis do Brasil para a Suécia.	14/01/1985	14/01/1985
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa.	07/07/2000	07/07/2000
Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos às Defesa.	24/04/2001	24/04/2001
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	22/12/2009
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	22/10/2009
Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia	06/10/2009	06/10/2009

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido) (fob)	17.567	12.831	2.794
Exportações	186.819	133.330	36.852
Importações	169.262	120.499	34.058
B. Serviços (líquido)	19.124	15.112	3.599
Receita	72.442	61.249	15.250
Despesa	53.318	46.137	11.651
C. Renda (líquido)	17.213	7.260	3.344
Receita	72.427	46.644	13.376
Despesa	55.215	39.385	10.032
D. Transferências unilaterais (líquido)	-6.126	-4.971	-900
E. Transações correntes (A+B+C+D)	47.767	30.231	8.837
F. Conta de capitais (líquido)	-582	-454	-1
G. Conta financeira (líquido)	22.625	-19.361	-18.859
Investimentos diretos (líquido)	6.466	-20.242	-7.559
Portfólio (líquido)	26.634	39.623	23.072
Outros	42.793	-38.742	-34.372
H. Erros e Omissões	68.059	74.792	10.658
I. Saldo (E+F+G+H)	1.751	15.208	636

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD September 2010.

(1) Janeiro-março.

(1) Última posição disponível, em 10/09/2010

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	130.915	137.884	168.989	183.982	131.338	34.786
Importações (cif)	111.594	127.692	153.430	169.064	120.047	33.771
Balança comercial	19.321	10.192	15.559	14.918	11.291	1.015
Intercâmbio comercial	242.509	275.576	322.419	353.046	251.385	68.557

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2010.

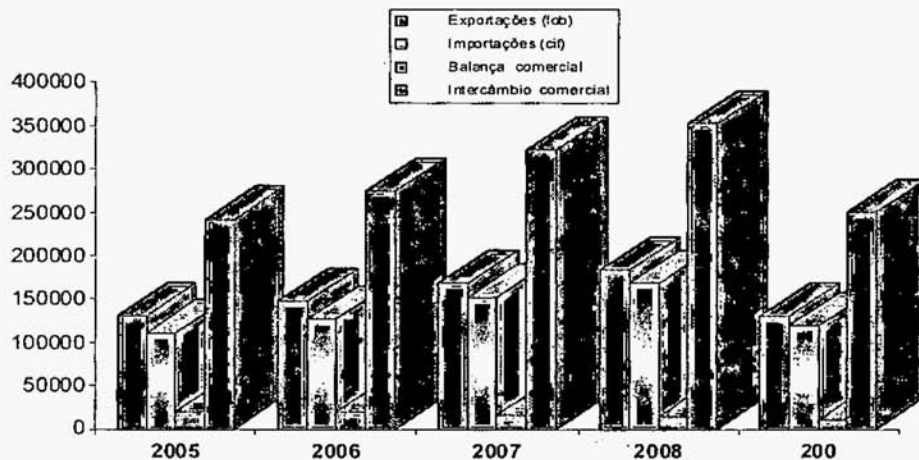
(1) Os dados não coincidem necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-março.

(3) Última posição disponível em 10/09/2010

COMÉRCIO EXTERIOR DA SUÉCIA 2004 - 2009

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010 (1)	% no total
(US\$ milhões - fob)								
EXPORTAÇÕES:								
Noruega	15.925	9,4%	17.463	9,5%	13.935	10,6%	3.328	9,6%
Alemanha	17.615	10,4%	19.097	10,4%	13.391	10,2%	3.600	10,9%
Reino Unido	12.091	7,2%	13.528	7,4%	9.783	7,4%	2.845	8,2%
Dinamarca	12.419	7,3%	13.616	7,4%	9.641	7,3%	2.438	7,0%
Finlândia	10.524	6,2%	11.641	6,3%	8.449	6,4%	2.355	6,8%
Estados Unidos	12.803	7,6%	12.090	6,6%	8.356	6,4%	1.954	5,6%
França	8.496	5,0%	9.053	4,9%	6.635	5,1%	1.974	5,7%
Países Baixos	8.542	5,1%	9.402	5,1%	6.134	4,7%	1.675	4,8%
Bélgica	7.757	4,6%	7.988	4,3%	4.817	3,7%	1.530	4,4%
China	3.296	2,0%	3.964	2,2%	4.109	3,1%	976	2,8%
Itália	5.347	3,2%	5.750	3,1%	4.022	3,1%	1.077	3,1%
Polônia	4.142	2,5%	4.644	2,5%	3.329	2,5%	912	2,6%
Espanha	4.847	2,9%	4.270	2,3%	3.160	2,4%	866	2,5%
Rússia	3.375	2,0%	4.495	2,4%	1.845	1,4%	417	1,2%
Austrália	1.936	1,1%	2.089	1,1%	1.693	1,3%	375	1,1%
Índia	1.590	0,9%	1.933	1,1%	1.882	1,3%	358	1,0%
Turquia	1.417	0,8%	1.923	1,0%	1.661	1,3%	406	1,2%
Japão	2.063	1,2%	2.013	1,1%	1.640	1,2%	366	1,1%
Suíça	1.528	0,9%	1.692	0,9%	1.294	1,0%	321	0,9%
Arábia Saudita	1.157	0,7%	1.424	0,8%	1.246	0,9%	270	0,8%
Áustria	1.729	1,0%	1.863	1,0%	1.222	0,9%	362	1,0%
Canadá	1.633	1,0%	1.727	0,9%	1.135	0,9%	295	0,8%
África do Sul	1.085	0,6%	1.583	0,9%	1.046	0,8%	301	0,9%
República da Coreia	1.032	0,6%	1.145	0,6%	914	0,7%	219	0,6%
Brasil	1.176	0,7%	1.176	0,6%	877	0,7%	327	0,9%
SUBTOTAL	143.524	84,9%	155.569	84,6%	112.012	85,3%	29.749	85,5%
DEMAIS PAÍSES	25.465	15,1%	28.413	15,4%	19.328	14,7%	5.037	14,5%
TOTAL GERAL	168.989	100,0%	183.982	100,0%	131.338	100,0%	34.786	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPREX - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2010

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-março

(2) Última posição do painel em 10/09/2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010 (1)	% no total
(US\$ milhões - cif)								
IMPORTAÇÕES:								
Alemanha	28.031	18,3%	29.882	17,7%	21.476	17,9%	8.124	18,1%
Dinamarca	13.964	9,1%	15.816	9,4%	10.675	8,9%	3.108	9,2%
Noruega	12.625	8,2%	14.494	8,6%	10.448	8,7%	2.523	7,5%
Países Baixos	8.782	5,7%	9.446	5,6%	7.413	6,2%	2.125	6,3%
Reino Unido	11.262	7,3%	10.647	6,3%	6.684	5,6%	2.003	5,9%
Finlândia	9.573	6,2%	9.732	5,8%	6.177	5,1%	1.801	5,3%
França	7.530	4,9%	8.517	5,0%	6.070	5,1%	1.729	5,1%
China	6.471	4,2%	7.008	4,1%	5.756	4,8%	1.605	4,8%
Bélgica	6.292	4,1%	6.489	3,8%	4.604	3,8%	1.332	3,9%
Estados Unidos	4.768	3,1%	5.321	3,1%	4.470	3,7%	1.046	3,1%
Rússia	4.521	2,9%	7.284	4,3%	4.366	3,6%	1.628	4,8%
Itália	5.368	3,5%	5.795	3,4%	3.706	3,1%	1.031	3,1%
Polônia	4.414	2,9%	5.008	3,3%	3.651	3,0%	993	2,9%
Japão	3.024	2,0%	2.965	1,8%	2.146	1,8%	462	1,4%
Espanha	2.157	1,4%	2.266	1,3%	1.533	1,3%	449	1,3%
Irlanda	1.840	1,2%	1.748	1,0%	1.532	1,3%	421	1,2%
República Tcheca	1.818	1,2%	2.192	1,3%	1.525	1,3%	407	1,2%
Áustria	1.654	1,1%	1.835	1,1%	1.362	1,1%	390	1,2%
Suíça	1.353	0,9%	1.391	0,8%	1.135	0,9%	293	0,9%
República da Coreia	1.224	0,8%	1.331	0,8%	1.042	0,9%	428	1,3%
Brasil	751	0,5%	886	0,5%	492	0,4%	105	0,3%
SUBTOTAL	137.421	89,6%	150.553	89,1%	106.265	88,5%	30.003	88,8%

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	19.770	15,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17.709	13,5%
Veículos automotores, tratores, ciclos	10.168	7,8%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	10.142	7,7%
Produtos farmacêuticos	8.268	6,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.060	6,1%
Ferro fundido, ferro e aço	4.631	3,5%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	4.571	3,5%
Plásticos e suas obras	4.468	3,4%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	3.960	3,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	2.657	2,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.445	1,9%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas	2.001	1,5%
Peixes e crustáceos	1.874	1,4%
Minérios, escórias e cinzas	1.638	1,2%
Produtos químicos orgânicos	1.521	1,2%
Alumínio e suas obras	1.298	1,0%
Cobre e suas obras	1.253	1,0%
Subtotal	106.434	81,2%
Demais Produtos	24.682	18,8%
Total Geral	131.116	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	15.708	13,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14.970	12,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	13.893	11,6%
Veículos automotores, tratores, ciclos	9.942	8,3%
Plásticos e suas obras	4.244	3,5%
Produtos farmacêuticos	3.971	3,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.767	3,1%
Ferro fundido, ferro e aço	3.076	2,6%
Produtos químicos orgânicos	2.729	2,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.564	2,1%
Peixes e crustáceos, moluscos	2.295	1,9%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	2.258	1,9%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1.844	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.580	1,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.476	1,2%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.467	1,2%
Produtos químicos inorgânicos	1.374	1,1%
Borracha e suas obras	1.345	1,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.316	1,1%
Alumínio e suas obras	1.220	1,0%
Cobre e suas obras	1.037	0,9%
Subtotal	92.076	76,8%
Demais Produtos	27.873	23,2%
Total Geral	119.949	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível, em 10/09/2010

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÉCIA ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
(US\$ mil - fob)					
Exportações	547.608	496.977	634.423	624.541	312.844
Variação em relação ao ano anterior	8,7%	-9,2%	27,7%	-1,6%	-49,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	2,0%	1,6%	1,6%	1,3%	0,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%
Importações	913.091	950.694	1.349.378	1.662.034	1.106.179
Variação em relação ao ano anterior	11,4%	4,1%	41,9%	23,2%	-33,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	5,0%	4,7%	5,0%	4,6%	3,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,2%	1,0%	1,1%	1,0%	0,9%
Intercâmbio Comercial	1.460.699	1.447.671	1.983.801	2.286.575	1.419.023
Variação em relação ao ano anterior	10,4%	-0,9%	37,0%	15,3%	-37,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Europeia	3,2%	2,8%	3,0%	2,8%	2,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,6%	0,7%	0,6%	0,5%
Balança Comercial	-365.483	-453.717	-714.955	-1.037.493	-793.335

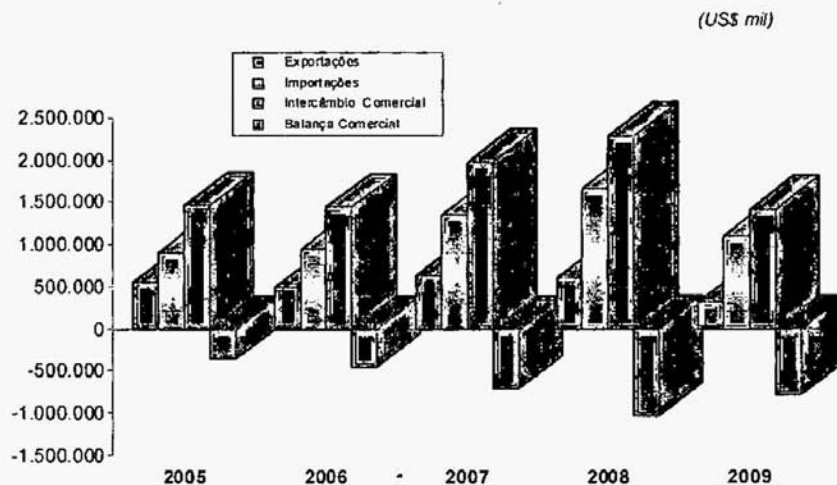
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações espanholas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÉCIA	2009 (jan-jun)	2010 (jan-jun)
(US\$ mil - fob)		
Exportações	164.609	172.052
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-59,8%	4,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Europeia	0,9%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	622.423	973.437
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-34,6%	56,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Europeia	4,0%	4,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,9%	1,0%
Intercâmbio Comercial	787.032	1.145.489
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-42,2%	45,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Europeia	0,2%	2,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,6%
Balança Comercial	-457.814	-801.385

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SUÉCIA 2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÉCIA		2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)		(jan-jun)	no total	(jan-jun)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Café, chá, mate e especiarias	48.476	29,4%	57.631	33,5%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.898	15,1%	24.872	14,5%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	19.522	11,9%	17.803	10,3%	
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	6.518	4,0%	13.547	7,9%	
Carnes e miudezas comestíveis	3.943	2,4%	8.766	5,1%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	4.747	2,9%	5.816	3,4%	
Plásticos e suas obras	3.115	1,9%	5.188	3,0%	
Ferro fundido, ferro e aço	4.278	2,6%	5.046	2,9%	
Instrumentos e aparelhos de ótica	3.996	2,4%	4.384	2,5%	
Subtotal	119.491	72,6%	143.053	83,1%	
Demais Produtos	45.118	27,4%	28.999	16,9%	
TOTAL GERAL	164.609	100,0%	172.052	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	269.073	43,2%	306.372	31,5%	
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	53.466	8,6%	158.850	16,3%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	25.935	4,2%	102.690	10,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	39.025	6,3%	75.296	7,7%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	62.680	10,1%	71.687	7,4%	
Produtos farmacêuticos	43.758	7,0%	65.877	6,8%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	19.451	3,1%	30.261	3,1%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	21.180	3,4%	27.236	2,8%	
Ferramentas, artefatos de cutelaria etc	9.805	1,6%	22.986	2,4%	
Plásticos e suas obras	17.505	2,8%	21.593	2,2%	
Subtotal	561.878	90,3%	882.828	90,7%	
Demais Produtos	60.545	9,7%	90.609	9,3%	
TOTAL GERAL	622.423	100,0%	973.437	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPROIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/CECEX/Alceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-fev/2010

Aviso nº 760 - C. Civil.

Em 27 de outubro de 2010.


A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Atenciosamente,



CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 298, de 2010** (nº 627/2010, na origem), do Presidente da República, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, (nº 6.078/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera as Leis nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o serviço militar, e nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre prestação do serviço militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, sancionado e transformado na Lei nº 12.336, de 2010.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados cópia dos autógrafos.

Arquive-se o processado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem de inscrição, a primeira oradora a falar seria eu, mas consulto o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior se gostaria de falar em primeiro lugar. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, muito bom-dia, Sr. Senador Pedro Simon, amigos e amigas, funcionários que nos acompanham nesta sessão, senhoras e senhores que nos ouvem, Senador Simon, esta semana foi, eu diria, fatídica com a notícia do falecimento de tanta gente, Senadora Serys. No meu Estado, lamentamos muito a morte, em primeiro lugar, do Professor José Higino, cidadão que tantos serviços prestou ao Acre – dirigiu o Senai durante tantos anos; fundador do Sesi – e que deixou uma família bonita, enlutada. Aqui eu envio minhas condolências à sua esposa e às suas filhas. Uma perda para o Acre.

O Acre perdeu também Jorge Kalume, que foi Deputado Federal, Prefeito da capital, Governador e Senador. Aqui em Brasília, com o Senador Pedro Simon, assisti a seu sepultamento, juntamente com seus familiares, D. Terezinha, com a Márcia, filha dele, que é nossa companheira aqui no Senado, e com seus irmãos. O Senador Kalume, mesmo sem mandato, frequentava com muita assiduidade a Casa, com sua alegria de sempre. Vinha quase todo dia aqui: cumprimentava um, cumprimentava outro, dava uma balinha de hortelã para a gente. Era um cidadão de uma meiguice incrível! Eu contava, no velório, ao filho dele, Cláudio, uma passagem que ele mesmo desconhecia.

O Senador Kalume foi escolhido para governar o Estado a partir de 66 – eu muito novo àquela época –, e meu pai era Deputado Federal com ele, aqui. E um compadre do meu pai, Senadora Serys, tirou uma caminhonete antiga, Rural Willys, novinha, e entregou o abacaxi nas mãos de meu pai: que ele providenciasse a remoção desse carro para o Estado. Naquela época, a estrada que passa lá em seu Estado imagine como era! Totalmente de terra e muito acidentada! Papai, conversando com o Senador Kalume: “O que é que eu vou fazer com este carro?”. O Senador Kalume o chamava de barão e disse: “Barão, vamos levar este carro”. Escolhido Governador, iria assumir pouco tempo depois: “Olha, eu aproveito e vou ver como é que está essa estrada para ver o que a gente pode fazer, coisa e tal...”

E fomos: Senador Kalume, papai, eu, meu irmão mais velho e o Alencar, que era um jornalista da revista *Cruzeiro*, que também conhecia os dois, se interessou pela estória e também queria fazer uma reportagem sobre a estrada. Passamos uns quatro dias nessa estrada. Lá perto de Porto Velho o carro quebrou. O Senador Kalume, que tinha compromissos mais urgentes no Estado, pegou outra condução e foi embora. O seu filho Cláudio não conhecia essa história. Eu contei para ele, e outras passagens da vida do Senador Kalume, naquilo em que eu cruzei com ele. E tinha um grande e especial carinho por ele. Também lamento muito seu falecimento.

Aqui, na nossa Casa, o nosso querido Romeu Tuma. Eu estou me referindo a eles porque não tinha tido ainda oportunidade de falar sobre o falecimento dessas pessoas tão queridas, tão amigas.

O Senador Tuma... O que dizer do Senador Tuma? Pessoa dedicada, meiga, atenciosa. Teve participação na vida pública brasileira.

Essas pessoas, Senador Simon, eu não me encontro em condições de julgá-las. Eu sou muito pequeninho para julgar alguém. A história julgará essas pessoas, a posteridade julgará essas pessoas.

O que eu tenho a dizer é que do conhecimento pessoal restou para mim assim uma lembrança muito significativa de todos eles. Todos aqueles com quem eu conversei sobre o Senador Tuma destacam esta característica dele: pessoa gentil, atenciosa. Até para nos apartear, o Senador Tuma falava: “Desculpa, Senador Geraldo, desculpa”. Era uma característica dele. Ele irradiou...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não parecia um delegado de Polícia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Nem parecia. Mas a história diz que ele, tam-

bém no papel de delegado, se houve com humanidade, digamos assim.

Eu dizia que a sua maneira de ser conquistou pessoas do Brasil. Estava em casa, e me ligou a Senadora Mirta. Eu tinha acabado de estar com ela em Buenos Aires. Até segunda-feira, no final do dia, participamos da reunião da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul. Ela me ligou aos prantos: “Geraldo, perdemos o nosso Tuma”. É uma Senadora paraguaia que o conhecia e gostava muito dele.

Enfim, lamento por ele, por sua família. Que Deus agasalhe todas essas pessoas.

Por último, na semana, o falecimento do ex-Presidente Kirchner. Figura polêmica, não resta dúvida, mas de magnetismo incrível, haja vista o que está acontecendo no país, em Buenos Aires, no interior do país: uma comoção, Senador Simon. Aqui um aspecto acerca da atuação do Presidente Kirchner. Como eu disse, eu estive, na segunda e terça-feira, participando da reunião da nossa Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, que, como V. Exª sabe, tem a obrigação de apresentar, anualmente, um informe sobre a situação dos direitos humanos no âmbito do Mercosul. A sistemática que nós adotamos para colher essas informações é a realização de audiências públicas nos países, ouvindo sociedade civil, organizações do Estado, etc.

Outra audiência pública da qual participei também, em Buenos Aires, havia ocorrido no Parlamento, no prédio do Congresso, um prédio lindo – V. Exª o conhece. Mas, dessa vez, a audiência pública foi deslocada para o Centro Cultural Haroldo Conti. Eu disse: “Mas por quê?” Estranhei antes de ir a Buenos Aires. Ao chegar lá, compreendi, Senador Simon.

Esse centro cultural é uma das instalações de trinta e poucos prédios pequenos e médios que faziam parte do complexo da Escola de Mecânica da Armada, local, Senadora Serys, onde milhares de argentinos foram seviciados, torturados e assassinados pela ditadura argentina. A Escola de Mecânica da Armada!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Bem mais do que aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Bem mais do que aqui. Eram sequestradas, seviciadas, torturadas e assassinadas milhares de pessoas.

Pois bem! Eu fiquei sabendo – daí minha agradável surpresa – que, em 2004, o Presidente Kirchner, então, desalojou a Armada daquele complexo e o destinou a abrigar entidades, organizações ligadas aos direitos humanos, aquelas organizações que têm o compromisso do resgate dos fatos ocorridos e da fixação da verdade. Eu fiquei impressionado! No Brasil,

nós não temos, Senador Simon, algo parecido sequer. Um complexo de dezoito hectares, trinta e tantos pequenos e médios prédios destinados a essa finalidade. Ou seja, o inverso daquilo para qual serviu aquele centro de tortura. Obra do Presidente Kirchner! A instalação se deu a partir de 2007, e, aos poucos, as organizações estão ocupando aquele espaço, que está sendo objeto de visitação pública naqueles prédios onde se dava, de fato, o extermínio de muitos argentinos.

Figura polêmica, sim, um caudilho, mas uma pessoa amada pelo seu povo. Que a história o julgue. Eu sou muito pequenininho para julgar seja quem for, mas me sensibilizou esse fato em particular: a iniciativa tomada pelo Presidente num país que, por vezes... Esse fato da Argentina é um fato muito interessante. A Argentina se debruçou sobre uma época, não virou simplesmente uma página: identificou, puniu, prendeu e condenou torturadores militares que participaram, na ditadura, do extermínio de milhares de argentinos. Nós, aqui no Brasil, por enquanto, fazemos de conta que tudo foi resolvido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E ex-presidentes todo-poderosos foram parar na cadeia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ex-presidentes foram presos na Argentina. No Brasil, até agora, fazemos de conta que nada aconteceu ou, pelo menos, acreditamos que não se deve mexer com isso. A Argentina teve a coragem de colocar o dedo na ferida, revolveu e resolveu esse assunto.

Que Deus acolha também o ex-Presidente Kirchner. Senador Pedro Simon, morreram e que Deus os tenha. É aquela história: a morte faz parte da vida, não é? – o Senador Pedro Simon, que é franciscano, deve compreender isso com muito mais profundidade do que a gente. A nossa natureza é de seres mortais, mas até agora parece que não aprendemos a conviver com a morte. De fato, uma coisa é verdade: a morte é natural e tal, mas que dói, dói. Quando acontece, é dolorida a coisa. Ninguém aprendeu ainda a lidar com a morte.

Mas, Senadora Serys, eu queria também me referir aqui rapidamente a uma experiência que me deixou muito impressionado, e essa experiência vem de uma escola lá de Curitiba, do Colégio Estadual Professor José Guimarães. O Professor Adimar Garcia Machado é professor de Sociologia, Senador Pedro Simon. A diretora da escola é a Professora Maria Lúcia Fagundes Rosseto.

Pois bem. Algum tempo atrás, ainda neste ano, o professor introduziu uma discussão na sua aula. Pediu que os alunos da 3ª série do segundo grau debatessem um tema que, até para nós, é difícil, polêmico, complicado: a questão da maioria penal. E não sei por

que razão ele entrou em contato com o meu gabinete e consultou o meu pessoal sobre a possibilidade de, enviando os trabalhos desses jovens, eu poder me manifestar sobre eles.

Olha, foi uma das melhores surpresas que tive aqui no Senado. Tenho aqui os trabalhos originais de um número significativo de jovens – Bianca, Gabriel, Juliane, Luiz Guilherme, Jéssica, Andressa, Fabiene, Rafael, Áurea, Camila. Fiquei tão impressionado, Senador Simon, que pedi autorização ao professor, aos jovens e à escola para que, no plenário, pudesse me referir a esses trabalhos.

São trabalhos manuscritos, com letra boa e português muito bom – o pessoal escreve bem, o que é uma coisa interessante. Os alunos tiveram a coragem de abordar o assunto. Olhe só, nem os nossos candidatos à Presidência da República tiveram essa coragem, porque é um assunto tortuoso realmente. Mas eles tiveram coragem de enfrentar o assunto e, inclusive, posicionaram-se – alguns a favor, outros contra, mas se posicionaram.

Eu fiz aqui um apanhado dos trabalhos desses jovens, nos quais foram apresentados argumentos favoráveis e contrários à redução da maioridade penal, Senador Simon.

Lá nos textos deles, nos trabalhos, encontramos o seguinte:

Um jovem de 16 anos pode eleger Presidente da República, porém, não pode ser julgado pelos próprios atos? Nós países desenvolvidos, os criminosos são julgados pela sua índole e por sua consciência a respeito do ato que cometeram, independentemente da idade.

Eu pincei algumas frases, algumas expressões que constam dos trabalhos: “Quando medidas sociais não mudam nada, devemos tomar medidas mais drásticas, como a redução da maioridade penal.”

Em todas as afirmações você identifica um processo de reflexão.

A legislação brasileira está errada a respeito do adolescente menor de 18 anos, ao considerar que ele não tem a mente desenvolvida. A partir de 13 anos, o adolescente tem capacidade melhor de compreender e pode muito bem responder pelos seus atos.

Repito, são afirmações feitas e reflexões introduzidas nesses trabalhos por esses alunos dessa escola em Curitiba à qual me referi.

Mais uma aqui: “A maioridade é uma pura besteira. Um jovem de 16 que mata uma pessoa já sabe muito bem o que é certo e o que é errado”.

Outra:

O que um adolescente de 16 anos pensa? Que quer sair com os amigos, comprar roupa de marca, tênis da moda, mas nem sempre os pais deles podem comprar e por causa da idade não conseguem emprego e alguns acabam conseguindo dinheiro fácil no crime e se desviam dos estudos.

Mais um aqui, para ilustrar melhor o pensamento daqueles que são favoráveis à redução da maioria: “O Estatuto da Criança e do Adolescente é muito tolerante com os pequenos infratores e não intimida os que pretendem transgredir a lei”.

Mais uma:

Só por que tem menos de 18 anos não pode ficar impune. A Justiça é para todos. [...]

A violência está aumentando a cada ano e muito disso pode estar relacionado à falta de penalidade por idade.

Se o assunto da diminuição da maioria penal ganhasse maior espaço na mídia, muitas pessoas apoiariam.

Vêm agora alguns argumentos contra a redução da maioria penal. Um grupo de alunos chegou à conclusão de que o problema maior é a discussão sobre diminuir a maioria penal, o que é um absurdo, porque o que realmente deveria ser feito era investir no trabalho e reabilitação desses jovens. Os jovens perguntam: “O que é melhor? Maior número de jovens presidiários ou maior número de jovens estudantes e trabalhadores?”.

Coisa interessante! São alunos de 3ª série do segundo grau refletindo, Senador Simon, de uma forma extremamente responsável, o que por vezes é difícil perceber até aqui no Congresso Nacional.

Diz uma estudante:

Não sou a favor, pois as crianças e os adolescentes que nascem em meio à favela não têm certas escolhas. Já vivem com marginais e drogados, e o caminho a seguir é o mesmo. E quando ele tem uma escolha que não seja a criminalidade, a comunidade o exclui, então ele volta para a criminalidade.

Se o colocamos dentro de prisões, estaremos perdendo a qualificação do futuro e perdemos a chance de ensinar em vez de julgar.

Interessante! O mais interessante disso tudo é que eles não se limitaram a se posicionar contra ou a favor, eles dão sugestões do que se fazer, Senador Simon. O que precisa ser feito? A unanimidade é uma

só: investir na educação. A primeira unanimidade. Vem mais aqui:

Parar de auxiliar os pobres com migalhas, mas estimulá-los a crescer; gerar na população um pensamento mais crítico sobre a política. [Olha que coisa interessante!] Boa educação para todos, independentemente da renda familiar; oferta de quotas para ex-presidiários em grandes empresas em troca de diminuição do Imposto de Renda; acompanhamento psicológico durante a internação para avaliação da melhora do comportamento; um maior investimento em cursos que agradem a maior parte da população que são excluídos por serem pobres. Devemos ficar atentos, pois há muitos jovens se perdendo, cometendo crimes, por falta de um patrocínio, um voto de confiança por parte dos que dizem que estão nos representando na Câmara.

Logicamente eles se referem ao Poder Legislativo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E nós estamos incluídos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Estamos incluídos.

Os menores infratores devem ser punidos de acordo com a gravidade de suas infrações e não serem simplesmente jogados em uma cela. Somos a favor, em primeiro lugar, da conscientização, por parte da população, do Código Penal [olha que coisa interessante!]. E não que fique apenas sob a opinião imposta pelo sistema, pois existem coisas que não estão bem explicadas.

Eu quero frisar que essas reflexões são de jovens, muito jovens, que frequentam a escola em Curitiba e são alunos da 3ª série do ensino médio. E – repito – são reflexões que traduzem talvez o grau de responsabilidade desses jovens, que, por vezes, alguns, enganadamente, pensam que a juventude brasileira está completamente alienada. É um engano isso, Senador Simon, está aqui a prova disso, não é?

Queremos a democratização das informações sobre as leis, para que o povo participe conscientemente das ações. Um maior incentivo na educação do jovem, para que ele seja valorizado, principalmente o jovem da classe baixa, que não tem muitas oportunidades na vida. O que está faltando é conhecimento, cultura, que fica concentrado nas classes média e alta.

Por que não criar cadeias de reabilitação, cursos profissionalizantes para resgatar esses jovens da criminalidade? Puni-los, mas, ao mesmo tempo, ajudá-los. Levar o conhecimento aos presídios e às favelas e quebrar esse tabu de que jovens que nascem em favelas serão bandidos ou traficantes. Antes de tudo, devemos evitar que esses jovens vão para a cadeia.

Por último, aqui, uma reflexão muito bonita:

Acreditamos que a discussão sobre a maioridade penal seja um dos maiores obstáculos que o Brasil enfrenta. É uma questão muito polêmica, porém, até agora, não vimos ações do Governo. As propostas que chegam ao Congresso, após uma motivação, [por exemplo, o assassinato daquele menino lá no Rio, que foi arrastado pelo carro, e ele se refere, inclusive, a esse fato,] acabam caindo no esquecimento. E, por essas razões, estamos aqui reforçando, mais uma vez, o pedido para que haja mais esforços e não se fique só em palavras. Que os senhores governantes deem mais atenção para esse problema.

Parece pouco, mas não é não, Senador Simon. Trata-se de um grupo de jovens, um grupo representativo da juventude brasileira se debruçando sobre uma questão tão complexa, tão polêmica...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª me desculpe, mas apenas para voltar à origem. Qual o grupo que fez este trabalho?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Simon, vou repetir, a seu pedido, com muito prazer: Colégio Estadual Professor José Guimarães. Vila Hauer, em Curitiba.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Colégio de vila?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É uma rua que fica numa vila em Curitiba. O professor de Sociologia, que puxou o debate, a discussão na sala – e foi uma coisa fantástica, porque ele poderia falar de um monte de coisas, mas resolveu abordar esse tema, com muita responsabilidade –, é o professor Adimar Garcia Machado, a quem saúdo da tribuna do Senado. São alunos da 3ª série; a matéria é Sociologia, e a tarefa cobrada deles foi debater e elaborar uma dissertação sobre o tema.

E, como eu disse, Senador Simon, as redações foram todas manuscritas, com letras boas, português correto, com aqueles errinhos banais que todos nós cometemos, mas, no fundo, no fundo, muita responsabilidade. Achei muito interessante: não se furtaram

ao debate. Mesmo aqui no Senado, no Congresso Nacional, por vezes, a gente se furta a esse debate. Eles não, encararam a responsabilidade. E foram muito bem-sucedidos, muito felizes.

Eu queria parabenizar a juventude brasileira, porque eles representam a juventude brasileira. Nós estamos há dois dias do desfecho de um processo eleitoral, que sacudiu o País inteiro e que, a meu ver, poderia ter significado uma aula de política para o País. Entretanto, na verdade, eu acho que muita gente no Brasil está frustrada, apesar de acompanhar o processo. Acho que a campanha enveredou por caminhos que não deviam ser percorridos; deixou de tratar de questões muito cruciais para o povo brasileiro; tratou de outras que, como alguns dizem, até não deveriam ter feito parte do programa eleitoral, das discussões e dos debates.

Como eu disse, o sentimento que tenho, Senador Simon, é o de que perdemos uma grande oportunidade de termos uma aula de civilidade, de grandeza política.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E não dá para dizer que a culpa é dos candidatos, que um era melhor que o outro. Foram as circunstâncias e a fórmula que se criou, na qual eles terminaram embarcando. E, na minha opinião, eles não queriam.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu até admito, porque as pessoas que estiveram sob os holofotes, notadamente as duas últimas que ainda estão, são pessoas que têm referência, que têm importância na vida política brasileira. Acredito até que nem gostariam de ter participado de muitos momentos dos quais participaram.

Ontem, Senador Simon, eu estava andando com a minha mulher, ali pela quadra onde residimos – e me esforço para fazer isso sempre que posso –, e cruzamos com uma senhora e uma outra mais jovem que conversavam sobre a campanha. E uma dizia à outra assim, em tom de surpresa: “É a primeira vez que eu vejo um Presidente da República se meter tanto assim numa campanha eleitoral”.

Foram fatos que envolveram inclusive o próprio Presidente da República, e houve momentos de grande infelicidade. Não digo que ele não poderia se envolver, mas, da forma como ele o fez, também não é edificante, não é exemplo para nenhuma democracia. Não é exemplo para nenhuma democracia!

Espero tão somente que o povo brasileiro tenha a serenidade, tenha a grandeza que, por vezes – e muitas vezes –, nos falta, Senador Simon, de amar profundamente este País, de olhar para o futuro, de olhar para seus filhos e para seus netos, desejar o melhor para eles e fazer uma escolha serena, tranquila, longe dessa

coisa nervosa que foi o processo eleitoral. Não estou aqui também dizendo que o processo eleitoral tenha que ser um debate de freira. Não se trata disso. Tem que ter polêmica – sobretudo tem que ter polêmica –, mas acho que até a polêmica a gente precisa...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O importante é o conteúdo da polêmica.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – (...) tratá-la com conteúdo, tratá-la com responsabilidade. Houve muito chumbo trocado. Jogamos fora muita munição que poderia ser guardada para embates mais significativos. Mas tudo bem! Estamos chegando ao final. Esta, seguramente, é a última sessão que fazemos no Senado antes do desfecho do processo eleitoral.

O que precisamos perder no País é isso que se está avolumando, tomando corpo; é essa coisa de dividirmos o País entre pobres e ricos, entre regiões. O brasileiro não é assim! O brasileiro trança para todo lado: da Bahia vai para São Paulo, do Rio Grande do Sul vai para o Acre. O brasileiro não é assim! Precisamos parar de alimentar, às vezes, até um certo... Às vezes, vejo em algumas pessoas até aquela baba raiosa, escorrendo do canto da boca. Isso é ruim demais; isso é muito ruim. A gente não precisa disso.

Portanto, Senador Simon, finalizo fazendo o que sempre faço – e, de alguma forma, já fiz. Formalmente, estou aqui também para prestar contas da viagem que fiz, em nome do Senado Federal, na condição de Senador, na condição de membro do Parlamento do Mercosul. A última missão que recebi foi participar da reunião da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul. Reunião esta da qual colhemos, mais uma vez, depoimentos importantes, vindos de pessoas que representam o próprio governo argentino, a sociedade civil, acerca dos fatos que envolvem a questão dos direitos humanos naquele país. Cumpro, assim, formalmente, a obrigação de vir a público e, desta tribuna, prestar contas dessa viagem, que, afinal, foi uma viagem de trabalho, e, ainda, de me dirigir ao povo brasileiro e de torcer para que finalizemos esse processo eleitoral. Que tudo corra bem neste País.

Pois não, Senador Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É com muita mágoa que faço este aparte. Vamos sentir muita falta de V. Ex^a. Eu tive muita felicidade, neste mandato, de conviver profundamente com V. Ex^a. Fizemos viagens ao Mercosul, inclusive eu, minha esposa, V. Ex^a e a esposa de V. Ex^a; uma pessoa, diga-se de passagem, excepcional e que aprendi a admirar, inclusive pela franqueza das ideias que ela expõe, mesmo quando diferentes das de V. Ex^a. Eu até mexia com minha mulher, dizendo: “Não vai copiando tanto assim; vai mais

devargar!” V. Ex^a é uma das pessoas que vivem e que sentem a alma popular. Nos pronunciamentos de V. Ex^a, ao longo de todo esse tempo, V. Ex^a se preocupou com o Acre, sim; preocupou-se com as questões da região Amazônica, sim. Mas V. Ex^a foi um homem brasileiro e um cidadão do mundo, debatendo os problemas da nossa realidade, como está fazendo agora, em um dos seus últimos pronunciamentos. Está se preocupando com uma das questões mais lindas e mais bonitas: a nossa mocidade, colocada, que nem foi colocada, por esse extraordinário professor do Paraná, que é um exemplo. Acho que o professor é um grande exemplo, o que ele fez. E veja como iniciativas positivas como as dele têm resultado, têm uma resposta altamente concreta por parte dos alunos. A grande verdade é que, nesse trabalho, por exemplo, esqueceu-se do principal problema: o problema não está apenas entre deixar solto ou prender o jovem. Se tivéssemos estabelecimentos para jovens, onde eles se reeducassem... Mas, na verdade, no Rio Grande do Sul, e eu acho que no resto do Brasil, presídios e repartições para prender jovens são escolas de criminalidade. O menino entra com 12 anos, com 13 anos, com 14 anos e, daqui a pouco, ele sai de lá um criminoso profissional. Mas essas preocupações de V. Ex^a me deixaram muito magoado, e eu insisti com V. Ex^a quando V. Ex^a me disse que não ia mais concorrer, que acha que tinha dado sua contribuição e que se sentia, por uma série de razões... Eu vou lhe ser sincero: eu também. Eu não seria candidato nesta eleição, se meu mandato não tivesse mais quatro anos, em hipótese nenhuma. Penso até – e tenho refletido – se, no dia 31 de janeiro, eu não renuncio. Com 81 anos, que vou fazer no dia 31 de janeiro do ano que vem, penso se não é hora de ir para casa, porque acho que fiz minha parte. Mas insisti muito com V. Ex^a, um jovem, um guri, que deveria continuar. Achei que V. Ex^a tinha a obrigação de continuar, mas os argumentos, apresentados por V. Ex^a, no sentido de que... E o que senti em V. Ex^a é o que senti em mim: é difícil a gente ficar sentado aqui, ver esse negócio e não poder fazer nada! Na verdade, nós, aqui, nesses oito anos em que eu, V. Ex^a e a querida Presidente estivemos aqui, foi muito pouco o que pudemos fazer, por mais boa vontade ou não boa vontade que tivéssemos. O clima ficou, realmente, muito difícil, o que levou a que uma pessoa como V. Ex^a não esteja aqui no ano que vem. É uma pena! V. Ex^a fará muita falta. Aprendi a admirar em V. Ex^a, em primeiro lugar, sua assiduidade, exagerada até. E via isso com certa inveja. V. Ex^a estava sempre presente, da abertura das sessões ao final, às sextas-feiras, às segundas-feiras. Ao longo de todos esses anos, V. Ex^a, talvez, tenha sido uma das

pessoas mais assíduas, muitas vezes, inclusive, sem ir à tribuna, ficando todo o tempo assistindo às sessões, debatendo as questões mais importantes, mais genéricas, que não têm nada a ver com as questões pessoais ou seja o que for. V. Ex^a, realmente, debateu aqui as questões da América, do Brasil, do mundo. V. Ex^a vai fazer muita falta. Senadores genéricos, com a análise da integridade dos problemas da sociedade, com a imparcialidade de ver, com a pureza de debater, de discordar, de apoiar que nem V. Ex^a não há muitos aqui. V. Ex^a vai fazer falta. V. Ex^a não é uma pessoa específica: “Eu falo porque falo da educação; eu falo porque falo da saúde; eu falo porque falo da segurança.” Não; V. Ex^a foi, realmente, um genérico, que debateu todos os assuntos que interessavam a esta sociedade. É uma pena, e a vida pública tem dessas coisas. Há pessoas das quais a gente gostaria de se ver livre há muito tempo e não consegue. Trezentos processos, e isso, e aquilo, mas o problema do sistema eleitoral brasileiro, enquanto não terminar... Enquanto não tivermos o voto por lista ou distrital, onde, realmente, haja alguém que seja responsável por quem está aqui... Porque, hoje: “Eu sou Deputado, eu estou aqui, mas ninguém é responsável por mim. Eu tenho dinheiro, eu tenho bastante dinheiro”. Eu conheço casos em que o cidadão foi eleito pela região norte, foi eleito com uma montanha de votos pela região norte de determinado Estado. Aí, a região norte ficou com raiva dele, porque teve uma péssima atuação, não deu bola, não liquidou, não tomou conhecimento. Quatro anos depois, como tem muito dinheiro, foi eleito pela região sul. Um cara que não conhece, que não tem conhecimento foi eleito pela região sul. Isso tem acontecido. Conheço, no Brasil inteiro, casos dessa natureza. Ou seja, se nós não pusermos fim a esse processo, se nós não fizermos uma escolha... O voto proporcional... E o Brasil é um dos últimos países do mundo... O Kirchner, que foi uma pessoa fantástica – estamos, aqui, lamentando a sua morte –, um grande cidadão, um grande Presidente, elegeu-se com um prestígio enorme e elegeu a sua mulher em seu lugar, mas, uma vez candidato a Deputado, perdeu. Lá, perdeu para o líder da oposição. Ele que está aí. Todo mundo já estava pensando nele como candidato à reeleição. O Churchill ganhou a guerra, era herói no mundo inteiro, mas perdeu a eleição para deputado no distrito dele. Por quê? Porque, lá, a pessoa é julgada por aqueles que estão ali. Não é assim no Brasil, que não tem. Quem tem dinheiro faz aquela coisa toda. Então, V. Ex^a vai fazer muita falta. Falo com toda a sinceridade. V. Ex^a e a nossa querida Presidente, grande Senadora, mulher de garra, mulher de luta. E o caso dela, então, é ridículo. V. Ex^a não quis, não participou, não deu bola. Já S. Ex^a participou de

uma convenção e é uma das melhores Senadoras. Não entendo, não entendo a falta que a Presidente vai fazer no Senado. Mas eu vou muito sentir a falta de V. Ex^a. V. Ex^a vai esvaziar muito o conteúdo deste Congresso. Vejo gente importante que vem aí. Eu gosto da vinda do Requião, que está voltando. Ele é um língua solta, mas diz as verdades permanentemente. É um grande nome. Eu gosto do Luiz Henrique, de Santa Catarina, que está vindo e é um grande nome, mas pessoas como a nossa Presidente, pessoas como V. Ex^a e – e cá entre nós – pessoas que Deus, injustamente, tirou daqui, como o Tuma, a que V. Ex^a se refere, o nosso querido Senador de Mato Grosso do Sul, que foi nosso Presidente, que foi Ministro...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ramez Tebet.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A filha do Tebet, agora, foi eleita Vice-Governadora de Mato Grosso do Sul. Pessoas como o nosso querido Jefferson Péres... Sinto que Deus, injustamente, levou uns e, mesmo com toda a Sua divindade, eu me atrevo a dizer que não gostei. V. Ex^a simplesmente não quis, cansou. S. Ex^a quis, mas, por um absurdo, e qualquer Partido faz esses absurdos, seja qual for, isso não aconteceu. Eu quero apenas dizer que V. Ex^a leva o meu carinho, o meu afeto, a minha admiração. V. Ex^a diz que recebeu um convite para fazer um curso de pós-graduação na Bahia. Faça-o aqui, na Universidade de Brasília. Sair daqui para ir para a Bahia? Não estou entendendo. Venha para cá, faça aqui, na Universidade de Brasília, e fique aqui com a gente, fique convivendo com a gente. Pessoa como V. Ex^a, que vai ter o tempo todo, pode prestar um serviço inestimável. Eu gostaria demais de poder, muitas vezes, ir à sua residência, reunir-me no fim de semana, conversar com V. Ex^a, para ter um professor a quem eu possa recorrer muitas vezes durante esse tempo. Fique em Brasília! Já que não quis, não quis ficar no Congresso, pelo menos, fique na Capital, para nos puxar a orelha, para combater, para cobrar. É muito importante! Nós vamos sentir muito, muito a sua falta. Quero dizer, de modo especial: eu, particularmente, e a minha mulher vamos sentir profundamente a falta de V. Ex^a. No Congresso do Mercosul há fatos altamente positivos e outros, não, mas um dos positivos foi a nossa convivência. V. Ex^a é um tipo complicado. A única mágoa que tive com V. Ex^a, que me deixou profundamente magoado, foi quando V. Ex^a, Presidente da nossa delegação, que tinha tudo para ser o chefe, para levar adiante, simplesmente, renunciou, não deu bola para nós e falou: “Não quero mais”. Uma decisão que não tinha nada que ver com V. Ex^a. Havia uma unanimidade de que V. Ex^a devia ser o nosso chefe, e V. Ex^a, pura e simplesmente, com um espírito de

renúncia, de falta de preocupação com cargos... Mas errou. Ali, nós todos perdemos com esse espírito de desprendimento que V. Ex^a tem, mas, mesmo assim, o seu papel lá foi muito importante. Quero dizer a V. Ex^a, do fundo do coração: nesses oito anos, os momentos que eu tive de mais conforto, em que me senti mais feliz, foram lá no Uruguai, quando, junto com V. Ex^a, inclusive, às vezes, com a minha família e a de V. Ex^a, nos intervalos, debatíamos e analisávamos. Eu aprendi muitas lições da vida com V. Ex^a. Muito obrigado por V. Ex^a existir, por ter estado aqui e, por favor, pelo menos fique em Brasília.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Olha, Senador Simon, o senhor me obriga a tratar de algumas questões que V. Ex^a colocou.

Primeiro, quero dizer: quantos não dariam qualquer coisa ou tudo para estar no meu lugar agora, ouvindo palavras tão carinhosas, especialmente quando proferidas por uma pessoa tão respeitada no País inteiro? No País inteiro. Senador Pedro Simon! É o franciscano que o País inteiro admira. Então, quantos não gostariam de estar, agora, no meu lugar, ouvindo palavras tão generosas?

Uma coisa é preciso esclarecer, Senador Pedro Simon: eu não estou me afastando da política. Há pessoas que, ou pela convivência com os familiares, ou pelo envolvimento, nascem com esse vírus, como a gente diz. Eu sou um animal político. Eu estou me afastando apenas da perspectiva da disputa por mandatos.

Agora, esteja onde estiver, fazendo o que estiver fazendo, eu vou sempre estar voltado a procurar interferir ou interagir com os demais cidadãos com quem eu vou conviver. Isso aí ninguém tira de mim. Vou sempre estar atento à necessidade de mudarmos o nosso mundo. Vou exercitar a minha cidadania plenamente.

V. Ex^a trouxe um assunto que é, digamos, pessoal. De fato, tenho convite de amigos que têm uma faculdade em Salvador para que eu faça, lá, uma pós-graduação. Eu sou homem do Direito, estou afastado do exercício da advocacia há mais de dez anos e a gente precisa voltar a compreender um pouquinho as coisas. Há uma outra razão, Senador Pedro Simon, que V. Ex^a deixou de perguntar, inclusive: “Por que você não volta para o Acre?” É a minha terra querida. Tomar o meu tacacá no final do tarde, conversar com os amigos, com as amigas, com os compadres, com as comadres... Eu vou me obrigar a um período sabático. Vou me recolher, vou pensar em tudo isso que aconteceu nesses últimos anos, vou examinar o meu Estado de uma perspectiva de fora, como se diz; depois, vou ver o que faço da vida. Mas, seguramente, eu lhe digo: olha, não passa pela minha cabeça, de fato, a disputa por outros mandatos, digamos assim, a não

ser o do cidadão compenetrado, responsável, humilde, modesto, que vai, sim, continuar intervindo, interagindo, interferindo para que, em nosso País e no meu Acre querido, a gente possa construir uma perspectiva de um futuro melhor. Isso aí ninguém tira de mim.

Discordo de V. Ex^a – e digo isso com toda a sinceridade, com toda a humildade – quando V. Ex^a diz que eu vou fazer falta. Eu não vejo as coisas dessa forma. Acho que a vida, Senador Simon, abre para a gente diversas variáveis, diversas perspectivas. O problema é que a gente se habitua a refletir: “olha, eu sou Parlamentar, sou Senador e tal, então, tenho de ser isso aqui”. Não tem de ser isso aqui! A gente tem outras formas de atuação, não é? Está aí o povo brasileiro. Somos algumas centenas com mandatos, mas o povo brasileiro são quase 190 milhões sem mandato, mas com o único mandato que eu gostaria de ter: aquele de decidir, de determinar as coisas. Esse mandato é do povo brasileiro. Esse é o que a gente gostaria de ter. Eu vou procurar, serenamente, onde eu estiver, como digo, interagir com essas pessoas e tirar o melhor proveito dessa convivência e continuar tentando dar a nossa parcela de contribuição, mesmo que modesta, para a construção deste nosso Brasil tão querido.

Muito obrigado pela sua generosidade.

Uma abraço fraterno na sua querida esposa, a quem nós todos, eu, minha mulher, nossa família, tanto admiramos e de quem tanto gostamos.

Um bom dia e desculpem a delonga do pronunciamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Geraldo Mesquita, obrigada.

Convido V. Ex^a a presidir a sessão para que eu faça uso da palavra, pois sou a próxima oradora inscrita. Logo depois, falará o Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita. PMDB – AM) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, nossa querida companheira e Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, início esta minha fala... O Senador Pedro Simon está dizendo, da bancada: “Acho que também vou embora, com vocês dois”. De jeito nenhum, Senador! De jeito nenhum! O senhor tem de ficar aqui.

Inclusive, o tema sobre o qual iria falar hoje, resolvi que não vou mais falar. Não vou falar porque sei

que o Senador Pedro Simon vai abordá-lo, e, como tenho assinado embaixo de tudo o que ele diz a respeito do Ficha Limpa, resolvi não falar. Não vou falar porque tudo o que eu disser vai ser pequeno perto do que ele dirá. Então, como sei que daqui a pouco eu vou ouvi-lo, não vou tratar desse assunto. Dizendo sempre que a fala do Senador Pedro Simon sobre o Ficha Limpa – e tenho ouvido praticamente todos os pronunciamentos dele a esse respeito – valeu. Todos os pronunciamentos dele valeram, com certeza, porque a gente tem ouvido os comentários na imprensa nacional sobre os seus pronunciamentos e eles surtiram efeito, com certeza.

Vou aqui discorrer sobre alguns assuntos. Um deles é sobre a minha ida ao Congresso Nacional do Povo da China & Globe Internacional, Fórum Conjunto de Legisladores de Pequim, que se realizará de 6 a 8 de novembro de 2010.

Sr. Presidente, resumidamente, lá vamos discutir os seguintes tópicos: “Um Novo Enfoque Internacional: Criar Pontes entre a Legislação Nacional e os Compromissos Internacionais”; “As Medidas da China sobre Mudança Climática”: a legislação chinesa e as medidas de âmbito nacional, a Lei sobre Energia Renovável, a Lei sobre Economia Circular, a Lei de Proteção ao Meio Ambiente, a Lei de Eficiência Energética e outras; assim como “A Arquitetura para um Acordo Pós-2012”, com a apresentação da minuta de proposta da Globe, por parte de Lorde Deben e do Presidente Wang Guangtao. Uma outra temática será a “Legislação sobre Mudança Climática nas Principais Economias”, um estudo que mapeia a legislação vigente sobre mudança climática nas principais economias, e vincula a legislação nacional a um acordo pós-2012 sobre mudanças climáticas. Também “Aprimorar a prestação de contas quanto aos compromissos governamentais sobre o clima”, o papel fiscalizador dos legisladores, como os legisladores podem ser mais eficazes em fazer com que os governos prestem contas sobre os compromissos referentes à mudança climática.

Senhores e senhoras que nos veem e nos ouvem, nessa prestação de contas se definem compromissos, são assinados compromissos importantes, mas como verificar se esses compromissos estão sendo efetivamente cumpridos? Isso é extremamente importante, o papel fiscalizador, para ver se esses compromissos referentes a mudanças climáticas estão sendo cumpridos.

Por fim, na última reunião, será apresentado um modelo de arquitetura acordada, vamos chamá-lo assim, e da declaração do fórum, que será o compromisso de cada delegação para promover tais resoluções junto a seus governos nacionais.

Então, será um evento extremamente importante, que vai acontecer na China, nos próximos dias 6, 7 e 8.

Sr. Presidente, além de comunicar que estarei na China, participando dessa conferência sobre mudanças climáticas – deixarei o Brasil dia 3 à noite e retornarei dia 10 –, como acabo de dizer, sob a organização da Globe...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. Fora do microfone) – V. Ex^a vai passar mais tempo no ar do que na China.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mais ou menos, Senador. O Senador diz que eu vou ficar mais tempo no ar do que na China. Mais ou menos.

Participarei de evento em que vamos representar o Senado e o Brasil na conferência sobre mudanças climáticas da organização Globe International. Sou a coordenadora, no Brasil, dessa organização, que é composta por legisladores dos países membros do G8+5 – o G8, nós sabemos, são as oito economias consideradas as maiores do mundo; e o +5 são a China, Índia, México, África do Sul e Brasil – e, todo ano nos reunimos para tratar de projetos que podemos desenvolver em nossos países no tocante a assuntos relacionados ao meio ambiente e às mudanças climáticas.

Nessa próxima conferência, que será em Tianjin, na China, próximo a Pequim, além de mim, estarão presentes o Senador Cícero Lucena, a Deputada Rebeca Garcia e o Deputado Augusto Carvalho, para discutir a atuação do Brasil no tocante às mudanças do clima, que cada vez mais aumentam no mundo.

Dia 26 de outubro foi assinado o regulamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, com a publicação ontem de decreto no *Diário Oficial da União*. Os recursos serão aplicados em ações de combate à desertificação, adaptação ao clima, promoção e difusão de tecnologias e incentivo às cadeias produtivas sustentáveis e pagamento de serviços ambientais.

Cerca de R\$226 milhões já foram aprovados para 2011, isso no Brasil. O decreto foi assinado, como disse, dia 26 de outubro, pelo Presidente Lula, em reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e o lançamento do Inventário Brasileiro de Emissões de CO₂. O fundo é o primeiro no mundo a utilizar recursos provenientes da participação dos lucros da cadeia produtiva do petróleo para financiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e seus efeitos.

De agora em diante, o comitê gestor do fundo – implementado pelo decreto e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, composto por representantes governamentais, comunidades científicas, empresários, trabalhadores e organizações não-governamentais –

terá condições de administrar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos em projetos, estudos e empreendimentos de mitigação e adaptação da mudança do clima e seus efeitos.

No ano passado, após a Conferência do Clima em Copenhague (COP 15), o Brasil aprovou a Política Nacional sobre a Mudança do Clima e se comprometeu voluntariamente a reduzir até 2020 as emissões de gases de efeito estufa entre 36% e 39%. Desde que o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia foi instituído, em 2003, nosso País evitou a emissão de 2,9 bilhões de tCO₂eq.

Por todos esses nossos esforços é que o Brasil tem o menor índice hoje de desmatamento dos últimos 21 anos. É assim que seguiremos mudando: um Brasil mais forte e se desenvolvendo sustentavelmente. Temos esse compromisso com o clima, com a nossa população e com o mundo. É o desenvolvimento econômico se dando com sustentabilidade ambiental.

Agora, eu vou passar a falar não tão rapidamente, tentando fazer, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores e senhoras que nos ouvem, uma reflexão sobre a formação de profissionais em nosso País. E vou pegar só um exemplo, que vou aprofundar um pouco, que é o da Petrobras.

Começo perguntando por que nós temos – não que eu tenha uma coisa contra advogados; eu sou advogada, com muita honra, tenho filho advogado – mais advogados do que engenheiros formados no Brasil. Queremos ter muitos advogados, mas queremos ter muitos engenheiros e outros profissionais também. Quanto tempo se gasta para formar um profissional de nível superior? Como estaremos daqui a trinta anos? O que aconteceu nos últimos vinte anos com a formação técnica no Brasil?

Quando um profissional se formava na universidade, ele saía com o canudo debaixo do braço e achava que podia tudo, como todo jovem que acabou de vencer uma etapa da sua formação. Então, com o canudo debaixo do braço, ele batia na primeira porta e tinha um não; na segunda, outro não; passava um tempo, e ele começava a duvidar se o canudo valia alguma coisa; após um certo tempo, ele começava a duvidar da sua própria capacidade como profissional; e, depois de um certo tempo, ele já duvidava da sua própria capacidade como ser humano.

Hoje, nós estamos aí com falta de técnicos de todo tamanho. Então, as coisas mudaram. As coisas estão mudando, com certeza.

Quando vimos, senhores e senhoras, a lei do bafômetro caindo, eu parei para refletir sobre o planejamento estratégico que temos feito nos últimos vinte anos e então resolvi segmentar e estudar uma

área específica. Considero o momento propício para levantar essa discussão, visto que estamos passando por um momento decisivo para o futuro do nosso País. Com a descoberta do pré-sal, o Brasil se firmará como um dos principais países produtores de petróleo do mundo. Então, precisamos pensar sobre como tem sido o processo de formação técnica dos profissionais necessários para operar nesse processo importantíssimo para o desenvolvimento do Brasil.

Decidi analisar a formação de profissionais sob esse viés, pois a Petrobras é uma instituição que, ao longo dos seus 57 anos de história, foi decisiva nas tomadas de decisões estratégicas do País. Foi a partir dos seus marcos que surgiram várias das demandas de necessidades nacionais.

Por esse motivo, uso como referência para esta reflexão o estudo feito pelo Dr. Ricardo Latgé Milward de Azevedo e pelo Dr. Gerson José Salamoni Terra, publicado na *Revista de Geociências da Petrobras*, com o título “A busca do petróleo, o papel da Petrobras e o ensino da Geologia no Brasil”.

A partir desse trabalho do Dr. Ricardo Latgé, vamos fazer um resumo histórico da empresa e analisar a educação no Brasil. Vou usar desse artigo alguns excertos para falar um pouco da importância dessa empresa para o Brasil e a relação com a formação dos profissionais, ou seja, com a educação.

A criação da Petrobras, no ano de 1953, ampliou as oportunidades de emprego e demandou a necessidade de uma formação técnica diversificada, o que definiu os rumos de todas as políticas públicas na segunda metade dos anos 50. Pois notou-se a necessidade de o Brasil dispor de uma indústria petrolífera estruturada, tendo como motivação a esperança do povo brasileiro de encontrar e produzir no território nacional uma matéria-prima estratégica para o nosso crescimento.

Nos anos 30, foram criadas estatais de petróleo na Argentina e na Bolívia. No Brasil, havia um absoluto descrédito quanto à existência de petróleo nas nossas terras, apoiado por grandes conglomerados internacionais interessados, principalmente, em conquistar posições no refino. Ainda assim, nessa época foram estimulados debates sobre qual seria o melhor modelo do setor de petróleo no País, o que motivou a criação da Sessão de Geologia do Instituto de Pesquisa Tecnológica, em 1937. Dois anos depois, foi criado o curso de Engenharia de Minas e Metalurgia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Esse foi o segundo núcleo acadêmico para suprir os quadros técnicos demandados para a indústria petrolífera, minério de ferro e outros necessários para a construção civil, em forte expansão. Em 1942, foi criado o Curso de

Engenharia de Minas na Universidade de Porto Alegre, e, em 1946, na Universidade do Recife.

A descoberta do Campo de Candeias, em 1941, faz com que a indústria do petróleo seja prioridade nacional. Houve a campanha popular de que “O Petróleo é nosso”, o que leva à criação do Projeto da Petrobras, que determina a urgência da formação de brasileiros para atuarem na indústria petrolífera.

Com a descoberta do petróleo na Bahia, o Conselho Nacional do Petróleo enviou técnicos brasileiros para os Estados Unidos para um programa de treinamento em instituições especializadas.

Quando a Petrobras começa a operar, em 1954, ela incorpora como uma de suas bases estratégicas o desenvolvimento de treinamento de profissionais, e o Governo Federal implanta uma política de formação de geólogos, por exemplo. O Conselho Nacional do Petróleo elabora programas de treinamentos, coordena estágios de aperfeiçoamento de técnicos no exterior, para poder conduzir no País uma cultura de desenvolvimento de cursos de especialização em diferentes ramos ligados às atividades do setor petróleo.

Nos primeiros anos da Petrobras, a empresa não tinha como apoio um sistema educacional brasileiro suficientemente estruturado, que pudesse oferecer profissionais qualificados necessários para o crescimento da indústria do petróleo no País.

As discussões em torno do tema ganham força com o Ministério da Educação e Cultura designando uma comissão para avaliar a criação dos primeiros cursos de Geologia nas universidades brasileiras.

A Petrobras contratou mão de obra estrangeira para colaborar na exploração da matéria-prima e se comprometeu a propor, direcionar e sustentar novos rumos para a qualificação profissional brasileira. Assim, os primeiros programas de treinamento especializado para brasileiros com formação universitária são estabelecidos.

Que bom que jovens estão adentrando as nossas galerias, estudantes. Estamos falando aqui da importância, em determinados setores, de nos prepararmos com tempo, com antecedência, com planejamento estratégico, para a formação dos profissionais. Por isso, com certeza, faz-se necessário que se pense isso nas nossas escolas. Devem as escolas, desde as fases iniciais, discutir questões importantes para o desenvolvimento do Brasil, para o desenvolvimento maior do nosso Brasil.

Estou fazendo aqui um breve relato do que foi o início da nossa Petrobras e as dificuldades que ela sofreu com a formação de quadros profissionais in-existent então no Brasil. Hoje, ela é grande porque investiu muito em educação também, Senador Geraldo

Mesquita, Senador Pedro Simon. Muitos perguntarão: mas o que tem a Petrobras a ver com educação? Se não tivesse investido em educação, ela não teria se desenvolvido, chegando ao patamar de desenvolvimento de hoje.

Por isso, é importante, estudantes, jovens aqui presentes, senhores profissionais da educação que acompanham os nossos jovens, tomarmos decisões estratégicas de desenvolvimento para o nosso País com tempo para que a formação venha a acontecer. Temos muitos advogados, como eu acabo de dizer, no País. É muito importante essa profissão para o nosso País, mas nós precisamos... Por exemplo, hoje, estamos com problemas sérios na formação de engenheiros. Só para citar duas profissões. Há anos, engenheiros se formavam para abrir – como eu mesma vou citar daqui a pouco – pequenas empresas, até lojas de chocolates, Senador Geraldo Mesquita, porque não tinham trabalho. E, hoje, há muito trabalho, porque o Brasil está buscando outras metas de desenvolvimento realmente estabelecidas.

Foram selecionados e contratados professores de grande renome, tanto brasileiros como estrangeiros, vindos de empresas e universidades que se destacavam por sua competência na indústria de petróleo.

Nos anos 70, empresas estrangeiras e nacionais começaram a explorar petróleo sob regime de risco. Nos anos seguintes, houve um grande esforço financeiro, técnico e humano em superar a dependência que se apresentava definitiva de petróleo como um produto estratégico para a soberania. Mas a estagnação econômica mundial e a explosão da dívida externa e da inflação no Brasil provocaram a redução substancial nos índices do Produto Interno Bruto e levaram o Governo de então a reduzir o crédito das empresas, manter os salários estagnados e reduzir, substancialmente, a entrada de novos empregados nas estatais. Isso sacrificou o ingresso de novos geocientistas na Petrobras.

O cenário nacional nos anos 80 e 90 era de uma inflação elevada e baixo investimento para a formação de profissionais qualificados para trabalharem na exploração do petróleo. O mesmo aconteceu com os engenheiros, que foram famosos – como disse há pouco – por abrirem até pequenas fábricas de chocolate. Também nesse período, os primeiros geocientistas brasileiros ingressos na Petrobras – já era a década de 90 – se aposentaram, o que provocou uma evasão de quadros técnicos e a restrição de ingresso de novos profissionais. Isso reduziu progressivamente o número total de profissionais da companhia.

Então, cabe a pergunta quando tiramos a carteira de motorista: temos já experiência para dirigir? Sabe-

se que temos que nos preparar, por isso temos que passar por exames, etc. e tal. De quanto tempo precisamos para isso? O mesmo acontece com um recém-formado. Ele precisa de um tempo para treinamento, em qualquer área, em qualquer área. Preparem-se muito, façam um curso superior e, depois, também, adquiram experiência para que sejam profissionais competentes.

O mesmo acontece, como eu dizia, com um recém-formado: ele precisa de um tempo para treinamento e adequação no mercado de trabalho. Portanto, para um profissional maduro, vamos ter de sete a nove anos depois que ele ingressou na faculdade. Portanto, um governo de quatro ou de oito anos não consegue formar profissionais nesse período, prontos para a competição internacional.

Voltemos à Petrobras como exemplo. Nos anos 90, o Governo Federal optou por uma política generalizada de privatização das estatais. Em 95, o Congresso Nacional aprova uma alteração que retira a exclusividade da Petrobras na exploração e produção de petróleo no Brasil, abrindo as portas para que empresas estrangeiras viessem a explorar nossas riquezas sem investirem no desenvolvimento do nosso País. Esse é o período com menor número de criação de cursos de formação desde a fundação da Petrobras. Nesse período, nós temos uma queda de formação de engenheiros, geólogos, geofísicos, médicos, etc.

Onde esses profissionais que não iriam se formar iam fazer muita falta? Voltemos ao exemplo da Petrobras, com políticas direcionadas para reduzir o papel do Estado na economia. A Petrobras teve que assumir no campo de recursos humanos a adoção do incentivo a aposentadorias, a demissões voluntárias gratificadas e ao cancelamento de novas contratações, crescendo o número da mão de obra terceirizada e a redução das verbas para treinamento.

Mas na campanha presidencial de 2002 ocorreu, felizmente, a retomada da atuação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento brasileiro. A escolha feita pela população por um projeto mais intervencionista leva novas orientações na política adotada na exploração e produção da Petrobras. Passa a existir o investimento em tecnologias inovadoras para aumentar o fator de recuperação nos reservatórios produtores para alcançar a autossuficiência, mantendo uma confortável relação reserva/produção.

A partir de 2002, começa a criação do maior número de formação de técnicos que este País já teve na sua história. Todavia, entre a criação dos cursos até a formatura desses profissionais, infelizmente, não deu tempo suficiente para se entregarem diplomas a homens e mulheres que vão levar este País a ser, quem

sabe, a maior potência mundial, dentro de um tempo não muito longo.

Alguns vão se formar no próximo Governo, mas é fundamental para nossos netos que não pare essa formação de técnicos. O renomado pai da Administração, Peter Drucker, faz no futuro da organização uma análise de quanto os Estados Unidos faturam com o envio de jovens do mundo inteiro para estudar nas escolas americanas e o impacto disso no PIB americano. O Brasil está vindo para disputar esse espaço, não só com petróleo, mas com educação, com certeza. Cada vez mais, precisamos de investimentos em educação, em todos os níveis, da creche, da educação infantil e creche à pós-graduação.

Novamente no nosso exemplo histórico, a partir de 2002, a Petrobras voltou a investir em cursos de formação para profissionais recém-admitidos, com duração de cerca de sete meses, para acelerar a capacitação dos novos empregados, visando à antecipação e ao amadurecimento profissional, para compensar a lacuna de quase dez anos sem contratação. São estruturados cursos específicos ligados à exploração e à produção de óleo e gás natural em águas profundas. Muitos desses cursos são realizados em convênios com universidades brasileiras contando com poucos consultores estrangeiros e cursos de campo, tanto no Brasil como no exterior.

Nos últimos anos, o País tem vivido momentos muito bem-sucedidos, como a confirmação da camada do pré-sal, anunciada ao Brasil pelo Presidente Lula em novembro de 2007, o que coloca o País em uma posição privilegiada como uma matriz energética diversificada, relativamente limpa, com potencial para incorporar ou ampliar a participação de outras fontes menos poluidoras.

Assim, admitindo que o petróleo continue a ter excepcional importância no cenário energético mundial, a descoberta do pré-sal abre grandes oportunidades para o desenvolvimento industrial, tecnológico e científico de forma a assegurar o direito a uma vida digna para todos os brasileiros. Mas vejam, senhoras e senhores, a necessidade do trabalho de equipe. Como cita o Deputado Chalita, eleito em São Paulo, Lula sabe trabalhar em equipe.

Eu falei da educação e, na minha reflexão, chego à conclusão de que o País tem mais advogados do que engenheiros e médicos. Por que não preparamos a nossa capacidade técnica há dez ou quinze anos? Então, nossos jovens foram formados para discutir contratos, e passamos a importar um produto que não aparece na balança comercial, que é o que até chamamos, entre aspas, de “extrato de cérebro”, pois nossas cabeças pensantes ficaram ótimas em discutir contratos, mas

precisamos de mais cabeças pensantes e, para isso, precisamos de mais e mais preparo de técnicos para projetos de infraestrutura de modo geral e, acrescento aqui, de médicos também.

Vou citar o fato de quando sofri um acidente no interior do meu Estado de Mato Grosso. O Estado tinha acabado de inaugurar um fantástico hospital na cidade de Sorriso. Era Governador o hoje Senador Jayme Campos, e ele tinha uma dificuldade enorme. Nós éramos absolutamente adversários políticos. Eu sofri um acidente na região e fui deslocada para esse hospital, à época, de primeira linha na região e hoje também, com muitos profissionais bastante competentes. Saúdo todos, aliás, os profissionais da saúde do hospital de Sorriso. Mas havia apenas três médicos. O próprio Governador estava ansiosíssimo para conseguir profissionais. Médicos vieram de São Paulo para atuar lá no interior do nosso Mato Grosso.

Então, precisamos nos preocupar com o tempo. O desenvolvimento do País está acontecendo. As ações se fazem necessárias no interior do País, não só nas grandes e médias cidades. As cidades pequenas precisam de técnicos e profissionais de toda ordem.

Precisamos, neste momento, decidir se queremos voltar à abertura de entrada de capitais estrangeiros, à estagnação, a qualquer coisa, ou se queremos a possibilidade de seguir para um caminho em que possamos capacitar mais e mais brasileiros para alavancar o progresso do nosso País.

Antes de encerrar, queria saudar, mais uma vez, esse trabalho do Dr. Ricardo Latgé, do qual só peguei alguns excertos sobre a necessidade de se pensar, estrategicamente, o desenvolvimento do País com tempo hábil para formação dos profissionais. Ele nos relata, com muita competência, como isso foi feito pela Petrobras, desde as suas origens, o seu nascimento. Na sua criação, na década de 50, não havia profissionais em áreas fundamentais para o crescimento e para o desenvolvimento do petróleo no País. A empresa teve de ir assumindo, junto com o País – mas principalmente a empresa –, a formação desses profissionais.

Não esperemos que outros setores de desenvolvimento do nosso País tenham de dedicar-se tanto à formação. Que se dediquem também... É importante que as empresas invistam na formação permanente dos seus profissionais, mas que façamos com que o País como um todo, com que as nossas universidades o façam.

Creio que o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, que o desenvolvimento tecnológico do nosso País, no rumo correto, deem-se fundamentalmente pelo preparo técnico-científico, etc. e tal, das nossas universidades federais. Os nos-

sos cursos superiores são os que dão a linha e que contribuem de forma extremamente significativa. Os particulares também, mas, muitas vezes, nem tanto quanto às nossas universidades públicas. Eu, que fui professora por 26 anos, numa universidade federal do meu Estado, tenho essa convicção.

Nós temos de pensar o País, como estamos pensando atualmente, mas ainda precisamos pensar muito mais na direção do seu desenvolvimento, para que a formação de nossos profissionais se encaminhe para essas direções, com a competência necessária e com o compromisso político não partidário, mas com o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, para que o futuro das nossas gerações esteja assegurado, a fim de que sejamos, o mais breve possível, uma grande potência não só com desenvolvimento econômico, mas com esse a serviço da melhoria da qualidade de vida do nosso povo, especialmente daqueles que têm menos posses.

Já finalizando, Senador Geraldo Mesquita, o senhor falava dos nossos jovens. Eu digo sempre e vou repetir aqui – as pessoas já estão até cansadas de me ouvir – que jovem precisa de expectativa de vida, Senador Pedro Simon. Jovem com expectativa de vida. Como o senhor dizia, não é com punição, com isso ou aquilo que vamos resolver, é com expectativa de vida. E o jovem vai ter expectativa de vida, se sentir que existem possibilidades de formação para ele. Formação real, na qual sinta que está sendo capacitado para participar do desenvolvimento deste País. E isso, por meio da educação. Mas que ele sinta também que a sua família está protegida, porque tem trabalho, moradia. Quer dizer, a sua família tem emprego, trabalho, moradia, saúde de qualidade.

E aí aproveitamos, mais uma vez, para pedir à Câmara que regulamente a Emenda nº 29 – num parêntese bem lembrado –, para que a família do jovem tenha realmente condições dignas de vida. Por conseguinte, ele estará protegido pela família, dedicando-se a estudar, a preparar-se, porque sabe que vai ter um futuro assegurado. Então, deve-se assegurar o seu presente, para que ele tenha um futuro assegurado. Com certeza, se ele tiver um futuro assegurado, nós, que hoje somos adultos, pessoas de mais idade, também o teremos.

Portanto, queria dizer aos nossos jovens: vamos prestar a atenção. Vamos ajudar a conquistar esse futuro, porque ele é para vocês!

Tenho quatro filhos e cinco netos, mas considero, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores que nos ouvem, que, como política, tenho de lutar pelo futuro dos jovens e das crianças do meu Estado de Mato Grosso, como se todos fossem meus filhos e meus netos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns pelo pronunciamento, Senadora Serys.

Antes da palavra do eminente Senador Pedro Simon, há alguns informes.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência recebeu requerimento do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, solicitando prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 10ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 844, DE 2010

Requeremos a prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 10ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Justificação

Tendo em vista a especificidade do calendário eleitoral deste ano que envolveu todos os segmentos da sociedade brasileira, esta Presidência considera necessária e democrática a prorrogação daquele prazo legal para admitir novas indicações à 10ª premiação do Diploma mulher-Cidadã Bertha Lutz até a data de 1º de dezembro próximo. – Senador **Marco Maciel**, Presidente de Conselho de Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. – Senador **Renato Casagrande** – Senadora **Patrícia Saboya** – Senadora **Fátima Cleide** – Senador **Marcelo Crivella** – Senador **Inácio Arruda** – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A matéria vai à publicação e será apreciada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Simon, notícias aqui alvissareiras: reportagem da Rádio Senado sobre bolivianos em São Paulo ganha prêmio internacional. Olhe que coisa interessante.

A reportagem especial “Escravos da esperança: a saga dos bolivianos em São Paulo”, da Rádio Senado, ganhou o prêmio FIP Periodismo para la Tolerância, na categoria rádio, concedido pelo escritório da Federação Internacional de Jornalismo para a América Latina. A cerimônia de premiação será no dia 4 de novembro, em Santo Domingo, capital da República Dominicana,

na Conferência Regional sobre Direitos Humanos organizada pela FIP.

O trabalho, Senador Simon, Senadora Serys, é de autoria dos jornalistas Celso Cavalcanti e George Cardim – companheiros nossos aqui da Rádio Senado – e retrata a difícil situação dos cerca de 200 mil bolivianos que sobrevivem na cidade de São Paulo – um drama. Muitos desses bolivianos, que deixaram seu país para fugir da miséria, são vítimas de falsas promessas e encontram poucas perspectivas no Brasil. Empresários da região exploram esses trabalhadores como mão de obra barata, sem direito a nenhuma cobertura da legislação trabalhista. Os nossos repórteres – da diligente Rádio Senado – foram à Bolívia, passaram por Mato Grosso e chegaram a São Paulo, cumprindo a rota seguida por esses trabalhadores.

Essa reportagem foi ao ar em junho de 2009, disputou o prêmio com dezenas de trabalhos de vários países da América Latina.

Também com relação à Rádio Senado, Senadora Serys:

Duas das três reportagens finalistas na categoria rádio da 12ª edição do Prêmio Imprensa Embratel são da Rádio Senado: “Quando a sombra cai”, de Sérgio Vieira, e “Os exilados da doença”, de Larissa Bortoni e Rodrigo Resende. O outro trabalho finalista é “Sistema paralelo de adoções ilegais esconde comércio de bebês”, de José Renato Ribeiro da Rádio Gazeta AM, de Santa Cruz do Sul (RS) [uma rádio lá da sua terra].

O Prêmio Imprensa Embratel [Senador Simon], é um dos mais importantes do jornalismo brasileiro e na edição deste ano recebeu 1.023 trabalhos, em 17 categorias. Os vencedores serão conhecidos no dia 10 de novembro, em cerimônia no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Eu queria aqui – e tenho certeza absoluta de que falo tanto em nome da Senadora Serys, como no do Senador Simon – parabenizar pessoalmente os profissionais da Rádio Senado e a Rádio Senado como um todo pela atuação.

Sou testemunha – V. Exª, Senador Simon, e a Senadora Serys, também – da atuação desses profissionais. É uma atuação competente, séria, dedicada. Por vezes estamos em casa, cedo, pela manhã, e eles ligam, na tentativa de colher de nós, Parlamentares, comentários acerca de algum fato. Acho isso muito interessante.

Portanto, em nome da Mesa e tenho certeza absoluta de que no de todos os Senadores, parabenizamos os nossos profissionais da Rádio Senado e a

Rádio Senado, pelos destaques aqui relatados e pelo sucesso obtido.

Senadora Serys, pois não?

A Srª Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Só um minuto, Sr. Senador Geraldo Mesquita, para saudar, em nome desses dois profissionais premiados, todo o setor de comunicação do nosso Senado. Realmente, é um setor que mostra, a todo momento, a sua competência, o desempenho de um papel com competência técnica e com compromisso político. Aquele compromisso político que eu falo sempre, não é o partidário, é com a causa que trabalham, com a causa que respondem por ela. São profissionais de grande competência. E o Senado da República, através da área de comunicação hoje, está de parabéns. Em nome desses dois repórteres, eu gostaria de saudar toda a comunicação do nosso Senado, porque não é um trabalho de um ou de outro, é o trabalho de todos que faz com que a comunicação do Senado mostre a sua competência. Rádio, televisão, parabéns a todos que trabalham nessa área no nosso Senado da República. Os senhores nos honram, os senhores, realmente, mostram a sua competência em todos os setores, em todas as áreas da comunicação. Parabéns a todos. Os senhores nos honram, a nós Senadores, pelo trabalho que fazem na área de comunicação do nosso Senado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço, Senadora Serys.

Concedo a palavra ao meu querido amigo Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente, minha querida Presidente, senhoras e senhores, não deixa de ser um fato, eu diria, curioso, hoje, dia 29, sexta-feira, a dois dias do pleito, estarmos aqui no Senado, numa sessão ordinária. Isso mostra uma tese que venho insistindo muito: a maturidade da democracia brasileira. Quarenta e oito horas da eleição, o clima é de mais absoluta tranquilidade.

O fato mais importante do dia é o Papa, nosso querido Papa, que, com todo o respeito – a gente diz que o Papa é infalível em dogmas de fé – fez uma manifestação em véspera de eleição, na última hora, que, com todo respeito, não sei se ela era necessária; mas fez. E os dois candidatos, inteligentemente, disseram que ele tinha direito de fazer e fez. Esse é o fato. Não tem nenhuma palavra de um general, não tem nenhuma reunião do clube militar, não tem nenhum editorial de nenhum jornal. Nós estamos vivendo, nessa eleição, um fato muito interessante, inédito no Brasil. Isso é normal na Europa, nos Estados Unidos. Os jornais, na Europa e nos Estados Unidos, definem oficialmente: “Eu defendo a candidatura tal”. Mas, no Brasil nunca tinha acontecido. O Estadão

fez isso. O Estadão, no seu editorial, diz que o jornal é independente, faz a campanha com a mais absoluta isenção com relação aos candidatos, mas que ele acha que o candidato ideal é o candidato Serra. Eu acho um fato interessante, porque nunca tinha acontecido.

Eu até vou ser muito sincero: a partir desse editorial do Estadão eu passei a olhar com calma e revisar as matérias do Estadão. E acho interessante, pelo menos eles estão tentando ser imparciais. Os editoriais batem na candidatura oficial, mas, nas notícias... inclusive agora, ultimamente, eu acho que o Estadão foi o jornal que mais bateu na questão do metrô, o que aconteceu, não sei o que é, o que não é. Também isso não tem problema.

Nenhum general, nenhum sargento. O negócio do João Goulart, em 1964, foram os sargentos. Coitado do meu querido Jango, Presidente da República, e eu dizia, Deputado lá no Rio Grande do Sul: "Mas nós fizemos a vida inteira, para chegar à Presidência da República, estamos na Presidência da República e o Presidente da República, em vez de chamar os generais quatro estrelas, vai fazer uma reunião com os sargentos?" Eu não consegui entender! Disse: "Não estou entendendo!" E, dez dias depois, caiu.

Hoje, não! Hoje, o ambiente... Estamos aqui, numa sexta-feira, não tem nenhum Deputado, nenhum Senador que venha aqui apresentar uma denúncia: "Olha, no meu Estado está acontecendo isso; olha, em tal lugar está acontecendo aquilo". O clima é da mais absoluta normalidade. Viva a democracia brasileira! Viva a democracia brasileira!

E eu, que posso ser pai da maioria dos Senadores que estão aqui, pela idade, que vivi os tempos lá atrás, perdoem-me, mas valorizo demais o momento que estou vivendo, porque eu vi o outro lado. Que coisa mais triste! De repente, alguém se levantava ali: "Eu quero dizer..." e saía, e fechava o Congresso Nacional. E tinha eleição para Governador, estava tudo resolvido, candidato na rua: bum! Não tem mais eleição para Governador. As coisas foram duras, muito duras.

E tivemos aí... O Tancredo fez a maldade de morrer – não podia ter morrido –, mas, o Sarney levou com categoria, justiça seja feita. Sarney Presidente, saiu a Constituinte; cumprimos mandato. Um candidato a Presidente, o Sr. Collor, duro, grosseiro com relação à linguagem, mesmo assim o Presidente Sarney teve a tranquilidade de levar o processo até o fim.

O *impeachment* do Collor. Oito anos de Fernando Henrique; oito anos de Lula. Muita gente dizendo: "Agora o PT chegou ao governo, não vai mais negar o governo. Não, este PT agora vai usar de tudo para não entregar o governo". E não é verdade. A eleição está aí, quem ganha, ganhou. Tem alguém aqui que

tem alguma dúvida de que se o Serra ganhar assume? Tem alguém que tem alguma dúvida de que se ganhar a Dilma assume? Alguém está levantando a tese da maioria absoluta, não sei lá o quê, não sei mais o quê? Nada!

Viva a democracia brasileira! Isto é muito bom!

Parece piada, parece piada, mas na história deste País, desde a independência, é o mais longo período de democracia que estamos vivendo. O Império é Império. Começou já com Dom Pedro I, de saída, convocou Constituinte e fechou a Constituinte e proclamou a Constituição por conta própria. Esse foi o nosso início.

E, depois, a República até 30 era café com leite: Minas e São Paulo, seus governadores o nomeavam. Mentira, os governadores se reuniam, o Presidente da República ouvia os governadores e indicava o candidato. E no fim era café com leite. um dia Minas, um dia São Paulo; uma eleição Minas, uma eleição São Paulo.

Quando o Presidente Washington Luiz, que era de São Paulo, em vez de indicar o governador de Minas – era a vez dele –, indicou o de São Paulo, deu a revolução e veio o Getúlio. Quinze anos do regime de Getúlio, veio a democracia em 1945. Em 1945 se elege o Dutra. Em 1950 se elege o Getúlio: bumba, derubaram o Getúlio. Elege-se o Juscelino, que passa o Governo para o Jânio, que foi eleito, o Jânio renuncia: bumba, não querem deixar o João Goulart assumir. Assumiu, bumba, derrubaram o Jango.

Cinco generais ditadores.

Estamos vivendo o mais longo período de democracia na História do Brasil. Isso é importante. Isso é muito importante.

E vamos fazer justiça: no Governo do Fernando Henrique, mil coisas erradas, mas nenhuma que tenha prejudicado o andamento da democracia. E vamos fazer justiça: no Governo do Lula, mil coisas que se podem discutir, nenhuma pôs em dúvida a solidificação da democracia. E vamos fazer justiça. Podemos ter muitas restrições ao estilo da campanha que foi feita nesta eleição, mas nenhuma colocou em risco a solidificação da democracia.

Isso de termos, nesta sexta-feira, aqui, a última sessão antes da eleição. E vejam também a diferença: nas últimas eleições, quando nós chegávamos aqui – hoje estamos aqui, sexta-feira –, a eleição era no domingo, e, no domingo, ficávamos esperando quanto tempo ia durar para fazer a apuração, quantos dias, quantas semanas. Agora, no domingo à noite, já sabemos o resultado, e, na madrugada de segunda-feira, já se sabe o resultado oficial; já foi apurado. Então, nós estamos aqui agora e, quando voltarmos a nos reunir, segunda-feira, já temos o resultado. O assunto já estará resolvido.

Acho que foi muito importante, para o momento que estamos vivendo, a decisão do Supremo Tribunal Federal. Acho que foi o fato mais importante desde o restabelecimento da democracia com a convocação da Constituinte. Desde lá até agora, a nossa democracia é uma democracia capenga, porque o Brasil era, até quarta-feira, o País da impunidade.

E, se nós formos olhar na série de equívocos e de erros que existem na política brasileira, nós vamos reparar: ali está a origem, ali!, o cara saber que não acontece nada. É um grande empresário, é um grande banqueiro, é um Governador, é um político, é um Senador, tem dinheiro e pode fazer o que quer. Sempre foi assim, sempre foi assim!

Na quarta-feira mudou.

Os meus cumprimentos ao Supremo Tribunal Federal. Os meus cumprimentos aos membros do Supremo Tribunal Federal – com muita competência. Viviam uma crise: um Supremo de 11 só tinha 10. E é absolutamente normal que cada um vote de acordo com o seu sentimento. E terminou em empate: cinco a cinco. Como é que vamos sair?

E as dúvidas foram imensas, as interrogações foram imensas. De um lado, tem a tese do voto de qualidade: o Presidente pode dar o décimo primeiro voto – vota duas vezes. O Presidente, de saída, diz: “Não. Essa tese eu não aceito. Eu não quero dar o segundo voto”. Aí, vem a outra tese: “Vamos esperar a vinda do novo Ministro” – o décimo primeiro que o Lula vai indicar. Aí, veio a discussão.

Em primeiro lugar, é dar uma bomba na mão desse novo Ministro! Ele vai ser indicado, tem que ser analisado e debatido. Tem que ter uma sabatina. Tem que ser votado secretamente na Comissão e, depois, no Plenário.

É evidente que “Como é que o senhor vai votar, quando chegar lá, nessa questão?” seria o assunto do debate. O coitado do candidato o que ia dizer? Não sei a opinião de V. Ex^a, Presidente, mas eu, se fosse candidato indicado pelo Presidente da República a Ministro do Supremo, nesse momento, eu diria: vou me abster de votar. Eu não poderia dizer outra coisa, pois o assunto já foi discutido, já foi debatido, foi analisado durante um tempo enorme pelo Supremo. Eu, como cidadão... Não se sabe quem o Lula vai escolher, mas ele vai escolher alguém, e esse alguém, onde estiver, se for lá no Superior Tribunal de Justiça, se for um grande jurista, onde estiver, é um grande jurista, deve estar debatendo toda hora essa questão, como todos nós estamos debatendo. Há um grupo de juristas, um grupo de políticos que não está debatendo como é que ele vai votar, se vai votar assim ou se vai votar assado? Ele também deve ter o pensamento dele. É natural, ele nunca pensou ser Ministro do Supremo:

“Eu penso assim, eu penso assado”. Como é que ele vai aparecer depois?

Com muita felicidade, essa tese foi afastada. Vejo com muito respeito a atuação, primeiro, do decano. Com a autoridade que ele tem, com sobriedade, ele, que era dos favoráveis a não decidir, apresentou a proposta para decidir. Acho esse gesto emocionante, porque se vê que foi feito com grandeza, foi feito com espírito público, foi feito por alguém que busca uma solução. E me emocionou, também, a unanimidade de respeito a S. Ex^a: os que estavam de um lado e os que estavam no outro reconheciam a credibilidade e a seriedade do decano.

Meus cumprimentos ao Presidente da Corte. Na hora de dar seu voto, ele deixou claro: ele era a favor... Ele tinha votado cinco a cinco. Ele era dos que queriam esperar a vinda do novo Ministro. Mas, quando ele foi votar – cinco a cinco –, o decano mudou, e passou a quatro a três. E, quando ele foi dar o voto, disse com todas as letras: “Eu sou favorável a esperar, mas vou votar com o decano, porque acho a solução normal”. Grande voto! Com muita autoridade.

E o Supremo decidiu.

Acho que foi uma decisão sábia. Se o Supremo estava empatado, cinco a cinco... Não há, no mundo, outro país que tenha, como o Brasil, um tribunal especial para discutir questões eleitorais. Nos Estados Unidos não existe isso! Nos Estados Unidos não há uma Justiça eleitoral, mas uma Justiça comum. Qualquer assunto de eleição, de debate, de processo é na Justiça comum. Nós temos uma Justiça especial, especializada... Se essa Justiça especial, para tratar da justiça eleitoral, decidiu a matéria e, por ampla maioria, decidiu de um jeito...

Se no Supremo Tribunal houve um empate na decisão – há precedente, há um artigo no Regimento que diz isso –, vale a decisão do Tribunal inferior, vale a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que é o órgão máximo da justiça eleitoral e que, em tese, deve se aprofundar mais sobre essa matéria do que o Supremo. No Supremo, são onze Ministros para tratar de tudo o que se possa imaginar que aconteça; no TSE, há um grupo para discutir apenas o processo eleitoral. É normal a decisão que foi tomada, mas ela não foi uma decisão comum: ela estabelece um marco histórico na política brasileira.

A questão da impunidade, nós vamos analisá-la antes e depois da decisão do Supremo. Eu digo aqui o que disse quarta-feira: daqui para frente, quando formos discutir o que vamos fazer para terminar com a impunidade, nós vamos lembrar que, primeiro, houve a iniciativa foi popular. E não vamos dizer que foi fácil a iniciativa popular, não vamos dizer, como alguns dizem, que se conseguem brincando três milhões de assinatura, isso

seria uma injustiça. E não se diga que houve influência política de A ou de B. Agiu a OAB, agiu a CNBB, agiram entidades sociais preocupadas com a questão, não houve nenhum interesse político-partidário.

Cá entre nós, dizer que a emenda da Ficha Limpa teve um endereço certo, partidário, em favor de A ou em favor de B... O povo brasileiro, esta Casa, o Tribunal Superior Eleitoral não merecem isso. Não, ninguém pensou em ninguém ao votar essa matéria.

Para mim, Presidente, o Brasil mudou. Estou há cinquenta anos na política, vou fazer 32 anos nesta Casa, e a única lei que tenho orgulho de termos votado sobre essa matéria, de minha autoria, levou dez anos para ser aprovada. Era aquela que contrariava o que até então vigorava: que para processar Senador tinha de haver licença desta Casa e, para processar Deputado, da Câmara. E a Câmara não dava, ficava na gaveta do Presidente. Não botava em votação porque não queria votar a favor, mas tinha vergonha da sociedade para votar contra. Então, ficava na gaveta. O Congresso, numa grande atitude, decidiu que não precisa mais. Se o Supremo quer processar Deputado e Senador, que processe, não tem de dar satisfação para ninguém.

Então, faz muito tempo que o fato de não haver decisão não pode ser atribuído a esta Casa. Está na gaveta do Supremo. Primeiro, ficou na gaveta do Procurador, no tempo do Fernando Henrique; depois, ficaram na gaveta do Supremo casos e mais casos de denúncias que não se apuravam. Esse foi um grande gesto desta Casa, diria, talvez, o único. Mas, de lá para cá, nada se fez. Até acho, Sr. Presidente, que foi um milagre, porque ninguém imaginava que esse projeto passaria na Câmara. Tanto é que, na Comissão de Constituição e Justiça, decidiu-se pelo encaminhamento para uma Comissão para se fazer um projeto novo. Quer dizer, não iria acontecer nada.

Os Líderes de todos os partidos se reuniram e, por unanimidade, decidiram que, independentemente da decisão da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto iria ao Plenário. Isso é importante no caso de um projeto dessa natureza! Foi ao Plenário e, por uma ampla maioria, foi aprovado. E chegou a esta Casa.

Um projeto igual, de minha autoria, aprovado por unanimidade pelo Senado, estava lá na gaveta da Câmara há não sei quantos anos e nunca era aprovado. Havia vários projetos.

É bom que o Supremo saiba que nós sabemos que o projeto está cheio de equívocos. Nós temos responsabilidade nisso e, portanto, renovo aqui o que disse na quarta-feira quanto à necessidade de modificarmos, de aperfeiçoarmos o projeto. Nós fizemos o acordo aqui de não aceitar nenhuma emenda – aceitou

emenda, volta para a Câmara e morreu. Então, aprovamos o projeto por unanimidade.

Primeiro, o ilustre Ministro dizer que a emenda que nós votamos aqui modificava o projeto e que ele tinha de voltar para a Câmara! O Senador Demóstenes, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Relator da matéria, estudou o assunto e disse que a emenda era de redação e que não mudava nada. E nós, por unanimidade, achamos que era uma emenda de redação, que não mudava nada. Felizmente, o Supremo entendeu que era uma emenda de redação e que não mudava nada, porque o que eles queriam era que fosse uma emenda de redação e que tinha de ter voltado para a Câmara; logo, a lei não valia nada. Isso também foi vencido. E o Supremo teve um ato histórico.

A partir de quarta-feira, começou a campanha, para valer, para terminar com a impunidade no Brasil. Terminar! Aquilo que eu disse mil vezes aqui, que, no Brasil, só vai para a cadeia ladrão de galinha; que quem pega um bom advogado não é punido, isso terminou. Agora, terminou! O negócio do político importante ou do empresário importante que é processado uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, dez vezes... Há político que está sendo processado desde 1955, 1960; um processo, dois processos, três processos, dez processos; uma condenação, duas condenações, vinte condenações... Mas nunca em caráter definitivo, todas prescreviam. Como não eram em caráter definitivo, prescreviam, morria tudo. Isso é ridículo!

Como é que você iria exigir do cidadão que não desse um jeitinho, que não arrumasse uma maneira de resolver o seu problema, se os maiores faziam o que faziam? Quarta-feira, isso terminou, no momento em que o Supremo tomou aquela decisão. É um processo sem volta, Presidente, por isso é que V. Ex^a vai fazer falta.

Nós vamos votar agora, obrigatoriamente... E fico muito feliz, porque os dois candidatos à Presidência da República deixaram muito claro – os dois – que, no primeiro ano de governo, virão para esta Casa a reforma política, a reforma partidária e a reforma tributária. V. Ex^a e eu sabemos: ou vêm no primeiro ano ou não vêm mais. Fernando Henrique errou ao não fazê-las no primeiro ano, devia ter feito; e o Lula errou ao não fazê-las no primeiro ano, devia ter feito. Se não faz no primeiro ano, não faz mais.

Espero que hoje, no debate de hoje, e peço a Deus que no debate de hoje... E a imprensa está dizendo isto... Nós já sabemos o que os caras têm de mau. Roubam de um lado e do outro, errado, falcaturas... Chega! A gente já sabe isso tudo. Que digam o que vão fazer de positivo, que falem sobre as coisas positivas. Que as Organizações Globo, que vão orientar as perguntas, levem para esse sentido.

Acho que o melhor debate que nós já tivemos na história foi o da Record. Ali, copiaram o modelo americano: um fala e o outro responde; um fala e o outro responde. Foi assim. Nos Estados Unidos, é assim. A eleição americana é decidida nos quatro debates, onde os dois candidatos a Presidente debatem nas quatro redes de televisão nacionais. Um aqui e outro ali. Um fala e o outro responde. Um pergunta e o outro responde. Decide a eleição. Na Record foi assim. Mas foi uma pena: levado pelo ambiente e pela confusão, o fim foi uma carnificina.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Simon, permita-me só um minuto, aproveitando a presença dos jovens aqui. É uma feliz coincidência. Eu cheguei a Brasília no final de 1961 e, a partir de 1962, estudei no Caseb. Entre 1962 e 1964. E, aqui, nós estamos com a galeria lotada de alunos do 9º ano do Centro Educacional Caseb. Eu queria felicitá-los e agradecer a presença, em nome da Mesa. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quantos de vocês têm mais de 16 anos e já vão votar? *(Pausa.)*

Nenhum? Puxa, vocês são grandes, hein? Essa mocidade de hoje cresce. Acho que é bom vocês não votarem nesta eleição, deixem para a próxima, porque esta está muito confusa.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Eu até me atrevo a dizer para a Dilma e para o Serra que o bom seria que nem esperassem assumir no dia 1º de janeiro e que já remetessem – não tenho nenhuma dúvida de que o Lula aceitaria e remeteria –, no fim de novembro ou no início de dezembro, a sua proposta, tanto de política quanto de reforma tributária.

E vejam, Srs. Membros do Supremo, se os senhores tivessem rejeitado o Projeto da Ficha Limpa, a tal da reforma sobre voto distrital, verba pública de campanha não ia dar em nada. Agora, não! Só o fato de o pessoal dizer que “o fulano de tal não assumiu; o deputado de tal, que há quarenta anos ia para lá e para cá, dessa vez não assumiu”, muda e muda para valer.

Eu me sinto emocionado com a decisão do Supremo. E olho para o debate de hoje. O interessante é que toda a matéria da imprensa – eu li e reli – mostra a preocupação que os candidatos têm em debater matéria, e não roubalheira.

Para mim, o tema do aborto não tem que ser discutido. O Papa já falou, as outras igrejas já falaram, o Serra e a Dilma já falaram. Disseram: “O Papa é autoridade religiosa, tem o direito de falar, eu acho que falou bem”. Esse assunto, é claro, não tem nada que entrar. Não vamos voltar a discutir agora a questão do aborto. A mim não parece ser o momento.

E, cá entre nós, agora então surgiu a última, do metrô de São Paulo e não sei o quê, não sei mais o

quê. Em termos de bandalheira, todo mundo já sabe tudo. Vamos falar as ideias. Vamos falar do futuro.

Seria muito importante, nesse último debate, que a Dilma e o Serra falassem para valer. Porque o negócio está muito... Lá pelas tantas, tanto um candidato quanto o outro está numa loteria. Para o PT, o salário mínimo vai ser R\$ 546,00; para o Serra, vai ser R\$600,00. Um diz que vai fazer 700 escolas técnicas; o outro diz que vai fazer 930. Não é por aí. Façam uma exposição profunda: como candidato à Presidência da República, eu pretendo isto, eu pretendo isto, eu pretendo isto, mais isto, mais isto, mais isto.

Um aspecto positivo: um assunto que está resolvido é esse problema da imprensa.

A candidata Dilma deixou claro: ela é contra qualquer tipo que influencie mexer com a imprensa.

Cá entre nós, houve um Estado, se não me engano, o Ceará, em que a Assembleia Legislativa – uma maluquice! – votou uma lei autorizativa, autorizando o Governo a criar um órgão para fiscalizar, para controlar, para orientar, sei lá o quê, a imprensa. Cá entre nós, é um projeto, perdoe-me a Assembleia do Ceará, ridículo. Na véspera, na semana da eleição, grosseiro... Em primeiro lugar, não cria nada; em segundo lugar, autorizativo; quer dizer, o Presidente da República tem autoridade para mandar um projeto sem o autorizativo ou com o autorizativo. É um projeto ridículo, só para criar confusão.

Tanto o Serra quanto a Dilma deixaram claro o problema da imprensa. Eu sou uma pessoa que debato. Eu, por exemplo, com relação às pesquisas, eu tenho muitas restrições. Eu sou um dos autores do projeto que determinou que pesquisa não pode ser feita nos quinze dias anteriores à eleição. O Supremo derrubou a nossa lei dizendo que são um preceito dentro das causas pétreas a liberdade e a independência, e que a nossa lei era inconstitucional.

Eu, sinceramente, acho um exagero.

Mas, de qualquer maneira, acho que a questão da imprensa e a liberdade estão garantidas.

É claro que a imprensa sempre tem dois lados. Isso é verdade. A gente sempre acha muito ruim quando ela fala mal da gente. E a gente sempre acha boa quando ela fala bem da gente, até mesmo quando a gente acha que não merece tanta coisa. Isso é uma realidade.

Mas os dois candidatos assumiram o compromisso, por isso é que creio nesta última tese de que está resolvido, de que não admitem, sob hipótese nenhuma, o controle da liberdade de imprensa. Isso também é bom.

Foi triste a experiência da Internet entre nós. O Obama foi uma experiência emocionante. O Obama recusou dinheiro do governo para fazer campanha, que não pode fazer a mesma coisa. Não aceitou dinheiro do

governo para poder buscar dinheiro, via população, na Internet. E as contribuições foram US\$10, US\$5.

A primeira coisa que isso resultou foi a impressionante presença da mocidade. Os jovens que, nas últimas eleições, estavam afastados, não compareciam às eleições, fizeram campanhas e mais campanhas para comparecer.

E a Internet exerceu um papel impressionante, inclusive e, principalmente, na vitória do Obama, em cima da Sr^a Hillary Clinton. Quando o Obama saiu candidato, ele era candidato para fazer nome, para badalar, porque a Clinton estava eleita, estava nomeada. Mas ele mudou; mudou com a Internet e mudou com a mocidade.

No Brasil, a querida Marina quis usar a Internet, em termos de verba, e ganhou meia dúzia de reais. Agora, o que a Internet foi usada para esculhambar os outros, para mexer com a honra e com a dignidade; o que a Internet foi usada, e o que recebi das coisas mais absurdas que se possa imaginar, de um lado e do outro, foi ridículo! Mexeram com a honra, mexeram com a família, mexeram com as coisas mais absurdas que se possa imaginar. Foi uma pena, porque a democratização, com a participação da sociedade, que se imaginou que seria um avanço, foi um profundo retrocesso.

Eu já disse meu pensamento: segunda-feira, já começo aqui como um Parlamentar independente, doido para votar a favor do meu País; e em relação a tudo aquilo que vier nesse sentido, serei favorável.

Queira Deus que o povo medite e que possamos escolher.

Digo com todas as letras: se me perguntassem sobre alguém para botar no lugar do Serra para representar esta oposição, eu tinha a Marina, mas a Marina é que nem eu: é sonhadora, é romântica, é Dom Quixote. Para valer, não vejo ninguém melhor do que o Serra. E, dentro do PT e do governo, não vejo ninguém melhor do que a Dilma. Nisso, tivemos uma proteção superior. Cabe a eles, nesse final de debate, falar claro, alimentar as esperanças do nosso povo.

A imprensa está publicando hoje, Sr. Presidente, o que os dois candidatos estão dizendo: se ganharem, segunda-feira, estarão lançando uma conclamação ao entendimento nacional. Acho isso muito importante de se antever. Tanto o Lula quanto a Dilma estão dizendo que vão fazer uma chamada ao entendimento. É muito bom quem ganhar fazer isso; e, se como eles dizem, o primeiro projeto é o de reforma política, é o de a reforma tributária, devem chamar o outro para, juntos – não impor alguém porque tem maioria –, já iniciarmos essas grandes reformas.

Queira Deus, Sr. Presidente, que consigamos sair.

Nunca tivemos uma eleição como essa, com as manchetes do mundo inteiro respeitando o Brasil, respeitando nossa presença, nossa credibilidade.

Ainda ontem, a notícia de que, se vibrávamos com o poço Tupi, com a monstruosidade da capacidade possível de extração de petróleo, a Petrobras anunciou um que tem o dobro da Tupi. Que bom se iniciarmos um governo sob um novo prisma!

No que diz respeito ao social do Governo Lula, fecho com ele: aos mais pobres, aos mais humildes. Acho isso absolutamente correto, acho que deve ser por aí.

Mas que os dois, o Serra ou a Dilma, estabeleçam o seguinte – digo isso do fundo do coração, mas tem que ser no primeiro dia: “A linha do meu governo é essa aqui.”

Em primeiro lugar, nomeiem quem quiserem! Mas, cá entre nós, nomeie alguém que você aceitaria para ser padrinho do seu filho, de quem você compraria um carro usado ou com quem você deixaria seu filho se tivesse de viajar por seis meses ao exterior.

Os partidos podem indicar, podem discutir e podem debater, mas não podem impor, principalmente quando é um nome que já tem uma biografia, um passado, uma folha corrida que o complica. Começa por aí, com a seleção dos nomes, e continua desde o primeiro dia do governo.

Contei aqui o exemplo singelo, Sr. Presidente, do Prefeito de Caxias, o Sartori. Foram oito anos de um grande governo do Pepe, do PT. Sai ele, e entra o Sartori, do PMDB. No primeiro dia de governo, na Câmara de Vereadores, vai para a tribuna o Líder do PT, que diz: “Este governo é um escândalo, é uma barbaridade! Recentemente, assumiu e designou o subprefeito do Distrito de Forqueta, e, hoje, ele pegou todas as máquinas do Distrito, que estão nas terras dele”. Estão nas terras de propriedade dele todas as máquinas da Prefeitura de Forqueta.

A Líder do Governo, uma grande Vereadora, muito dura, telefonou para o Sartori e disse: “Sartori, não dá para defender seu governo. Olha o que eles estão dizendo”. Sartori disse para ela: “Aguarde-me na linha por cinco minutos”. Ele deu um telefonema. No interior – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe disso –, em cada Município, o prefeito sabe, naquele distrito, quem é o homem do partido, quem é o chefe, quem é que manda. E ele tinha feito isto: tinha indicado para subprefeito alguém que o chefe partidário tinha indicado. Ele telefonou para o cara: “Que é isso que me estão contando?”. E o cacique de lá disse o seguinte: “Não me fale, Prefeito! Estou morrendo de vergonha. Esse filho de não sei o quê colocou todas as máquinas nas terras dele. É uma vergonha! Estou morrendo de vergonha. Nem posso sair para a rua”. O Prefeito disse: “Obrigado”. Na outra linha do telefone, ele disse para

a Líder na Câmara de Vereadores: “Peça um aparte para o Líder do PT, agradeça-lhe a informação e diga que ele deve ficar tranquilo, pois o subprefeito não é mais subprefeito. Terminei de demiti-lo”.

Isso marcou o Governo Sartori. Depois dessa, mais ninguém caminhou nesse sentido. É o que Fernando Henrique não fez, é o que Lula não fez. No início, se Fernando Henrique tivesse feito isso... No início, dissemos para Lula: “O Valdomiro apareceu na televisão pegando dinheiro e discutindo o quociente da verba do percentual que eles iam receber na roubalheira! Demita-o!”. Ele não o demitiu; não o demitindo, ele deu a linha do Governo dele. Quando quisemos criar a CPI aqui, ele não deixou que a CPI fosse criada. Ele e o Sarney não deixaram que a criássemos. Tivemos de entrar com uma ação no Supremo. E o Supremo mandou criar a CPI, mas um ano depois. Mas, um ano depois, não era mais o Valdomiro, era o mensalão, era um bolo de coisas que tinham acontecido.

Ao Serra e à Dilma, dou um conselho cristão, de irmão em Cristo: façam isso!

Em primeiro lugar, estou vendo, no jornal, imporem nome aqui, lá, acolá. Já está o meu PMDB indicando nomes que eu não indicaria! Perdão! Não é que eu não indicaria, mas eu não aceitaria: “O PMDB vai indicar? Indique! Mas quero saber quem é. O fulano de tal vai indicar? Indique! Quero saber quem é”. Em primeiro lugar, há a seleção: quem vai. Em segundo lugar, há a decisão.

O Itamar fez isso. Na hora em que a CPI dos anões do Orçamento invocou o nome do Chefe da Casa Civil, não se discutiu se era ou não era ele, não sei o quê, não sei o quê. Ele se afastou. Veio depor não como Chefe da Casa Civil, mas como ex-Chefe da Casa Civil. E ficou fora. Quando ele veio aqui para dar o depoimento dele, ele terminou aplaudido e foi absolvido por unanimidade. Ou melhor, não foi absolvido, não, mas nada foi encontrado contra ele. Voltou para a Casa Civil. Mas esse foi um gesto.

Quando o Itamar escolheu a Ministra dos Transportes, eu mexi com ele e disse: “Essa Ministra é muito bonita. De onde você a tirou?”. E ele me perguntou: “Mas tu tens alguma coisa contra mulher bonita?”. Eu disse: “Não, não tenho, mas...”. De repente, aparece a notícia de que o marido dela era o advogado da empresa que cobrava o pedágio na Ponte Rio – Niterói. Demitiu-a na mesma hora. Demitiu-a por telefone, na mesma hora! Poderiam discutir: “Mas ela nada tem a ver com isso. A mulher é a mulher, o marido é o marido”. Mas a demitiu na mesma hora. Deu uma linha de governo.

Digam-me, aqui: qual o ato de corrupção, no Governo do Itamar, que teve a conivência dele?

Digo que, no Governo do Lula, ele negou a do Valdomiro e não o demitiu; não o demitindo, ele abriu a porta. Houve vários casos iguais no de Fernando Henrique, a começar pela privatização da Vale.

Eu faria esse apelo. A partir de segunda-feira, os nomes já serão chamados.

Há outra questão: o Serra está insistindo e está certo quando diz que, se ganhar a eleição – ele é até meio debochado, meio exagerado –, vai voltar a estatizar as estatais. Diz ele que, hoje, as estatais estão entregues à pirataria dos partidos políticos. É verdade. Ele diz que a Petrobras, a Eletrobrás e o Banco do Brasil terão técnicos, não distribuição de cargos entre os partidos. Não vai haver a diretoria de construção de petróleo do cidadão do Ceará que era Senador do PMDB, do PSDB, e que, depois, passou a ser candidato do PMDB, sobre o qual há uma imensidão de restrições. Está lá ele de chefeão, indicado pelo Senador do PMDB que, agora, não sei se é o de Alagoas ou o do Pará. Não pode!

Tem razão o Serra, mas quero fazer justiça. Eu me lembro de que a Dilma, quando era Ministra de Minas e Energia, travou uma batalha com o Sarney, com o PMDB e com o PT, porque queriam politizar os cargos, o que ela não queria. Na hora, diziam: “A Dilma queria botar os cupinchas dela lá”. Fui me aprofundar nisso e vi que o que a Dilma queria era que esses cargos fossem ocupados por técnicos, que é o que quer o Serra. Repare como é interessante: os dois estão pensando de forma igual. O Serra diz que, se for Presidente, esses cargos do Banco do Brasil, da Petrobras, da Eletrobrás e do BNDES não serão entregues a político. O Paulinho da Força Sindical, hoje, está num cargo desse. Os caras estão saindo da máquina para ocupar um cargo desse, que deve ser um cargo técnico! Digo isso, sem falar nos membros do conselho, por exemplo, da Petrobras. Alguns do Governo – são três conselhos, com reunião uma vez por mês – estão ganhando US\$30 mil ou US\$40 mil.

O Serra disse que vai terminar isso. A Dilma sempre foi contra isso e foi derrotada pelo PT e pelo PMDB. Quando ela estava no Ministério, nenhum cargo desse foi ocupado por político partidário. Quando ela saiu de lá e foi para a Casa Civil, ela perdeu a autoridade.

Já na indicação do Ministro, o primeiro ficou algum tempo e saiu por denúncia de corrupção. E o segundo? Está lá. Um cargo foi indicado, na Petrobras, pelo Sr. Collor. Levei um susto quando vi: foi indicado pelo Sr. Collor por meio do Líder de seu Partido nesta Casa. E apareceu o Senador reeleito, que foi Ministro das Minas e Energia, dizendo: “E daí? O Collor indicou, o Collor não indicou, o cara é um técnico, não sei o quê...”. Não, não pode acontecer isso, Sr. Presidente.

Esse é um grande assunto, e eu faria um apelo: no debate de hoje, a Dilma e o Serra poderiam repetir o que estão botando no jornal, mas que o assumissem hoje, no último momento. Que o Serra diga: “Eu acho...”. Aliás, ele vem dizendo isso. Vamos fazer justiça, ele vem dizendo e repetindo que cargos não vão ser de domínio de partidos. Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil, BNDES não são de partidos, não são de cupinchas! Não são cargos como aquele de que falou o Presidente do PTB. Ele disse que ganhou o cargo para indicar nome, para arrumar dinheiro para o Partido. Ele disse isso na CPI do mensalão, com todas as letras! E que a Dilma, com autoridade, diga hoje: “Sempre fui contra isso. Quando eu decidia, no Ministério de Minas e Energia, isso não acontecia!”. E que assuma o compromisso agora, porque ela vai sofrer pressões enormes. Que assuma o compromisso agora e diga: “No meu Governo, isso não vai acontecer”.

Eu ainda não sei como votarei, nem quero dizer isso, nem vou abrir meu voto, mas essa é uma questão muito importante, a que devo assistir hoje. É muito importante! Que esse debate seja assim: como é que vão decidir essas questões, esse escândalo?

O meu querido Lula fez um bom Governo. Se eu tivesse de votar sobre o Lula, eu o aprovaria, mas com muita restrição. Eu o faria com muita restrição, Sr. Lula, a começar pela soberba, a continuar pela sua despreocupação com a ética. Não digo que o Lula não seja uma pessoa séria, não digo que o Lula não seja uma pessoa digna, não digo que o Lula não seja uma pessoa correta, não digo que o Lula tenha qualquer compromisso com corrupção ou coisa parecida, não. Mas ele se despreocupou com isso. E ele foi colocando para fora todas as pessoas que insistiam com ele nisso. O exemplo mais triste e mais cruel foi o Frei Betto. Frei Betto é um homem puro, um homem de ideias concretas, objetivas. Era seu conselheiro, seu conselheiro de todas as horas. Um dia, na nossa reunião do grupo católico, Frei Betto fez uma exposição e nos comunicou que estava saindo da assessoria do Presidente Lula: “Continuo amigo do Lula, mas estou saindo, porque não tenho condições...”. Ele estava fazendo a pregação. E aí não sei o que me deu, mas eu lhe disse: “Olha, Frei, acho que o senhor errou. As pessoas queriam o senhor, que as influencia, que as orienta no bem. E o senhor sai. Os outros estão lá agarrados”. Ele me respondeu: “É, mas a gente sabe até onde pode ir. Fui até onde eu podia ir e quero continuar amigo do Lula, inclusive em condições de falar com ele. Mas, onde eu estava, eu estava no limite: ou sai ou rompe”. E ele saiu.

E, se repararmos em alguns nomes do velho PT, daquele PT do início... Eu me arrependia: mas por que não fui do PT? Não fui do PT porque minha tese era a

defesa do bipartidarismo até a Constituinte. E, hoje, estou convencido de que eu não estava errado. Na minha luta, na minha briga com o Brizola de eu não ir para o PT, eu dizia o seguinte: devem ficar a Arena e o MDB. Convocamos a Assembleia Nacional Constituinte. Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, instala-se a Assembleia Nacional Constituinte, e dissolvem-se os partidos. E ali, no seio da Assembleia Nacional Constituinte, organizam-se os blocos, e aí vão debater. Então, o que acontecia? Não vamos fazer como a Constituinte de 1946, que foi espetacular. Mas este era o erro da Constituinte de 1946: metade era a favor de Getúlio; metade era contra Getúlio. Nos 45 anos de Getúlio Vargas, Getúlio Vargas estava ali: quem era dele era dele, e quem era contra ele era contra ele. A UDN o odiava, e o PTB e o PSD o amavam. Isso atrapalhou a Constituinte. E eu dizia: não podemos fazer a Constituinte agora, em 1988, com quem é da revolução, quem é contra a revolução; com quem é Arena, quem não é Arena; com quem é militar, quem não é militar. Não! Vamos extinguir os partidos, zero a zero. Não se fala mais nisso, e cada um vai para onde acha que deve ir. Fracassei.

O Governo, na ditadura, diabolicamente – o MDB estava crescendo demais, e a Arena estava desaparecendo –, extinguiu os partidos e abriu o pluripartidarismo. Entrou o PDT do Brizola, entrou o PT, e deu essa confusão toda, e estamos agora nesta confusão toda. Não sei se V. Ex^a concorda comigo, Sr. Presidente, mas isso não teria acontecido se tivéssemos feito a Constituinte, com a Arena e com o MDB. Com a posse da Constituinte, estavam extintos os partidos; organizavam-se blocos parlamentares. Organizados os blocos parlamentares, publicava-se a Constituição. Publicada a Constituição, dava-se um tempo de seis meses para as pessoas escolherem o partido. Ali, sim, iam dar seis meses para, em cima do debate, escolherem o partido, o que, na minha opinião, já tinha de começar com a cláusula da limitação.

Partido pode existir, como nos Estados Unidos. Há muita gente que pensa que, nos Estados Unidos, há somente os democratas e os republicanos. A coisa mais fácil do mundo é criar partido nos Estados Unidos. Reunimos dez, quinze, vinte pessoas, vamos ao cartório comum, registramos, e está feito o partido. Entre fazer o partido e ter espaço de televisão, entre fazer o partido e ganhar uma eleição – lá o voto é distrital –, muda tudo. Por isso, estão lá somente republicanos e democratas. O mesmo vale para a Inglaterra, o mesmo vale para a Argentina. Isto pode ser analisado na reforma política, isto pode ser analisado na reforma política: barreira de partido, cláusula de barreira. Pode-se viver à vontade. Ninguém quer extinguir partido nenhum. Criem-nos à vontade! Mas ganhar fundo partidário, ter espaço de televisão para negociar? No Rio Grande do Sul, foi

assim: os caras estavam do nosso lado, o outro lado pagou mais, o partido não tinha dois mil réis, o que havia era um minuto de televisão, e eles negociaram esse minuto de televisão por uma fortuna.

Esse é um dos assuntos, meu amigo Serra e minha amiga Dilma, que podia ser debatido hoje. No dia de hoje, eu me dirijo aos meus amigos da Globo que vão fazer as perguntas. Esse programa, lamentavelmente, não é igual ao da Record, pois é de pergunta dirigida. Dizem: “Vamos à pergunta do telespectador”. Não me venha com essa história! Quem vai fazer as perguntas é a direção da Globo. O telespectador faz quinhentas perguntas, um milhão ou dois milhões de perguntas, mas qual é a que vai sair? Pergunte isto: “O que o senhor acha da reforma política?”. Pergunte: “O que o senhor acha do compromisso com a ética? Tem de cumpri-lo desde o início?”. Pergunte: “Como serão as pessoas que os senhores vão indicar para o Ministério? Os senhores vão olhar a ficha corrida, ou vai haver imposição?”. Pergunte: “Nos cargos técnicos da Petrobras, etc e tal, a senhora, Dona Dilma, vai deixar acontecer o absurdo que é verificado hoje, ou vai ser como quando a senhora era Ministra, que não deixava isso ocorrer?” “E você, Serra, confirma isso?”

Hoje é a grande data. É a grande data e é o grande momento!

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Foi muita felicidade para mim – eu não o merecia – que V. Ex^a estivesse presidindo esta sessão. Não nego que V. Ex^a me inspirou a ir além do que eu imaginava. V. Ex^a é um caráter que está acima dessa vida difícil que fizemos na vida partidária e política, assim como o Tuma. Eu dizia isso, e algumas pessoas não entenderam e até pediram que eu explicasse. O que digo é que a gente sempre imagina que hoje a pessoa é o meio em que vive. Não há como, por mais profundas que sejam suas características, a pessoa estar num determinado meio e ser contra, pois ela é absorvida pelo meio. O Tuma foi, por cinquenta anos, delegado de Polícia e não pegou as características de delegado de Polícia: não era durão, não era radical, não usava a linguagem do delegado de Polícia. O normal é ele mandar: “Vem cá, vai lá, não sei o quê!”. Ele é autoritário, ele é a autoridade máxima. O Tuma, não. O Tuma era a meiguice, o Tuma era a bondade.

Volto a dizer aqui que não me esqueço de que, no ABC, quando a praça estava lotada de jovens e de mulheres, menos do que trabalhadores, o Coronel, para cumprir ordens do Comandante do 2º Exército, estava ali e dizia: “Vocês têm duas horas para sair daqui! Senão, é metralhadora! Vão sair na raça!”. Eu estava lá. O Teotônio insistia com o Coronel. A nossa tese era essa. O Coronel exigia que todo mundo saísse, e ele ficava cercado. A conclusão a que chegamos com os trabalhadores e com o Teotônio era a de que, se os militares

saíssem, em duas horas, todo mundo iria para casa. Nessa confusão, um telefonema do Tuma ajudou. Tuma falou com o Coronel, que disse: “Mas tenho ordem do Comandante do 2º Exército”. Aí disse Tuma: “O senhor pode ter ordem do Comandante do 2º Exército, mas só quero dizer para o senhor que vai ser uma carnificina. Vai ser publicada a manchete no mundo inteiro, e ninguém vai dar o nome do Comandante do 2º Exército. Vão dar o seu nome, porque o senhor é que está aqui”. E o Tuma respondeu: “Eu assumo. Se Teotônio, Simon, as pessoas estão dizendo que há esse entendimento, assumo a responsabilidade. Eu não estou dizendo para você sair. Retire-se três, quatro quadras para fora”. E deu duas horas para ele sair.

Tuma era o todo-poderoso. O Lula estava na cadeia, e ele era o todo-poderoso. Àquela altura, ele podia fazer o que bem entendesse. Os senhores tinham de ver a humildade com que ele falou com o Teotônio e agradeceu-lhe: “Muito obrigado por você me avisar, Teotônio”. Tinham de ver a grandeza com que ele falou com o Coronel. E a decisão foi tomada.

Lá adiante, morre a mãe de Lula. Em primeiro lugar, ela estava no hospital e depois morreu. Ele é que teve de determinar – e determinou – que Lula fosse visitar a mãe acompanhado de dois militares, que foram fantasiados de trabalhadores, para não parecerem militares, porque a mãe não sabia que Lula estava preso. E a mesma coisa foi feita na hora do enterro.

Então, o que quero dizer é que Tuma não se contaminou com isso. Não estou falando da maldade, da crueldade, da tortura. Estou falando sobre o aspecto da maneira de ser.

V. Ex^a é isso. V. Ex^a é um homem que esteve aqui, atuou aqui e sai daqui com a mesma dignidade. Tenho muita honra de ser seu amigo. Muitos dos seus conselhos recebi com humildade. E dou-lhe um: não vá para a Bahia, fique aqui. É como V. Ex^a disse: “Não vou sair da política, vou sair da vida eleitoral”. Fique aqui. Acho que haverá um tempo muito importante a partir do ano que vem.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Faço minhas as palmas dos amigos que estão na galeria, Senador Simon. Parabéns pelo pronunciamento! Obrigado, mais uma vez, pela extre-

ma generosidade com que V. Ex^a me trata. Desejo a V. Ex^a um fim de semana de grande reflexões. Que V. Ex^a, eu e todos o brasileiros saibamos escolher o melhor caminho para o País!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

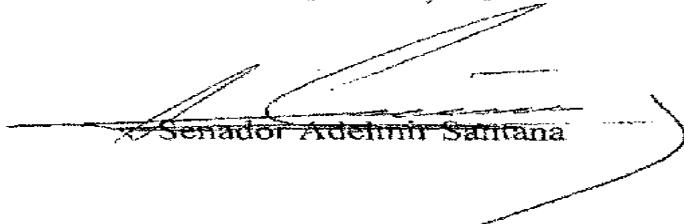
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010 para participar, como convidado do Governo Chinês, de visita Oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, conforme texto anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, em



Senador Aécio Neves

Nota Nº 209/2010

Brasília, 18 de outubro de 2010

A Embaixada da República Popular da China cumprimenta atenciosamente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da República Federativa do Brasil e tem a honra de avisar o seguinte:

Com o objetivo de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional (APN) da República Popular da China e a Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República Federativa do Brasil, a Comissão de Assuntos Exteriores do Comité Permanente da APN gostaria de convidar a Comissão mandar uma delegação composta por 8 membros a visitar a China, no período de mês de novembro de 2010. As passagens internacionais serão por conta da parte brasileira, e a parte chinesa poderá oferecer apoio de logística dentro da China.

A Embaixada da República Popular da China aproveita esta oportunidade para reiterar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da República Federativa do Brasil os protestos de sua alta estima e consideração.

Ao

Senado Federal

República Federativa do Brasil

Brasília - DF

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência recebeu o Ofício nº 1.516/10/SGM-P, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha a Medida Provisória nº 490, de 2010, tendo em vista o término do prazo de sua vigência, em 18 de outubro deste ano.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 1.516/10/SGM-P

Brasília, 28 de outubro de 2010

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória (perda de eficácia)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 490, de 2010, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.287.072.416,00, para os fins que especifica”, tendo em vista o término do prazo de vigência em 18-10-2010, nos termos do art. 62 da Constituição Federal. – Atenciosamente, **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, parágrafo único da Resolução nº 1, de 2002-CN, comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União o ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “A saúde dos brasileiros piorou”, publicada na revista **Época**, em sua edição de 21 de junho de 2010.

A matéria, de autoria das jornalistas Cristiane Segatto e Marcela Buscato, analisa os dados da pesquisa anual feita pelo Ministério da Saúde desde 2006, com 54 mil moradores de todas as capitais do País. Vale lembrar que o chamado levantamento Vigitel “não traduz o que acontece em todos os cantos do Brasil, mas dá uma boa idéia do comportamento de quem vive nas capitais e tem renda suficiente para ter em casa uma linha telefônica fixa”.

Lamentavelmente, segundo a pesquisa “o Brasil está mais gordo e sedentário; abusa mais do álcool; come menos feijão, frutas e hortaliças; está mais sujeito à hipertensão e ao diabetes”.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado Federal**, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A saúde dos brasileiros piorou

Uma pesquisa em 27 capitais revela um quadro de obesidade, sedentarismo, má alimentação e abuso de álcool. Você está nessa estatística?

Cristiane Segatto e Marcela Buscato

Nos últimos quatro anos, a renda média do brasileiro cresceu, mas o dinheiro extra não trouxe mais saúde. O Brasil está mais gordo e sedentário. Abusa mais de álcool. Come menos feijão, frutas e hortaliças. Está mais sujeito à hipertensão e ao diabetes. Esse é o retrato de uma pesquisa anual feita pelo Ministério da Saúde desde 2006, com 54 mil moradores de todas as capitais. Nas próximas páginas, ÉPOCA publica com exclusividade os resultados colhidos em 2009.

O levantamento Vigitel capta o estilo de vida da população por meio de extensas entrevistas feitas por telefone. Não traduz o que acontece em todos os cantos do país, mas dá uma boa ideia do comportamento de quem vive nas capitais e tem renda suficiente para ter em casa uma linha telefônica fixa.

O trabalho é baseado na metodologia adotada pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos. É uma das mais importantes ferramentas dos governos para monitorar fatores de risco de doenças crônicas e orientar os gastos com medicamentos. O Vigitel ajuda a prever as bombas que vão estourar nos hospitais nos próximos anos, consumindo vidas e comprometendo o orçamento do sistema de saúde. Pelo que a pesquisa vem mostrando nos últimos anos, o Estado brasileiro pode se preparar para o pior. Em várias áreas.

“Os dados mais alarmantes são os índices de sobrepeso e obesidade”, diz Deborah Carvalho Malta, coordenadora de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde. Entre os entrevistados do sexo masculino, 51% têm excesso ▶

de peso (em 2006, eram 47%). Nas mulheres, o índice é de 42% (em 2006, era de 38%). O Brasil está caminhando rapidamente para a situação de países como os Estados Unidos, onde 60% da população tem sobrepeso. “Não acredito que vamos derrubar esses índices. Se conseguirmos estabilizá-los, já será uma vitória”, diz Deborah. Entre as mulheres, ficou claro que o excesso de peso é mais comum entre as mais pobres. No estrato de menor escolaridade (zero a oito anos de estudo), 50% das mulheres têm sobrepeso. Na faixa mais culta (12 anos de estudo ou mais), o índice é de 31%. No sexo masculino, a situação é diferente: a barriga independe da escolaridade.

Nas últimas três décadas, o Brasil viveu uma complicada transição nutricional. Saiu da desnutrição para o sobrepeso (um pouco acima do normal) e a obesidade (bastante acima do normal). Quando uma criança sofre de desnutrição ainda no útero da mãe ou nos primeiros anos de vida, é bastante provável que se torne obesa no futuro – pois seu organismo se programou para viver com pouco. Quando essa pessoa tem mais alimento à disposição, ele vira excesso.

Além disso, o aumento do peso da população também pode ser explicado pela expansão do acesso a alimentos baratos, engordativos e de baixo valor nutricional, como biscoitos, salgadinhos e fast-food. Com R\$ 2 é possível comprar legumes e fazer uma boa sopa ou salada – desde que a pessoa tenha interesse e tempo para cozinhar. Um bom termômetro do tempo que as pessoas passam cozinhando em casa é o consumo regular de feijão. Como o preparo é trabalhoso, baixo consumo de feijão é um indicador de maior consumo de fast-food. O brasileiro está comendo menos feijão (o consumo caiu de 71% em ambos os sexos em 2006 para 65% em 2009), um alimento rico em proteínas vegetais, ferro e outros nutrientes.

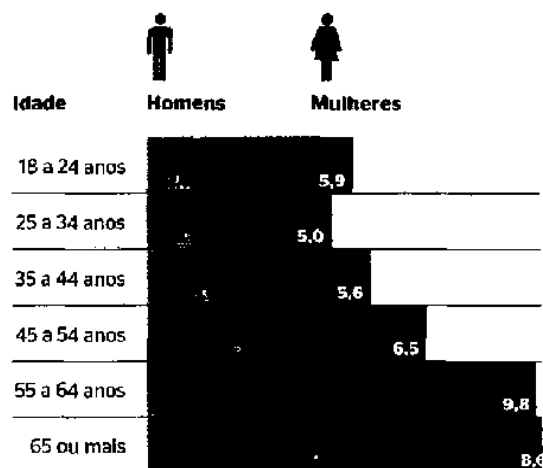
Entre as doenças provocadas pelos maus hábitos alimentares ou pela falta de exercícios, duas merecem especial atenção: hipertensão e diabetes. Entre os entrevistados, 24% disseram ter recebido diagnóstico de hipertensão (em 2006, eram 21%). O diabetes foi mencionado por 5,8% dos entrevistados (em 2006, eram 5,2%). Mas é difícil saber se essas doenças estão realmente se tornando mais frequentes ou se a população está tendo mais acesso ao diagnóstico.

Assustadora também é a porcentagem de pessoas que abusam de álcool. O governo considera abuso o consumo de mais de cinco doses num único dia em homens e quatro doses em mulheres. No sexo masculino, o consumo de álcool cresceu de 25,5% em 2006 para 28,8% em 2009. É bem mais do que os homens argentinos consomem (14,6%). “A nossa cultura é muito permissiva em relação ao álcool. Ele está sempre associado à celebração e ao lazer. Precisamos educar os brasileiros para mudar essa cultura”, diz Deborah Malta.

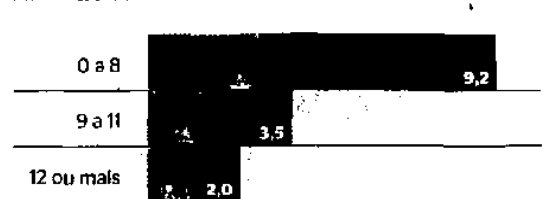
Os brasileiros cuidam mal do próprio corpo, mas acham que a atenção do país à saúde precisa melhorar. Essa contradição foi captada pela pesquisa enco-

Como vai sua saúde?

Brasileiros que a consideram ruim (em %). Q



Anos de escolaridade



Para a maioria dos brasileiros, a saúde deveria ser a prioridade número um do próximo presidente

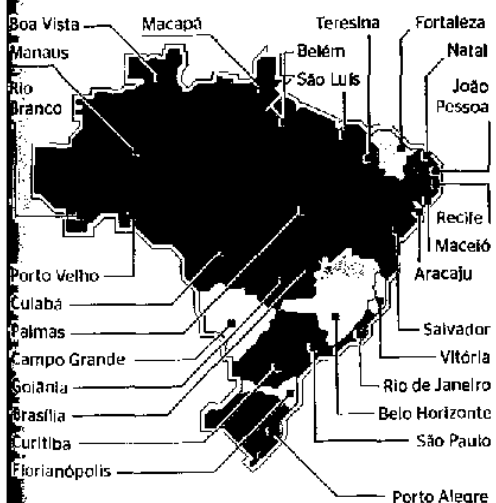
AOS 30 ANOS
Freitas e seu
companheiro
inseparável. Ele
diz que come
fast-food todos
os dias. "Conheço
os riscos, mas
acho que não vai
acontecer nada
comigo"

mais baixa é a escolaridade, pior é a saúde

As capitais menos saudáveis

Habitantes com 18 anos ou mais que avaliaram seu estado de saúde como ruim

3,0% a 4,0% 4,1% a 5,0% 5,1% a 6,0% 6,1% a 7,5%



mendada pelo Movimento Todos Pela Educação ao Instituto Ibope, divulgada há 15 dias. Para 63% dos entrevistados, a prioridade número um do governo deveria ser a saúde. As pessoas têm direito de reclamar do mau atendimento, mas talvez fossem mais úteis a si mesmas se, ao mesmo tempo, evitassem comportamentos que ajudam a adoecer. Nesse quesito, a pesquisa do Ministério da Saúde mostra que o povo brasileiro não está fazendo sua parte. O país cultiva maus hábitos. Viver os prazeres imediatos sem pensar nas consequências é um traço absolutamente humano – em especial, na juventude. E o Brasil ainda é um país jovem. Como convencer quem tem 30 anos e se sente invulnerável que terá de pagar no futuro o preço das escolhas erradas que faz hoje? “Para os jovens, é muito difícil se imaginar com uma doença que eles acham que é de velho, como hipertensão ou diabetes”, afirma o médico Nabil Ghorayeb, do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, em São Paulo. Segundo ele, não é por falta de conhecimento que os jovens abusam na juventude. “Eles acham que vão ficar doentes só daqui a 30 anos e que até lá a medicina terá inventado uma solução”, diz. A solução não vem, e o jovem se transforma num velho que sofre e dá prejuízos à família e ao Estado.

O técnico de informática Daniel da Silva Freitas, de 30 anos, é o típico bom de garfo. Diz que come frutas, verduras e salada, mas não resiste a uma gordurosa e succulenta costela. Seu maior problema, porém, é o fast-food. Freitas come na praça de alimentação do shopping sete vezes por semana e sua dieta usual inclui hambúrgueres. Tem 1,73 metro e está pesando 103 quilos. “Eu era magro até uns 23 anos e sempre comi de tudo. Depois, comecei a engordar”, diz. Ele já tentou emagrecer na bicicleta e na esteira, mas desistiu da academia em menos de três meses. “Sei dos riscos de ser sedentário e comer mal. Eles passam pela minha cabeça, mas eu os espanto rápido”, diz. “A gente nunca acha que vai acontecer com a gente.”

Quando se trata da saúde, todos somos vítimas de nossas escolhas e da programação metabólica da infância, que produz repercussões ao longo da vida. “Em geral, crianças que praticam pouca ou nenhuma atividade física se tornam adultos com massa muscular atrofiada”, diz a cardiologista Jaqueline Scholz Issa, do Instituto do Coração (InCor), em São Paulo. “Isso altera o metabolismo para a vida toda. É o que acontece com aquelas pessoas que engordam com facilidade mesmo sem comer muito.”

Como boa parte das doenças decorre dos hábitos, não existe receita mágica que as elimine. Freitas terá de viver no futuro com o resultado de suas escolhas diárias ao longo dos anos, como todos nós. A seguir, algumas medidas que podem fazer a diferença.

COMA MAIS FRUTAS E VERDURAS

Uma dieta equilibrada faz mais do que prevenir o acúmulo de gordura em nossas artérias que leva à hipertensão, ao infarto e a acidentes vasculares. ►

Muito peso, pouca saúde

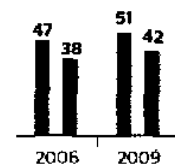
O brasileiro está mais parecido com o americano



Homens Mulheres

SOBREPESO

Quando o índice de massa corpórea é igual ou superior a 25 (em % da população)



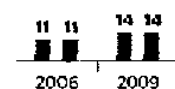
Habitantes com sobrepeso (em % máxima e mínima) nas capitais



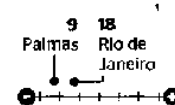
Metade das mulheres com baixa escolaridade tem excesso de peso

OBESIDADE

Quando o índice de massa corpórea é igual ou superior a 30 (em % da população)



Habitantes com excesso de peso (em % mínima e máxima) nas capitais



O custo da obesidade no Brasil pode chegar a R\$ 1,5 bilhão por ano

DEBATE

Sedentário e mal alimentado

O brasileiro come menos alimentos nutritivos. E mexe-se pouco



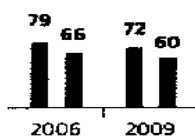
Homens



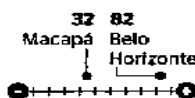
Mulheres

FEIJÃO

Consumo de feijão em cinco ou mais dias da semana (em % da população)

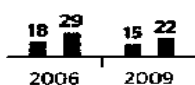


Consumo (em %) nas capitais

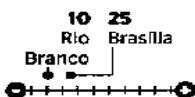


FRUTAS

Quem come cinco porções de frutas e hortaliças por dia (em % da população)



Consumo (em %) nas capitais

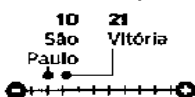


GINÁSTICA

30 minutos, cinco vezes por semana (em % da população)



Atividade física (em %) nas capitais



Comer frutas e verduras fornece micronutrientes, como vitaminas e minerais, necessários para o funcionamento de nosso organismo.

EVITE ALIMENTOS COM ALTO TEOR DE GORDURA

Além de provocar doenças cardiovasculares, hepáticas e renais, a gordura está associada ao declínio do raciocínio e da memória. Na Dinamarca, os pesquisadores constataram que pessoas que comiam no mínimo 100 gramas de frutas, verduras, grãos e cogumelos por dia tinham um desempenho melhor em testes do que os voluntários que não consumiam alimentos naturais.

MEXA-SE

Praticar pelo menos 30 minutos de atividade física na maior parte dos dias aumenta a qualidade e a expectativa de vida. Melhora o sistema imune e reduz o estresse. Além disso, previne as cardiopatias, a obesidade, a hipertensão e a osteoporose.

SALVE SEU FILHO

A pesquisadora Raylene Reimer, da Universidade de Calgary, no Canadá, conseguiu estabelecer relação direta entre alimentação na infância e qualidade de vida na idade adulta em uma experiência com ratos em laboratório. A alimentação altamente proteica na infância aumenta a possibilidade de obesidade no futuro. A pesquisadora afirma que a dieta da primeira infância pode ter um impacto duradouro na ativação de genes que controlam o metabolismo.

Vida saudável também é uma questão de educação. O empresário Fernando Nabuco começou a fazer atividade física quando era criança. Foi incentivado pelo pai, o remador Fernando Nabuco de Abreu, que representou o Brasil nas Olimpíadas de 1932. Nabuco, o filho, nunca mais parou. Chegou aos 66 anos com saúde e aparência invejáveis. Quando conversou com a reportagem de ÉPOCA, ele se preparava para pedalar 100 quilômetros pelo interior de São Paulo no fim de semana. "Os meninos de 20 anos não conseguem me acompanhar", diz Nabuco. A dica de Nabuco para quem quer se manter em forma ao longo da vida é adequar a atividade física à carreira e às limitações impostas pela idade. O importante é não parar. Na década de 1980, quando era da presidência da Bolsa de Valores de São Paulo, Nabuco participou três vezes do Ironman, no Havaí, uma das provas mais duras do esporte. Ele acordava às 4h30 da manhã para treinar, nadava na hora do almoço e, no fim do dia, ainda corria. A maioria não pode imitar esse estilo de vida, mas pode repetir os cuidados que Nabuco tem com a alimentação. Ele só come carne vermelha uma vez a cada 15 dias. E evita a gordura para poder se deliciar com algumas frituras. "Adoro batata frita", diz. Bebidas alcoólicas, por exemplo, são permitidas apenas uma vez por semana.

AOS 66 ANOS

Nabuco e a bicicleta com a qual percorre 100 quilômetros num único dia. Ele aprendeu a ser saudável na infância. "Não sei se vou viver mais. Mas vivo melhor"

Nabuco escolheu fazer o que está a seu alcance para viver mais e melhor. Enquanto essa atitude não for generalizada, os brasileiros continuarão sabotando a própria saúde – e essa atitude terá impacto sobre o sistema de saúde. Um estudo do Banco Mundial estima que, mantido o cenário atual, na próxima década o Brasil gastará US\$ 34 bilhões só para remediar os problemas causados por hábitos inadequados, sem nenhum ganho em qualidade de vida.

Se a população não está fazendo sua parte, como está se saindo o governo? Falta investimento ou falta gestão na saúde brasileira? “Faltam as duas coisas”, diz o economista sênior André Medici, do Banco Mundial, em Washington, responsável por fazer as análises do setor de saúde na América Latina. Ele explica que o investimento brasileiro em saúde (a soma dos gastos públicos e privados) é de cerca de 8% do PIB. É pouco (*leia a comparação com outros países no quadro da página 90*) para dar conta dos desafios que o país enfrenta. Logo, é preciso investir mais. Mas, antes de tudo, é preciso investir melhor. “O gasto brasileiro por habitante é semelhante ao do Chile, mas a mortalidade infantil no Brasil é quase o dobro da chilena”, diz Medici. “Ou seja: o dinheiro que o Brasil tem hoje para gastar em saúde poderia ser mais bem utilizado.”

A saúde brasileira enfrenta três grandes problemas. O primeiro é conviver com doenças superadas pelos países ricos nos anos 60, como diarreia, tuberculose e hanseníase. O segundo é termos recursos comparáveis aos que as nações desenvolvidas gastavam nos anos 80, cerca de 8% do PIB. Mas a inflação na área da medicina aumentou tanto que hoje a França gasta 11% e os Estados Unidos 15%. O terceiro problema é a demanda pela medicina do século XXI, cujas drogas, tratamentos e exames sofisticados custam mais que o sistema de saúde brasileiro é capaz de pagar. Se o país continuar investindo 8% do PIB em saúde, isso será suficiente apenas para manter o padrão de atendimento à saúde de que dispomos hoje. Para melhorar a qualidade dos serviços e bancar novas tecnologias e drogas mais caras, será necessário gastar mais.

“Em 2020, é provável que o Brasil esteja investindo 11% do PIB em saúde, mas precisa começar a trabalhar hoje para reduzir o desperdício de recursos”, diz o professor Marcos Bosi Ferraz, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Do contrário, mesmo que aumente o investimento, o país vai jogar dinheiro no ralo.” A pressão social por melhores serviços e a tentação de consumo de novas drogas e tecnologias só vão aumentar. E o envelhecimento dos brasileiros vai complicar ainda mais a situação. Os idosos com mais de 70 anos serão 17% da população em 2050. Hoje não chegam a 5%.

A Constituição de 1988 criou o Sistema Único de Saúde (SUS), uma importante conquista da democracia brasileira. O Artigo nº 196, segundo o qual “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, é um ►

belo instrumento de inclusão social. Na prática, porém, nenhum governo conseguiu cumpri-lo integralmente. É por isso que todos os anos milhares de pacientes recorrem a ações judiciais para conseguir tratamentos não oferecidos pelo SUS. O atendimento universal e irrestrito previsto pelo SUS tornou-se uma utopia? “Alguém vai ter de assumir o ônus político de dizer que não é possível oferecer tudo a todos”, diz Ferraz. “Essa é uma visão romântica. Nenhum país dá tudo a todos.”

Os especialistas dizem que o Brasil precisa definir prioridades claras de saúde em vez de conviver com a ilusão de que o Estado está cuidando de tudo. Os candidatos à Presidência – Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva – ainda não apresentaram propostas para a saúde. “Não creio que haverá diferenças importantes nos programas de saúde dos três candidatos”, diz Medici. “Todos eles defendem a continuidade do SUS e a intensificação do Programa de Saúde da Família, por exemplo.” Dilma, Serra e Marina já disseram que vão, finalmente, regulamentar a Emenda Constitucional nº 29. Aprovada em 2000, ela determina que os Estados devem destinar à saúde no mínimo 12% de seus orçamentos. No caso dos municípios, o índice é de 15%. Como até hoje a emenda não foi regulamentada, muitos governos deixam de investir o suficiente. Ou computam outros tipos de gasto (como com saneamento básico e coleta de lixo) na conta da saúde.

A Emenda nº 29 é uma das questões que estão na pauta da segunda edição de ÉPOCA Debate 2010, uma série de discussões sobre temas da agenda nacional que deverão ser enfrentados pelo próximo presidente da República. O ÉPOCA Debate Saúde, um evento aberto à participação de leitores, ocorrerá no dia 22 de junho na sede da Editora Globo, em São Paulo. Os convidados são o secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Luiz Roberto Barradas Barata, Marcos Bosi Ferraz, coordenador do Centro Paulista de Economia da Saúde da Unifesp, e Gonzalo Vecina Neto, ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e atual superintendente corporativo do Hospital Sírio-Libanês. Eles vão debater as prioridades que o próximo presidente da República deveria adotar para melhorar a saúde no Brasil. Para lançar o debate, ÉPOCA ouviu as propostas que circulam entre os especialistas em saúde no país. A seguir, um resumo das principais ideias.

► ORGANIZAR E FORTALECER A REDE BÁSICA DE SAÚDE

Cerca de 90% dos problemas de saúde que a população enfrenta podem ser resolvidos na rede básica. São males corriqueiros que podem ser tratados pelo médico de família ou nos postos de saúde. No Brasil, a rede básica é frágil. É por isso que, quando adocece, o brasileiro corre para o hospital. “A rede básica não funciona, e o problema é empurrado para o nível de cima (*o dos hospitais*), que tem custos muito mais

elevados”, diz Wladimir Taborda, assessor médico da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. A fragilidade da rede básica fica evidente quando ocorre uma epidemia (como a de dengue no Rio de Janeiro em 2008). Os hospitais não dão conta da demanda extra e o atendimento das doenças mais graves fica prejudicado.

› REDUZIR INIQUIDADES

Cerca de 45 milhões de pessoas têm planos de saúde no Brasil. Em geral, elas usam o plano apenas para consultas e internações de custo baixo ou moderado. Quando precisam de um serviço caro e de alta complexidade (transplantes ou drogas caríssimas contra o câncer), elas recorrem ao SUS. “Os beneficiários dos planos de saúde têm todo o direito de usar o serviço público, mas é preciso deixar claro que, ao fazer isso, eles estão subsidiando os planos de saúde”, diz Medici. Como o orçamento público é limitado e os custos da medicina de ponta só crescem, o governo destina cada vez mais dinheiro para atender a classe média que tem plano de saúde. Em 2003, os gastos *per capita* do SUS no Nordeste (a região mais pobre do país) eram de R\$ 168 por ano. No Sudeste (a região mais rica) eram de R\$ 250. “A dependência do SUS no Nordeste é pelo menos o dobro da verificada no Sudeste. Quem mais precisa, menos recursos recebe”, diz Medici. Para reduzir a injustiça, é preciso garantir melhor distribuição regional dos recursos públicos.

› CRIAR A CULTURA DA PREVENÇÃO E DA EDUCAÇÃO

Não existe melhor investimento que evitar que as pessoas adoçam. Por isso é preciso ampliar a cultura da prevenção com programas de educação nas escolas e de campanhas de conscientização dos adultos.

› DEFINIR QUE SISTEMA DE SAÚDE QUEREMOS









Discutir com a sociedade se o SUS é o melhor caminho, a partir da experiência de outros países. No Canadá, as províncias (equivalentes aos Estados brasileiros) oferecem um pacote de serviços básicos a toda a população. A rede particular é proibida de prestar os mesmos serviços que a rede pública.

› GARANTIR QUE OS GESTORES DA SAÚDE SEJAM TÉCNICOS

O cargo de ministro da Saúde e outros postos-chave na gestão dos recursos destinados à área devem ser técnicos – e não políticos. Os gestores precisam ter tempo e liberdade para traçar metas de longo prazo. A frequente alternância de ministros no cargo, ao sabor dos acordos políticos, é ruim para o país. Nos últimos 20 anos, o Brasil teve 17 ministros da Saúde. Em duas décadas, a Suíça teve apenas três ministros da Saúde. ►

O Brasil investe pouco (e mal) em saúde

A França gasta com a saúde de cada habitante quase oito vezes mais do que o Brasil. Isso se reflete nas baixíssimas taxas de mortalidade infantil e materna. Embora gaste menos do que o Brasil, o México tem indicadores de saúde melhores

	Gasto em saúde per capita	% do PIB gasto em saúde (gastos públicos e privados)	Crianças vacinadas contra sarampo	Expectativa de vida ao nascer	Mortalidade infantil por 1.000 nascimentos	Mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos*
 BRASIL	US\$ 606	8,4	93%	72 anos	9	18
 ARGENTINA	US\$ 663	10,0	99%	75 anos	15	77
 CHILE	US\$ 615	6,2	92%	79 anos	7	16
 MÉXICO	US\$ 564	5,9	96%	75 anos	16	60
 EUA	US\$ 7.285	15,7	92%	78 anos	6	11
 DINAMARCA	US\$ 5.551	9,8	89%	78 anos	3	3
 FRANÇA	US\$ 4.627	11,0	87%	81 anos	3	8
 INGLATERRA	US\$ 3.867	8,4	86%	80 anos	4	8

* Mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos em 2005

Fonte: Banco Mundial (Indicadores de Desenvolvimento, 2007)



Nos últimos 20 anos, o Brasil teve 17 ministros da Saúde. Cada um ficou, em média, 15 meses no cargo. É pouco

➤ MELHORAR A GESTÃO

Toda instituição pública de saúde deveria ser obrigada a manter um contrato de gestão com orçamento e metas bem estabelecidos. Um dos caminhos é a ampliação das parcerias público-privadas. Quando era governador de São Paulo, Mário Covas lançou as organizações sociais de saúde (OSS). Nesse modelo, inspirado na Espanha, o Estado delega a uma entidade privada, sem fins lucrativos, o gerenciamento de hospitais públicos e garante recursos mensais para manutenção, exercendo controle rígido sobre a gestão dos gastos e serviços prestados. Hoje, as OSS são consideradas uma experiência de sucesso pela maioria dos especialistas. Mas, quando a ideia foi lançada, o PT e o PDT entraram com uma ação de inconstitucionalidade no STF. Se o Supremo julgar que as OSS são inconstitucionais, calcula-se que o Brasil teria de contratar cerca de 100 mil funcionários públicos para manter funcionando os hospitais já existentes no modelo das OSS.

Uma dessas OSS funciona na maior favela paulistana, onde vivem 100 mil habitantes. É o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Heliópolis. Criado pelo governo estadual, o ambulatório é gerido pelo Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo (Seconci), uma entidade filantrópica sem fins

lucrativos. O AME funciona como um hospital dia, não como um pronto-socorro. O atendimento é agendado previamente. Os pacientes são encaminhados pelos postos de saúde ou pelos hospitais. No AME têm acesso a todos os exames (inclusive ressonância magnética) e cirurgias de pequeno porte (como operações de hérnia, catarata e varizes). Encontrar solução para problemas como esses é uma das maiores dificuldades de quem depende do SUS. A faxineira Ana Paula Ladislau dos Santos, de 39 anos, sabe disso. Ela passou cinco anos tentando conseguir uma cirurgia de amígdala para a filha Talita, de 6 anos. Tentou vários hospitais em Mongaguá e na capital. Quando finalmente foi encaminhada ao AME, a cirurgia foi agendada em duas semanas. "Nos hospitais que conheço tratam a gente feito cachorro. Aqui dizem bom-dia. Até a enfermeira veio me consolar quando percebi que eu saí para chorar porque estava preocupada com a minha filha", diz. O AME é um serviço público que funciona segundo os padrões de exigência do mercado privado. Quem sustenta o SUS com os impostos que paga não está preocupado em saber se os hospitais são administrados pelo Estado ou não. Quer que o dinheiro seja bem gasto, vires serviço de qualidade e produza um bom atendimento de saúde. Como aquele que Ana Paula e sua filha receberam. ♦

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao refletirmos sobre a evolução dos direitos políticos no Brasil ao longo de nossa história – e, particularmente, nestes vinte anos de vigência da Constituição Cidadã –, ressurge inquestionável a dimensão dos avanços conquistados, não obstante o reconhecimento de que há, ainda, um caminho a percorrer, para alcançarmos os verdadeiros horizontes da democracia.

No curso de quase toda nossa trajetória como Nação independente, a amplitude dos direitos políticos assegurados aos cidadãos brasileiros esteve limitada a patamares muitíssimo aquém daqueles característicos das sociedades verdadeiramente democráticas.

Já vivemos tempos em que a quase totalidade da nossa população era excluída de qualquer participação política, por meio do sistema do voto censitário. Passamos por longo período de domínio incontestável das oligarquias. Pela época da famigerada “comissão de degola”. Pelo império dos resultados eleitorais “ajustados” a bico de pena. Pela era da clandestinidade forçada de determinadas correntes ideológicas. Por quadras de nossa história em que o Executivo podia – a seu livre arbítrio – decretar recessos legislativos, cassar mandatos parlamentares, lançar ao exílio as mais representativas lideranças, aposentar magistrados e professores universitários, censurar as manifestações culturais e a expressão de ideias.

Um mero olhar no nosso retrovisor histórico é suficiente para que possamos reconhecer o muito que já avançamos. No momento em que a Carta Política de 1988 acaba de completar 20 anos de vigência, vale, portanto, tecer algumas considerações acerca da noção do que sejam direitos políticos, da história da sua institucionalização e do seu exercício, e dos rumos a serem perseguidos no sentido de sua plena afirmação e do aperfeiçoamento das condições para a sua prática.

Os direitos políticos dizem respeito, sobretudo, à participação do indivíduo na vida social e, especialmente, na gestão do Estado. São direitos, portanto, relacionados ao espaço que cada Ordem Política e Jurídica determinada concede a uma pessoa, para que ela participe da composição dos organismos de poder estatal e da formação da opinião pública.

O primeiro e fundamental direito político diz respeito, evidentemente, ao voto: consubstancia-se na capacidade que os cidadãos e as cidadãs têm, em cada contexto histórico, de votarem e de serem votados nos diversos processos eleitorais.

O direito de votar constitui a capacidade eleitoral ativa, ao passo que o de ser votado expressa a

capacidade eleitoral passiva. É em torno do sufrágio, haja vista sua característica de direito político basilar, que se articulam os direitos políticos mais importantes, inclusive as variadas formas de participação no processo político.

Durante quase todo o período em que esteve em vigor a Constituição do Império, outorgada em 1824, era muito restrito o exercício do direito ao voto no Brasil.

Estavam, nessa época, privados do direito de votar as mulheres e os escravos – estes últimos, aliás, destituídos de quaisquer direitos. Além disso, o processo de composição das Casas Legislativas – Câmara e Senado – era indireto, existindo, portanto, o eleitor de primeiro e de segundo níveis. Como se não fosse bastante, o voto era censitário, significando que o corpo eleitoral era definido em recenseamento para efeito tributário. Por esse critério, só podia votar aquele que dispusesse de determinados rendimentos, e somente podia ser eleito quem auferisse renda ainda maior. O resultado era que, em todo esse período, o eleitorado brasileiro não alcançava mísero 1% da população.

Embora o analfabeto tivesse, durante a maior parte do período imperial, direito ao voto, os outros meios de exclusão então vigentes eram folgadoamente suficientes para eliminar a vasta maioria das pessoas do processo decisório. Somente no final do Império foram revogados o voto indireto e o voto censitário. Entretanto, foi instituída, na mesma oportunidade, a proibição de voto ao analfabeto.

A queda do regime monárquico e o advento da primeira Constituição republicana, ao final do Século XIX, não tiveram o condão de garantir o direito de voto às mulheres e aos analfabetos. Desse modo, persistiu, sob um regime que se pretendia democrático e republicano, a exclusão da ampla maioria das pessoas do processo eleitoral. Ademais, o sistema político, viciado, reproduzia sistematicamente o pacto de poder entre oligarquias regionais. Nas raras oportunidades em que algum candidato estranho aos esquemas oligárquicos conseguia passar pelo estreito funil desse sistema político, tinha ele de enfrentar a Comissão de Verificação de Mandatos, existente nos parlamentos e que, por sua natureza, era denominada “comissão de degola”.

Progresso digno de nota foi trazido pela Revolução de 1930 e pelo cumprimento de uma de suas promessas: a edição do primeiro Código Eleitoral brasileiro, em vigor a partir de 1932. Entre outras conquistas, foi admitido o voto feminino, o que, evidentemente, ampliou, de modo considerável, a massa das pessoas aptas a votar. As vicissitudes da política brasileira, contudo, em especial o Regime do Estado Novo, no poder entre 1937 e 1945, impediram a continuidade do avanço das franquias democráticas.

A já tardia consagração do regime democrático-liberal no Brasil, a partir de 1946, com a nova Constituição, conduz à oportunidade de um novo e vigoroso processo de democratização da vida política nacional, com crescente participação popular. Contudo, mesmo no que se refere ao período 1946/1964, deve-se assinalar que, ainda que houvesse liberdades políticas e um contexto de tolerância democrática, sobretudo durante o Governo e a liderança de Juscelino Kubitschek, não havia completa liberdade de organização partidária, além de ser mantida a proibição do voto ao analfabeto.

O processo de democratização da vida política nacional viria a ser interrompido mais uma vez, em 31 de março de 1964, agora pelo Golpe Militar, instaurador de um regime francamente autoritário, inimigo, portanto, do exercício dos direitos políticos.

Com o regime autoritário, vieram as cassações de direitos políticos, a extinção dos partidos, o exílio das lideranças, a repressão aos sindicatos, partidos e outras organizações sociais, o cerceamento, enfim, do exercício dos direitos políticos em todos os seus aspectos. Nesse período, tivemos instituído um bipartidarismo artificial, o qual, quando se voltou contra os interesses do regime, foi eliminado e substituído por um pluralismo partidário ainda sem democracia.

O turbulento processo de transição democrática foi iniciado ainda em fins dos anos 1970 e se estendeu por cerca de dez anos, completando-se com a promulgação da Constituição de 1988. Essa é, sem dúvida alguma, a mais democrática e liberal Carta Magna de toda a história brasileira e, certamente por isso, base jurídico-legal do mais rico processo de transformações políticas por que tem passado o povo brasileiro.

A ordem constitucional inaugurada em 5 de outubro de 1988 estabeleceu um patamar de direitos políticos até então absolutamente inédito. Hoje, os brasileiros dispõem não apenas do direito a votar nos seus dirigentes, como lhes é também assegurada a participação política em mecanismos decisórios típicos da democracia direta, como o plebiscito e o referendo. Além disso, a Carta democrática contempla a possibilidade de iniciativa popular de proposição legislativa, pela qual os cidadãos podem propor ao Congresso Nacional projeto de lei sobre diversos temas, inclusive quanto ao processo político.

No Brasil atual, somente não dispõem de capacidade eleitoral ativa, em princípio, os estrangeiros e os conscritos, aqueles que se encontram em período de serviço militar obrigatório. Por outra parte, enquanto a cassação de mandatos eletivos e de direitos políticos marcou o regime de 1964, na nova Constituição democrática tal cassação é vedada, admitida a suspensão

dos direitos políticos apenas em poucos casos, como em face de condenação criminal e de improbidade administrativa.

Já a capacidade eleitoral passiva, ou o direito de ser votado, é sujeita a outros critérios, com o objetivo de proteger a lisura do processo eleitoral e a incolumidade do erário. A aprovação, pelo Congresso, da necessidade de “ficha limpa” para excluir das eleições pessoas cuja vida pregressa não recomenda à direção dos negócios públicos, foi, com certeza, um passo significativo no sentido da moralidade nas eleições. Até aqui, preocupou-se muito em se conhecer o eleitor e na lisura no ato de votar. As urnas eletrônicas vieram neste compasso. Mas, muito pouco tinha-se caminhado no conhecimento do eleito, ou do que se propunha se eleger. Não havia informação suficiente sobre o candidato. A decepção, obviamente, vinha depois. Pior, após o eleito adquirir todos os subterfúgios do mandato, como imunidade e foro privilegiado. Isso, sem contar que passava a utilizar do próprio dinheiro desviado através da corrupção, para se defender, pagando os “melhores” advogados.

No atual regime constitucional, estabeleceu-se, pela primeira oportunidade em toda a história brasileira, ampla liberdade de organização partidária. Existem, hoje, no Brasil, cerca de trinta organizações partidárias, abrangendo todo o espectro político e ideológico da nossa sociedade.

Conquistada e significativamente ampliada a democracia política, retornam à tona velhos problemas da sociedade brasileira. Especialmente o alto custo das campanhas eleitorais, e todas as implicações daí decorrentes, impõem a necessidade de uma reforma política. Afinal, são evidentes as profundas e perversas distorções acarretadas ao processo democrático pela influência do poder econômico nas eleições.

Encarada a questão a partir de uma perspectiva democrática, a reforma política a ser realizada deve atingir três objetivos fundamentais: 1º) a redução dos custos das campanhas eleitorais – a fim de tornar os mandatos, tanto quanto possível, independentes do poder econômico; 2º) a simplificação do processo eleitoral – para torná-lo mais compreensível ao cidadão; e 3º) o fortalecimento da representatividade do mandato.

De forma mais específica, venho defendendo, há tempos, uma série de medidas imprescindíveis ao aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Após mais de cinco décadas de ininterrupta atividade política, permaneço fiel ao meu credo parlamentarista. Tudo que vivi e testemunhei ao longo de todos esses anos só fez reforçar minha convicção nas virtudes e excelências desse sistema político. E essa

crença mais ainda se tem cristalizado em face da dinâmica recente, pós-Carta de 88.

Continuamos, ainda hoje, a viver sob um sistema em que o Poder Executivo usurpa as prerrogativas constitucionais do Parlamento, mediante o uso abusivo e lesivo do instituto da Medida Provisória. Sem qualquer consideração aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, todos aqueles que ocuparam a Chefia do Executivo, desde a promulgação da nova Carta, têm feito uso indiscriminado dessa espécie legislativa. Desse modo, obstruem, com preocupante frequência, o regular andamento dos trabalhos congressuais, minando, quase que por completo, a possibilidade de Deputados e Senadores exercerem a iniciativa no processo de elaboração das leis.

A fidelidade partidária e o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais são medidas necessárias no sentido da moralização do processo político. A desfaçatez, o despudor com que dezenas de ocupantes de cargos eletivos entram e saem, sucessivamente, dos partidos contribuem para o descrédito da atividade política e das instituições. A opinião pública, não sem motivos, tem a nítida percepção de que esse movimento frenético é impulsionado pelos mais espúrios interesses.

A lógica democrática conduz à inequívoca conclusão de que o mandato pertence ao partido. Afinal, é imprescindível estar filiado a uma legenda para poder concorrer, e é a soma dos votos partidários que determina o número de cadeiras parlamentares conquistadas. Assim, não é concebível deixar impune o titular de cargo eletivo que trai o partido que lhe deu abrigo. É incoerente que a agremiação tenha sua bancada reduzida quando seus integrantes aderem a outra legenda, não raramente em busca de vantagens pessoais. É inadmissível que o eleitor veja o seu voto depositado em um programa partidário ser transferido, à sua revelia, para outra agremiação, muitas vezes de ideologia totalmente diversa.

O financiamento público exclusivo das campanhas, por seu turno, é a chave para impedir a perniciosa influência do poder econômico no processo eleitoral. Ao equiparar as condições da disputa, o financiamento público contribui, em muito, para aproximar as eleições do ideal democrático de igualdade entre todos os cidadãos. Assim, o mandato eletivo conquistado após uma disputa realizada em igualdade de condições estará, evidentemente, revestido de muito maior legitimidade.

Além disso, o financiamento público representa o freio mais eficaz à vergonhosa corrupção que vem dominando as eleições no Brasil. A população já está desencantada de tanto ler e ouvir a respeito de “Cai-

xa 2”, de “sobras de campanha” ou de “recursos não contabilizados”. Nem o mais ingênuo dos brasileiros acreditaria na inexistência de uma expectativa de retribuição com relação às colossais somas despejadas nas campanhas eleitorais.

A contrapartida a essas contribuições financeiras aos candidatos acaba sendo feita, após a vitória eleitoral, na forma de direcionamento de licitações, de superfaturamento de obras públicas, de concessão de subsídios, de aprovação de normas legais que favoreçam os “amigos do Poder”. Dessa forma, o custo do financiamento privado acaba recaindo sobre o erário, e numa medida muito mais onerosa do que aquela do financiamento público. Com efeito, o custo da corrupção eleitoral para os cofres públicos é incalculável. Já o financiamento público exclusivo das campanhas, uma vez adotado, terá parâmetros claramente definidos em lei.

O financiamento público está intimamente ligado ao efetivo poder de decisão do eleitor, ao seu direito legítimo de escolher livremente em quem votar. No sistema atual, os resultados eleitorais estão condicionados, em enorme medida, pelo desempenho dos chamados “marqueteiros”. Aquilo que deveria ser um confronto de ideias, de propostas, de capacidades de liderança, de perfis de administradores, vem sendo artificialmente reduzido a uma competição tipicamente mercadológica. A disputa dá-se em torno da maior ou menor capacidade de construir uma imagem “vendável” do candidato, não importando quão falsa ou verdadeira essa imagem seja.

No Brasil de hoje, as chances de um candidato dependem, fundamentalmente, do volume de recursos de que ele dispõe para contratar o melhor “marqueteiro”. Com o financiamento público, poderemos superar essa distorção. E isso é essencial para o processo democrático, pois o eleitor tem o direito de saber em quem, realmente, ele está votando. O candidato não pode ser escolhido da mesma forma que se elege um produto qualquer, como, por exemplo, um sabonete ou um desodorante. Não é justo para com o eleitor e não é conveniente para o País que sejamos induzidos a definir nosso voto em função da “embalagem”, da “aparência”, do “design” do candidato, tal como uma mercadoria.

Tenho defendido, também, a instituição da cláusula de barreira, como forma de depurar o quadro partidário brasileiro, acabando, de uma vez por todas, com as nefastas legendas de aluguel, que se transformam em verdadeiros balcões de negócios. A cláusula de barreira haverá de conduzir, por certo, à redução do número de partidos com representação no Parlamento, sem que isso signifique qualquer cerceamento à representação partidária, o que contribuirá para o fortalecimento da

governabilidade. Ninguém haverá de discordar que a formação de governos com base parlamentar mais sólida e confiável – governos, portanto, com melhores condições para exercer uma ação administrativa mais eficaz – constitui outro dos propósitos a serem perseguidos no escopo de uma reforma política que atenda às conveniências do País.

Além dessas, outras propostas que advogo também objetivam a moralização do processo político e a consolidação da democracia. Tenho insistido na necessidade de que o Poder Judiciário conceda prioridade ao julgamento das ações envolvendo autoridades públicas. Parece-me racional e conveniente que os ocupantes de cargos públicos sejam julgados com a maior brevidade possível. Longe de constituir um privilégio, essa prioridade a ser concedida ao seu julgamento deve derivar da consciência de que o dinheiro público é sagrado.

Nessa medida, não é tolerável que os encarregados da sua gestão permaneçam sob suspeita. Ou a Justiça conclui, celeremente, por sua inocência, devolvendo a tranquilidade aos eleitores/contribuintes, que arcam com o pesado ônus da manutenção da máquina estatal; ou declara sua culpabilidade, aplicando as justas e exemplares sanções civis, penais e administrativas, determinando o devido ressarcimento ao erário e o seu afastamento dos cargos ocupados.

No sentido da total transparência na condução da coisa pública, entendo ser imperativo o fim dos sigilos fiscal e bancário de todos os agentes políticos, em todos os níveis. Minha convicção é que não pode pairar qualquer dúvida quanto à honestidade de todos aqueles que são responsáveis por todas as etapas do gasto público e aqueles que comandam os destinos da Nação.

Por esse mesmo motivo, entendo que a presunção de inocência, regra de ouro do Direito Penal de todos os povos civilizados, deve ter uma interpretação diferenciada no que tange ao processo político.

O inciso LVII, do art. 5º da Constituição Federal, reza que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Esse preceito constitui, inquestionavelmente, direito e garantia fundamental da pessoa humana. No entanto, mesmo mantida a presunção de inocência para aqueles que não foram ainda condenados por sentença irrecorrível, deve ser considerada inadmissível sua participação na condução dos negócios públicos.

Não se trata de condenação prévia ou de prévia imposição de pena. Trata-se, simplesmente, de resguardar o interesse da coletividade e a moralidade pública. Trata-se de compreender que o exercício de responsabilidades para com o bem comum exige o mais alto nível de confiabilidade. Trata-se, enfim, de

dar cumprimento ao § 9º do art. 14 da Carta Magna, que dispõe:

Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

O político precisa ter, necessariamente, uma história de vida ilibada. Ao ser eleito, ele não é um; ele é todos. Ele representa a comunidade, que nele depositou sua confiança.

Esse extenso rol de medidas ainda a serem implementadas evidencia que resta ainda muito a fazer no sentido do aperfeiçoamento do regime democrático em nosso País. Ao mesmo tempo, são notórias a qualidade e a extensão dos avanços que já conquistamos, no campo do exercício dos direitos políticos. Estamos, nessa medida, numa situação qualitativamente muito distinta daquela vivida durante os anos em que a democracia foi maculada. Mas, conscientes de que estamos, ainda, numa travessia política, felizmente, agora, com caminhos melhor sedimentados.

Desde o início da minha atividade pública, na virada da década de 1950 – quando militava nas trincheiras do movimento estudantil, então importante sustentáculo das lutas populares – sinto verdadeiro fascínio pelo tema do avanço democrático ou, definindo com mais rigor, pelos processos que levam ao aprofundamento da participação verdadeiramente popular nos mecanismos por meio dos quais o poder real é exercido.

A história, por diversas vezes, pretendeu registrar esse evento, mas em nenhuma pôde efetivamente demonstrar que ele tivesse se desdobrado de modo completo, ou que seus efeitos houvessem perdurado para além dos primeiros momentos de ruptura que, em geral, caracterizam os grandes movimentos de mudança na vida política das nações.

Na Revolução Francesa, por exemplo, o ímpeto da Convenção, louvável a despeito de todos os seus excessos, logo cedeu lugar à indefinição ideológica do período conhecido como Diretório, e às contradições do bonapartismo – “popularesco”, sem dúvida, mas bem longe de verdadeiramente popular.

Cento e poucos anos depois, foi a vez do movimento de massas que caracterizou o 1917 russo refluir para um dos regimes mais burocráticos, truculentos e fechados que a história recente registrou. De novo, o mesmo: apesar de todo o avanço social que produziu,

o poder soviético, que pretendeu orientar-se para o povo, foi na prática exercido a despeito dele!

Avaliação próxima pode ser feita em relação a Cuba, caso também matizado, tal como os anteriores, por um extenso rol de conquistas de fundo para o conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, pelo padrão de “democracia revolucionária” comum aos regimes do assim chamado socialismo real.

Não se saem melhor os governos que pretendem perpetuar-se apelando ao mecanismo de consulta direta à população; os exemplos estão bem aí, ao nosso redor. Como é fácil de constatar, a imensa assimetria de informação que separa o formulador da consulta e a esmagadora maioria dos consultados caracteriza, na verdade, um fenômeno político com nome e sobrenome: manipulação da vontade popular.

No outro lado do espectro ideológico, a democracia representativa vive repetidos ciclos de descrença, abalada que é por constantes escândalos de corrupção, manipulação eleitoral, desrespeito ao interesse comum e falta de legitimidade dos governantes. A descrença nas instituições, aliás, é a fratura pela qual os golpes de Estado – incluindo os *pronunciamientos* tão conhecidos do povo latino-americano – inserem sua cunha ditatorial, muitas vezes com o apoio explícito de fatias significativas das classes formadoras de opinião.

Essa mesma descrença, lastreada no mesmo tipo de apoio, também se manifesta sob a capa dessas manipulações oportunistas, mais ou menos sofisticadas, que vão equilibrando-se no limite do Direito, e bem além do território da decência. Ao que parece, portanto, é assim que opera o movimento de ascensão do povo ao poder: com marchas e contramarchas; com avanços e retrocessos; e, sempre, com muita lentidão, demora e atraso.

Mas, tudo somado, esse movimento também exhibe, para surpresa de muitos, uma resultante geral positiva, desde que observado de uma lente de mais longo prazo, pela qual a acumulação de pequenos avanços demonstra, no correr do tempo, produzir mudanças realmente significativas.

Por isso, penso que, embora não se deva desistir dos amplos projetos de mudança, é possível e desejável – como a história demonstra – aproveitar todas as oportunidades que as circunstâncias, mais dia, menos dia, venham a nos oferecer para avançar, mesmo que em ritmo apenas incremental.

É imprescindível não perder de vista, nunca, que a essência da legitimidade do poder é a capacidade de responder ao cidadão a questão: “por que obedecer?” ou, de que outro modo evitar a anomia, o desrespeito generalizado à norma que já se instala fortemente – há algum tempo – em diversos extratos sociais. Acaso

alguém imagina que é possível convencer a sociedade do primado da Lei, enquanto nossa multifacetada “elite” política, econômica, burocrática, sindical e, até mesmo “religiosa”, vive à margem dela? Enquanto essa mesma elite se movimenta, livremente, sob o manto da impunidade?

Em vista disso, aperfeiçoar o exercício da soberania popular no Estado Democrático de Direito é a questão fundamental. E é ainda imprescindível ter presente a importância que as transformações implementadas em instituições fundamentais da Nação representam para as mudanças estruturais da sociedade.

Para elaborar uma estratégia de aperfeiçoamento, de evolução ou de transformação de uma determinada organização – qualquer organização, pública ou privada –, é necessário, antes, perguntar pelo que justifica sua existência do ponto de vista de sua finalidade, daquilo que lhe dá sentido.

Sem pretender qualquer incursão mais elaborada na teoria política, posso afirmar, contudo, que ao Judiciário cabe aplicar a Lei, que tem caráter geral, aos casos particulares que lhe são submetidos. Nessa linha, ele é parte integrante do aparelho de Estado, que presta serviços arbitrais ao conjunto dos cidadãos: seja em sentido estrito, quando está em jogo o interesse geral, seja em sentido amplo, quando o conflito tem caráter privado, envolvendo parte desse conjunto.

O Judiciário, entretanto, não integra o aparelho de Estado do mesmo modo, ou na mesma inserção que uma escola, ou um hospital público, exemplos remarcados do Estado como prestador de serviços à sociedade.

Ele também incorpora, ao menos nos sistemas democráticos de governo, um dos Poderes em que se reparte a potência estatal, ao lado do Legislativo e do Executivo, dotado de natureza própria e de prerrogativas de mesmo nível que as dos demais.

É como Poder, por exemplo, que o Judiciário determina a privação de liberdade de uma pessoa natural, ou concede o *habeas corpus*, nos casos de detenção ilegal. Esse poder, entretanto, não se esgota nessa face que poderíamos – com alguma liberdade – chamar de “administrativa”.

Ao menos no sistema brasileiro, no que se refere a determinados aspectos da atuação do Supremo Tribunal Federal, o Judiciário é um poder verdadeiramente político, na mais legítima acepção da palavra. O STF participa, em alto nível, do comando do próprio Estado, seja dirimindo conflito entre os outros Poderes, seja revogando a legislação julgada inconstitucional ou injurídica, seja esclarecendo os limites de atuação da máquina do Estado (ou do Governo, é claro), de modo a preservar a liberdade.

Como um todo, portanto, o Judiciário pode ser tomado – ao menos para os objetivos desta reflexão – como um Poder político-administrativo, que serve o corpo de cidadãos por via da administração da justiça, operando por meio da aplicação da Lei.

O sentido de um planejamento estratégico para o Judiciário é permitir que as instituições judiciárias melhor sirvam ao corpo de cidadãos. Isso porque, somente nessa direção, a estratégia estará convergindo para a meta finalística da instituição.

Qualquer outra orientação poderia facilmente confundir-se ou degradar-se em desvio da finalidade institucional, malversando o investimento de recursos públicos em projetos de valor questionável, ou fortalecendo o lado perverso do corporativismo, aqui entendido como a captura da instituição por seus agentes e operadores, em proveito próprio.

Por laborar nessa direção foi que considerei altamente positivas muitas das medidas tomadas, em tempo relativamente recente, no âmbito do que ficou conhecido como Reforma do Judiciário.

Menos abrangente do que seria possível desejar, a Reforma procedeu a alguns aperfeiçoamentos realmente notáveis, a exemplo da adoção da súmula vinculante do STF, da federalização dos crimes contra os direitos humanos e, principalmente, da instituição do controle externo da Magistratura e do Ministério Público, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), respectivamente.

Penso que foi pouco, ante o muito que há a fazer; mas foi um bom começo, num campo que exigia, faz tempo, a atenção do Estado.

A questão que se põe agora, entretanto, não é exatamente (ou não é somente) a de avaliar o progresso alcançado em iniciativas que se esgotaram no passado, mas cuidar de aproveitar aquelas que se abrem com boas perspectivas de sucesso, no futuro.

Reconheço, por um lado, que não é fácil superar toda a estrutura que, em maior ou menor grau, se coloca contrariamente diante o “empoderamento” (como agora se gosta de dizer) popular, em praticamente todas as espécies de sociedades contemporâneas. Não é simples, de fato, colocar-se generosamente nessa discussão.

O objetivo, aqui, é o de elaborar uma abordagem estratégica para o instituto judiciário – a propor uma contribuição que mira precisamente o que estou chamando aprofundamento do processo de aproximação popular nos mecanismos de exercício do poder. Não como uma revolução, mas também não como mais um mecanismo gerador de distanciamento, meramente “representativo”.

Como anteriormente declarei, em relação ao tema do Estado, não pretendo elaborar aqui uma teoria do Judiciário.

Apenas argumento que: (i) o Judiciário, a par de suas outras funções, é também um prestador de serviços aos cidadãos, na função de aplicador da Lei aos casos concretos que examina, em benefício do império da justiça; e, (ii) para bem desincumbir-se desse pesado desafio, é importante que ele seja acompanhado e avaliado pela sociedade, no nível local, como já o é, na verdade, e de maneira muito concreta, pelo CNJ, no nível nacional.

Isso porque o Judiciário, tal como nitidamente ocorre com o Executivo, é, entre outras coisas, um prestador de serviços. Ambos, Executivo e Judiciário, são instituições que prestam – ou que também prestam – serviços de natureza peculiar a um público determinado, no caso, o povo. (Se quisermos incluir o Parlamento nessa lista, poderíamos, com alguma boa vontade, anotar alguma espécie de prestação de “serviços de representação política” à cota de atribuições do Legislativo; penso, entretanto, que, nesse caso, além de forçada, a concepção foge ao âmbito desta reflexão).

O Congresso Nacional, ao instituir o Conselho Nacional de Justiça, cuja composição é majoritariamente definida por setores do próprio Judiciário, certamente não pretendeu ajustar o conjunto de pesos e de contrapesos que, conforme uma sólida teoria do Estado, equilibra entre si os Três Poderes; para isso, inclusive, a Constituição previu outros instrumentos mais apropriados.

Nem teve o legislador, é evidente, a pretensão de intervir na liberdade de julgamento da magistratura; isso caracterizaria, aliás, um atentado contra o próprio Estado Democrático de Direito, do qual não se deve, sequer, cogitar.

O que se pretende, nesse caso, é apenas estabelecer uma instância de supervisão administrativa do desempenho do Judiciário, com forte direcionamento à dimensão “serviço” de suas atribuições.

Assim, mesmo sendo um instrumento de controle do Judiciário e, mais ainda, um instrumento democrático de controle, o CNJ e o CNMP não chegam a cumprir integralmente um papel de controle social ou popular, uma vez que, ali, a sociedade, ela mesma, é parca e minoritariamente representada.

Cito, a propósito, o exemplo dado por vários dos Estados norte-americanos, nos quais a magistratura, ao menos no que nós conhecemos por primeira instância, a Promotoria e a Chefia da Polícia, são – como se sabe – eleitas. Esse é um caso para nós extremo, mas lá bastante corriqueiro de praticar o controle social

das instâncias ligadas à Justiça. Não penso, entretanto, que seja um modelo a ser adotado, entre nós. Já bastam, é evidente, os problemas com os quais o Brasil convive, decorrentes de um sistema político-eleitoral permanentemente à beira da crise.

Caberia, portanto, pensar uma maneira alternativa de corporificar um controle propriamente social do instituto judiciário. A finalidade desse controle, algo diferentemente do que se pretendeu com a estratégia dos Conselhos Nacionais na Reforma do Judiciário, seria antes aproximar Judiciário, MP e sociedade, criando uma instância apropriada à interlocução institucional com o público local, destinatário dos serviços judiciais prestados, e de avaliação da qualidade dessa prestação de serviços.

Assim, caberia desenhar o arcabouço institucional de um Conselho Regional de Justiça, com as seguintes características: (i) delimitado regionalmente à circunscrição judiciária, ou seja, à Comarca; (ii) composto por residentes dos Municípios abrangidos, em número proporcional à sua população; (iii) com a atribuição de acompanhar o desempenho do aparelho jurisdicional (Magistratura e representação local do Ministério Público Estadual), na sua estrita dimensão de prestação de serviços, especialmente com relação aos prazos; e (iv) com poderes para representar, com prioridade e qualificadamente, junto às Corregedorias da Justiça e aos Conselhos Nacionais (de Justiça e do Ministério Público).

Bem sei que alguns poderão interpretar esta sugestão como a imposição de um “cavalo de Tróia” no seio da Justiça. Isso, entretanto, não é verdade. Primeiro porque o que imagino irá acontecer de forma muito frequente, em se implantando os Conselhos Regionais, é a disseminação de uma visão mais realista, por parte das comunidades, acerca das dificuldades com que opera o Judiciário e a Promotoria, principalmente nas pequenas comunidades distantes dos grandes centros de atração populacional.

Essa é uma situação cujo conhecimento é de todo o interesse da Magistratura e do próprio Ministério Público levar à sociedade. Chego a afirmar que, sem um meio inovador, como o são os Conselhos Regionais, tal conhecimento jamais chegará ao entendimento do público.

Penso que, por um lado, não há como negar que a proposta responde por todos os núcleos de significado contidos no tema; a cada um, particularmente, e, principalmente, ao conceito mais abrangente que está expresso no conjunto.

Por outro lado, não é exatamente esse ponto – o da adequação formal – aquele que de fato pretendo questionar.

A questão pode ser respondida nos seguintes termos: há qualquer sentido estratégico (ou mesmo: há qualquer sentido legítimo) em delimitar o campo do debate de uma estratégia de gestão democrática do Judiciário à distribuição do poder **interna corporis**, de forma restrita? Ou à revisão dos mecanismos de promoção ou de indicação de candidaturas aos Tribunais, simplesmente recalibrando os dispositivos atualmente em vigor? É disso que se trata, então? É somente isso?

Não creio. Não é isso que querem os agentes do Poder Judiciário; acima de tudo, não é esse, acredito eu, pensamento majoritário do corpo de Magistrados do Brasil.

É num sentido maior, portanto, mirando mais longe que reafirmo: sim; a proposta que faço de instituir Conselhos Regionais de Justiça, de alcance circunscricional, responde de forma qualificada à pergunta por uma estratégia capaz de potencializar a gestão democrática no âmbito do Poder Judiciário.

Mais ainda: ela cria um caminho capaz de deslocar o rumo da organização judiciária daquele tristonho pântano de imobilismo no qual o Executivo e, infelizmente, o Legislativo encalharam, em meio à discussão do importantíssimo tema da reforma política (uma discussão que, de tão desfocada e esvaziada, por anos a fio de debate imediatista e estéril, hoje mal abrange os tímidos limites de uma reforma eleitoral).

Gestão democrática é, portanto, antes de mais nada, abrir-se para o cidadão; para o legítimo interesse do “soberano”, como gostam de dizer os seguidores da filosofia política; é arejamento, transparência, cidadania.

Seria preciso, entretanto, um grande esforço no sentido de materializar o contorno institucional dos Conselhos, aqui nem bem sequer delineados.

É tentador, claro, ainda mais para quem tem na experiência legislativa sua mais longa tarefa no serviço público, adiantar algumas das características que previsivelmente teriam os Conselhos Regionais. A mesma experiência, contudo, ensina estender a discussão o mais possível, e fazê-la com um maior número de atores sociais para possibilitar um nível adequado e bem sucedido de preparação, no enfrentamento de uma matéria de tal envergadura.

Um aspecto, porém, é preciso adiantar, ainda que sob o manto mais brando, ainda que obrigatório, de uma diretriz de acautelamento: é importante impedir que os Conselhos venham a ser presa de grupos ou de corporações, quaisquer sejam elas. Imagino, assim, ser de todo importante garantir regras suficientes para evitá-lo.

A título meramente ilustrativo, adianto uma contribuição que me parece razoavelmente apropriada para essa finalidade, ao abordar um método de escolha dos membros do Conselho em uma base tripartite e paritária: um terço escolhido pelas Câmaras de Vereadores dos Municípios jurisdicionados; um terço entre membros ativos e participantes dos Conselhos Municipais de Educação e Saúde; e um terço indicado pelas representações locais da OAB.

Mais que uma definição, entretanto, tal sugestão visa explicitar a importância de qualificar a representação sem, contudo, descaracterizá-la ou enviesá-la na direção de grupos ou redes demasiado específicas; com posições demasiado cristalizadas e, por isso, menos abrangentes que o desejável. Sei, entretanto, que não é aqui que esse debate deve se por.

Sei que apporto um tema difícil, mas há que ter coragem; a magistratura tem tudo para assumi-lo, nos moldes de um digno contraponto à imobilidade dos demais Poderes, conquistando merecida liderança na defesa institucional de uma visão radicalmente íntegra da gestão democrática do Estado.

Progresso institucional: nesse curto conceito repousa a melhor chance de sucesso da democracia brasileira. O Judiciário, em função de sua relevante posição no desenho do Estado, de seu profundo enraizamento na estrutura social e do exigente grau de formação e capacitação que cobra de seus agentes, poderá representar, na busca desse progresso, um papel de importância incomparável.

De alguma forma, é claro, teremos de começar; torço para que seja desta.

Finalizo registrando que é possível concordar com a afirmativa de que inúmeros outros mecanismos

nitidamente democráticos podem ser agregados ou aprimorados no sentido de aperfeiçoar os dispositivos que regem o Poder dentro da máquina do Judiciário. Aí há, certamente, o que fazer na busca de uma gestão progressivamente mais aberta e democrática.

Esses, porém, deixo de abordar, na certeza de que haverá quem o faça com maior e mais sincrônico conhecimento do conjunto da instituição judiciária. O que me move, dado o objetivo central deste meu discurso, é ressaltar a importância do Judiciário no ataque do que eu considero o principal problema brasileiro, hoje: a impunidade. E, desnecessário dizer da importância do Poder Judiciário no combate a essa prática que tem sido, na verdade, a causa das maiores mazelas: a corrupção e, por consequência, o que aqui que repeti, diversas vezes: a dor nas filas dos hospitais, a escuridão do analfabetismo, o desemprego, a violência e a barbárie humana. Daí, a responsabilidade imensa do Judiciário: fazer cumprir as leis, sem qualquer tipo de discriminação ou proteção indevida. Acabar com a impunidade que tem tolhido a legitimidade das instituições brasileiras, e não só o próprio Judiciário. Temo por esse descrédito institucional. Essa história já vimos antes e não queremos repetida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Não temos mais nenhum assunto a tratar, segundo a Dr^a Cláudia, a nossa querida companheira, e por essa razão, a sessão está encerrada.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 3 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
- vago*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-PSDB - Núria Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo prorrogado: 02/09/2010

Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34,36)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
36. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
 9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
 10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
- ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro
signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,105)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,106,114,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,110)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,119)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,120)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,107,111,113)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,109,115)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 110/2010).
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,101)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,102,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,108,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,111,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,63,103,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (52,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,49,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM)	

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) ^(92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(31,81,89,91,94)	1. VAGO ^(1,36,110)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(31,126)	2. Gim Argello (PTB) ^(37,96,101)
Fátima Cleide (PT) ⁽³¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,34)
Paulo Paim (PT) ^(31,47,66)	4. José Nery (PSOL) ⁽³³⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(30,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) ^(38,76,78,80,96,115,121,132,133)	6. João Ribeiro (PR) ^(30,71)
VAGO ^(35,85,86,87,98,100,107)	7. Marina Silva (PV) ^(30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Mauro Fecury (PMDB) ^(8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) ^(55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) ^(54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
VAGO ^(64,109,127,131)	4. Neuto De Conto (PMDB) ^(58,125,129)
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
VAGO ^(5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,63,119)
VAGO ^(53,65)	7. VAGO ^(59,108)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) ^(4,50,116,118,120)	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(48,113,114,128,130)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁰⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) ^(46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴²⁾	4. Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵²⁾
João Faustino (PSDB) ^(13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁵⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,39)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Cícero Lucena (PSDB) ^(29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) ^(22,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ^(28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,51)	1. João Vicente Claudino ⁽⁵¹⁾
VAGO ^(51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
101. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
115. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
121. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
131. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,16,23,25)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,20)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽²²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁵⁾	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,13)
Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ^(5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁹⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,11)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,12)	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).

5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- * Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- ** Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).

13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,102,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. VAGO (53,78,79,80,107)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. N° 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽¹¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ^(2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloísio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,35,44,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (36,45)
Neuto De Conto (PMDB) (37,40,86,89)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,47)
Gerson Camata (PMDB) (43,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (39,42)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (41,48,82,84)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26,77,79,88,90)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
José Bezerra (DEM) (27,80,85)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25,81)
João Faustino (PSDB) (13,53,56,65,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
VAGO (9,29,91)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
82. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 111/2010).
85. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

Secretário(a): Marcello Varela

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayne Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (63,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 30/2010-GLDBAG).
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1.	Delcídio Amaral (PT-MS)
VAGO (15)		2.	Ideli Salvatti (PT-SC) (16,19)
VAGO (1)		3.	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (18)		4.	Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO (14)		1.	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2.	Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3.	Mão Santa (PSC-PI) (13)
VAGO (17)		4.	VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO (9)		1.	VAGO (6)
VAGO (12)		2.	VAGO (10)
VAGO (11)		3.	VAGO (8)
VAGO (7)		4.	VAGO (7)
VAGO (7)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PDT			
João Durval (BA)		1.	Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO (/) (20)			

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
Vago ¹⁸	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

1 Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

4 Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

5 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

6 O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

7 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

8 Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

9 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

10 Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/Inº 12, de 28.01.2009.

11 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

12 Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

13 O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

14 Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

15 Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

16 O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

17 O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

18 Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma em 26-10-2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 198 páginas

OS: 15048/2010